



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

EDITAL Nº 31/2026/DETRAN-CPLMS

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026/DETRAN-RO

AMPLA CONCORRÊNCIA

(Processo Administrativo nº 0010.004899/2026-68)

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 29/06/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio http://www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 24/06/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações constantes no Termo de Referência.		
Valor Estimado da Contratação (Global): R\$ 27.852.360,48 (vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos)		
Registro de Preços? Não	Vistoria: Sim	Instrumento Contratual: Termo de Contrato
Forma de Adjudicação: Menor Preço por Grupo	Modo de disputa: aberto	Intervalo mínimo entre lances: 1%
Licitação Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva Cota ME/EPP? Não	Exige amostra/demonstração? Não
Planilha de custos e formação de preços: Sim		

Prazo para envio da proposta definitiva: 24 (vinte e quatro) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens.

Prazo para envio dos documentos de habilitação/complementares: 04 (quatro) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens

E-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026/DETRAN-RO
AMPLA CONCORRÊNCIA
(Processo Administrativo nº 0010.004899/2026-68)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de sua PREGOEIRO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**”, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessada a Coordenadoria de Administração - COADM.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [https:// www.comprasnet.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br).

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, **e-mail para contato:** cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com.

2. OBJETO

2.1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.2. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.5 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

2.3. **Da garantia contratual:** Será exigida Garantia Contratual, conforme item 20 do Anexo I – Termo de Referência.

2.4. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9.1.7 do Anexo I – Termo de Referência.

2.5. **Da vigência contratual:** A vigência contratual será de 01 (um) ano a contar da assinatura, conforme item 18.1.4 do Termo de Referência.

2.6. **Prazo para assinatura do contrato:** A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do Contrato, conforme item 18.1.4. do Termo de Referência.

2.7. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18.2 do Anexo I – Termo de Referência.

2.8. **Do prazo, local e condições:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

2.9. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

2.10. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

2.11. **Da conta vinculada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 21 do Anexo I – Termo de Referência.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e mail: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com, sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema

de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 7.1 do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema compras.gov.br não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As propostas terão validade mínima de 180 **(cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1%**.

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.10.2.2. empresas brasileiras;

7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecuibilidade, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a exequibilidade.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Os critérios relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.7. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.1. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.12.1. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.8. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.6 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

9.14. DAS DECLARAÇÕES:

9.14.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, anexado junto com o documento de proposta.

9.14.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.14.3. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, atividade preponderante e justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.

9.14.4. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14.6. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

10. DO RECURSO

10.1. Conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

I I- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 13 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

15.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência e anexos (72902763);

ANEXO II - Carta Proposta (70308437);

ANEXO III - Dados do representante (70308438);

ANEXO IV - Minuta de Contrato (70308435).

Fábio José de Oliveira Monteiro

Pregoeiro

DETRAN/RO



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 11/06/2026, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 11/06/2026, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73148812** e o código CRC **B0283536**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 73148812



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- 1.2. Unidade Administrativa: Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI
- 1.3. Unidade Solicitante: Coordenadoria de Administração - COADM

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, objetivando Contratação de empresa Especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Preventiva, Ostensiva e Armada, visando atender as necessidades das unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-RO.
- 2.2. A contratação de Pessoa Jurídica para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal nos seguintes dispositivos:
- 2.3. Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII e XLI combinado com o art. 47, art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;
- 2.4. Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 2.5. Lei Complementar n.º 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3. DO OBJETO, OBJETIVO E QUANTITATIVO

3.1. Do Objeto

3.2. Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, indicadas no Documento de Formalização da Demanda (ID 69025672) para atender a demanda desta Autarquia de Trânsito.

3.3. Do Objetivo

3.4. Garantir ocorrências que possam comprometer a segurança das dependências da entidade e de seus servidores e usuários.

3.5. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto

3.5.1. O serviço especificado deverá ser contratado sob o **regime de execução indireta por empreitada, sendo o preço global por grupo**, em atendimento ao Inciso IV do Art. 92 da Lei

14.133/2021, bem como, serão executados por posto de vigilância observados a IN vigente no que couber.

3.5.2. Os Postos de Vigilâncias adotarão as seguintes escalas de trabalho:

3.6. **Quantidade de postos :**

GRUPO I		
Posto Avançado De Extrema, Posto Avançado De Jaci Paraná, Posto Avançado De Nova California, Posto Avançado De União Bandeirantes, Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã, Posto Avançado Triunfo, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho, Galpão de Veículos Apreendidos I e Leilões, Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial e Galpão da Diretoria de Patrimônio , Prédio sede Porto Velho, P.A. Zona Leste, Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT) e Posto Avançado da Zona Sul.		
Item	Especificação	Unidades de Postos
01	POSTO TIPO 1	26
02	POSTO TIPO 2	27
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	53

GRUPO II		
Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru, Ciretran De Jaru, Governador Jorge Teixeira, Posto Avançado De Colina Verde, Theobroma, Vale Do Anari, e Tarilândia.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	9
02	POSTO TIPO 2	10
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	19

GRUPO III		
Ouro Preto do Oeste, Pista de Teste Ouro Preto do Oeste, Galpão de Veículos Apreendidos de Outro Preto, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Posto Avançado Rondonias e Teixeiraópolis.		
ITEM	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	9
02	POSTO TIPO 2	9
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	18

GRUPO IV		
Cacoal, Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos, Espigão do Oeste , Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	15
02	POSTO TIPO 2	14
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	29

GRUPO V		
Rolim de Moura - Ciretran, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Posto avançado de Migrantinópolis.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	13
02	POSTO TIPO 2	13
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	26

GRUPO VI		
São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	5
02	POSTO TIPO 2	7
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	12

GRUPO VII		
Guajará Mirim, Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	4
02	POSTO TIPO 2	4
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	8

3.7. Quantidade de Vigilantes :

GRUPO I		
Posto Avançado De Extrema, Posto Avançado De Jaci Paraná, Posto Avançado De Nova California, Posto Avançado De União Bandeirantes, Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã, Posto Avançado Triunfo, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho, Galpão de Veículos Apreendidos I - Leilões, Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial - Galpão da Diretoria de Patrimônio , Prédio sede Porto Velho, P.A. Zona Leste, Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT), Posto Avançado da Zona Sul.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	52
02	POSTO TIPO 2	54
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	106

GRUPO II		
Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru, Ciretran De Jaru, Governador Jorge Teixeira, Posto Avançado de Colina Verde, Theobroma, Vale do Anari, e Tarilândia.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	18
02	POSTO TIPO 2	20
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	38

GRUPO III		
Ouro Preto do Oeste, Pista de Teste Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Vale Do Paraíso, Posto Avançado Rondominas e Teixeiraopólis.		
ITEM	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	18
02	POSTO TIPO 2	18
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	36

GRUPO IV		
----------	--	--

Cacoal, Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos, Espigão D'Oeste Ciretran, Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.

Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	32
02	POSTO TIPO 2	32
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	64

GRUPO V

Rolim de Moura - Ciretran, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Posto avançado de Migrantinópolis.

Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	26
02	POSTO TIPO 2	26
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	52

GRUPO VI

São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.

Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	10
02	POSTO TIPO 2	14
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	24

GRUPO VII

Guajará Mirim, Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão.

Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	8
02	POSTO TIPO 2	8
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	16

3.8. Das localidade/regiões

GRUPO/Região	Unidades - Localidades do objeto
I	Posto Avançado De Extrema; Posto Avançado De Jaci Paraná; Posto Avançado De Nova Califórnia; Posto Avançado De União Bandeirantes; Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã; Posto Avançado Triunfo; Candeias do Jamari; Itapuã do Oeste; Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho - Cometrans; Galpão de Veículos Apreendidos I e Leilões; Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial - Galpão da Diretoria de Patrimônio; Prédio Sede Porto Velho; Posto Avançado Zona Leste; Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT); Posto Avançado da Zona Sul.
II	Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru; Ciretran De Jaru; Governador Jorge Teixeira; Posto Avançado De Colina Verde; Theobroma; Vale Do Anari e Tarilândia.

III	Ouro Preto do Oeste; Pista de Teste Ouro Preto do Oeste; Galpão de Veículos Apreendidos de Outro Preto; Mirante da Serra; Nova União; Vale Do Paraíso; Posto Avançado Rondominas e Teixeiraópolis.
IV	Ciretran de Cacoal; Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos; Espigão do Oeste - Ciretran, Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza; Parecis; Pimenta Bueno; Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos; Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.
V	Rolim de Moura - Ciretran; Alta Floresta D'Oeste; Alto Alegre dos Parecis; Nova Brasilândia do Oeste; Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de moura; Novo Horizonte do Oeste; Santa Luzia do Oeste; Posto avançado de Migrantinópolis.
VI	São Francisco do Guaporé; Costa Marques; São Miguel do Guaporé; Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.
VII	Guajará Mirim; Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão

3.8.1. **Horários e jornada de trabalho:**

3.9. O horário oficial de funcionamento da autarquia é das 7h30min às 13h30min. No entanto, caso haja alterações, a contratada será comunicada pela Autarquia antecipadamente. Todavia, tal fato não implica em aumento de quantitativo de postos de vigilância, eis que a necessidade de escala de revezamento é de jornada de trabalho especial de 12x36 horas, conforme previsto em Convenção da categoria.

3.10. Os horários inicialmente definidos para atendimento dos postos são:

3.11. **Posto diurno:** 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.

3.12. **Posto noturno:** 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.

3.13. O DETRAN poderá a qualquer tempo, e de acordo com a necessidade e conveniência para a administração, alterar os horários de início e término da jornada diária no posto de trabalho, desde que obedecida a escala de trabalho em horas inicialmente pactuadas.

3.14. As rondas diárias não fogem do padrão, considerando se tratar de imóvel com área externa nas dimensões habituais e sem demandas específicas.

3.15. O **intervalo intrajornada** é o período de descanso concedido ao trabalhador durante a jornada de trabalho, geralmente para refeição e descanso. O artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que para jornadas de trabalho superiores a seis horas, é obrigatório um intervalo de, no mínimo, uma hora e, no máximo, duas horas. Para jornadas de quatro a seis horas, o intervalo deve ser de 15 minutos.

3.16. Se a empresa não conceder o intervalo intrajornada corretamente, ela deve indenizar o empregado pelo tempo não concedido. A indenização, conforme o entendimento consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), corresponde ao pagamento do período suprimido com um acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

3.17. Portanto, caso a licitante contratada não possibilite o efetivo gozo do intervalo intrajornada aos seus empregados, ela deverá indenizar esses períodos conforme previsto na legislação trabalhista e nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis.

3.18. **Detalhamento dos Serviços:**

3.19. A prestação dos serviços de vigilância orgânica no Posto fixado pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:

a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto,

qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

b) Manter afixado no Posto, em local visível, o número dos telefones de emergência da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, do SAMU, da ENERGISA, do fiscal do contrato ou outros responsáveis pela administração da instalação, e outros de interesse e de urgência, indicados para manter a segurança e acionar em tempo hábil o socorro necessário.

c) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.

d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

e) Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

f) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.

g) Manter sob vigilância e controle a entrada e saída de pessoas, permitindo o ingresso nas dependências internas do DETRAN onde funcione o posto somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, retirando aquelas não autorizadas, além de observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas e necessárias.

h) Permitir a entrada de servidor ou prestador de serviço, após o horário de expediente, somente quando devidamente autorizado pelo responsável do setor requerente, registrando a ocorrência.

i) Fiscalizar e autorizar a entrada e saída de veículos nas dependências onde funciona o posto, com incumbência de abrir e fechar os portões para o acesso e saída dos mesmos (quando for o caso), devendo autorizar a permanência somente dos veículos autorizados, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive das pessoas que detenham autorização para estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados. Na (s) portaria (s), quando não se tratar de veículos com livre acesso, os responsáveis pela vigilância farão constar nos devidos livros de registro, horário de entrada do veículo e unidade a ser visitada, previamente informada pelo condutor do veículo.

j) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar.

k) Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, inclusive eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações, bem como as ordens e orientações recebidas;

l) Comunicar ao fiscal da administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração.

m) Atender com prontidão quaisquer determinações da FISCALIZAÇÃO.

3.20.

Proibir o(a):

a) ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo responsável do Setor de Almoxarifado ou do Patrimônio do DETRAN;

b) aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao fiscal da

administração, no caso de desobediência;

c) todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações; e

d) utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

3.21. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do DETRAN verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.

3.22. Informar ao Preposto e ao fiscal do contrato quanto a frequência e a pontualidade do seu substituto.

3.23. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

3.24. Registrar e controlar, juntamente com o DETRAN, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

3.25. A programação dos serviços será feita periodicamente pelo DETRAN e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

3.26. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do DETRAN, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

3.27. **Constituem ainda regras gerais a serem observadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho objetos deste documento:**

a) Assumir diariamente o Posto, com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho, assinando o Livro de Ocorrências disponibilizado, recomendando-se comparecer ao posto com 10 (dez) minutos de antecedência;

b) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo supervisor;

c) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), cabelos aparados e/ou presos, barbeado e com unhas aparadas;

d) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;

e) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;

f) Zelar pela preservação do patrimônio do DETRAN sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

g) Conhecer a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição no Posto, solicitando ao fiscal do contrato a solução de falhas nos mesmos;

h) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

i) Manter atualizada a documentação utilizada no Posto;

j) Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;

k) Impedir a saída de volumes e materiais sem a devida autorização do representante da administração;

l) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia e/ou superior hierárquico, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;

- m) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da Contratante, encaminhando-os para o fiscal do contrato;
- n) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- o) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da Instituição;
- p) Tratar a todos com urbanidade;
- q) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- r) Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas; e
- s) Realizar outras atividades similares e de nível de complexidade compatível com sua função.

3.28. Efetivo gozo do intervalo intrajornada

3.29. Considerando o ART. 71 DA CLT e também a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, a intrajornada poderá ser de forma indenizada, caso esta não seja concedido pelo empregador.

"Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1o - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2o - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3o O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

§ 4o - Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

§ 5o - Os intervalos expressos no caput e no § 1o poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada."

4. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

4.1. Os serviços enquadram-se na **classificação de comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

4.2. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público, entendimento que encontra amparo nos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara e também adotado em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada justifica-se pela necessidade de garantir a proteção das pessoas e do patrimônio público sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO. Tal necessidade decorre, especialmente, da inexistência de profissionais da categoria de vigilância patrimonial armada no quadro permanente desta Autarquia, o que inviabiliza a execução direta dessas atividades.

5.2. Considerando o dever constitucional da Administração Pública de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas que utilizam ou trabalham nas dependências do órgão, a presente contratação tem por finalidade assegurar a prestação contínua e adequada dos serviços de vigilância patrimonial armada, em regime diurno e noturno, garantindo a segurança das instalações das diversas unidades do DETRAN/RO.

5.3. Nesse contexto, a Lei n. 14.967/2024, define como atividades de segurança privada aquelas desenvolvidas com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos ou privados, bem como à segurança de pessoas físicas, além do transporte de valores.

5.4. Adicionalmente, a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, regulamenta as atividades de segurança privada, elencando, em seu artigo 1º, § 3º, entre outras, a vigilância patrimonial, caracterizada como a atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos públicos ou privados, urbanos ou rurais, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

5.5. Ressalta-se que todos os materiais de consumo, equipamentos operacionais e equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços serão fornecidos integralmente pela empresa contratada, compondo o custo da contratação. Dessa forma, a Administração Pública não arcará com investimentos diretos relacionados à aquisição, guarda e manutenção de materiais, tampouco com a contratação, treinamento e gestão de mão de obra, o que contribui para uma aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Ademais, a contratada, como parte diretamente interessada na otimização de seus custos operacionais, tende a apresentar proposta mais vantajosa, cuja economia refletirá em benefício ao DETRAN/RO.

5.6. Registre-se, ainda, que a contratação de serviços terceirizados de vigilância patrimonial armada encontra respaldo na Instrução Normativa nº 05/2017 SLTI/MP, a qual dispõe que a Administração Pública pode terceirizar atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às suas competências legais, incluindo, expressamente, os serviços de segurança e vigilância.

5.7. Cumpre destacar que foram elaborados relatórios técnicos consolidados acerca das condições de vigilância patrimonial das unidades do DETRAN/RO, os quais subsidiaram a revisão dos contratos vigentes e a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios. Tais relatórios, individualizados por unidade, contemplaram todas as estruturas do órgão sede administrativa, CIRETRANs, pátios veiculares, postos avançados e demais unidades com foco na identificação de vulnerabilidades operacionais, estruturais e tecnológicas, bem como na avaliação da conformidade dos equipamentos, procedimentos adotados e no dimensionamento adequado do efetivo de vigilância.

5.8. As avaliações foram realizadas por meio de inspeções in loco, entrevistas com as equipes operacionais e análise documental, resultando em diagnóstico técnico abrangente, conforme processo de ID nº 0010.024418/2025-50. Entre as vulnerabilidades identificadas destacam-se: efetivo insuficiente de vigilantes, ausência de controle formal de acesso, exposição dos profissionais durante a abertura manual de portões, execução de atividades incompatíveis com a função de vigilância, além de não conformidades relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual e à documentação obrigatória, tais como a ausência da Carteira Nacional de Vigilante – CNV e do uso de coletes balísticos.

5.9. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de abertura de novo processo licitatório para contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, de modo a atender adequadamente às demandas do DETRAN/RO, corrigir as fragilidades identificadas nos relatórios técnicos e assegurar a proteção efetiva das pessoas, instalações e bens públicos sob a responsabilidade desta Autarquia.

6. DA JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Justifica-se a contratação em grupo pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização dos serviços, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem

a finalidade de formar um todo unitário.

6.2. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do Art. 40 §2º e §3º da Lei nº14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência inúmeras empresas para a execução dos serviços. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo.

6.3. Neste sentido, a contratação por grupo evita a fragmentação do objeto pretendido, e a execução de vários contratos dentro do mesmo grupo, ocasionando maior custo administrativo, pela necessidade de gestão e fiscalização de cada processo, o que não correrá na licitação no moldes pretendidos, visto que teremos no máximo dez contratos a serem administrados, alcançando assim o que se busca na contratação, o melhor serviço pelo menor preço.

6.4. Nesse diapasão, Dispõe a Decisão nº 263/2014 – Pleno, inciso I, letras “a”, “b” e “c”, constante do Processo nº 2771/2014:

“I – Aprovar o seguinte Projeto de Súmula: “A Administração Pública em geral deverá restringir a utilização do critério de julgamento menor preço por lote, reservando-a àquelas situações em que a fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto; perda da economia de escala; redundar em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica, observadas as seguintes condições cumulativas:

a) apresentar justificativa que demonstre a motivação para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote;

b) prever quantidade restrita de itens por lote;

c) proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade;”

6.5. Em consonância com a decisão acima vislumbramos estarem presentes na aquisição em trâmite as seguintes motivações para o julgamento em grupo:

I - A fragmentação em itens poderá acarretar a perda do conjunto;

II - Perda da economia de escala;

III - Redundar em prejuízo à celeridade da licitação;

IV - Ocasionar a excessiva pulverização de contratos;

V - Resultar em contratos de pequena expressão econômica.

6.6. Assim, de acordo com o Art. 40 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração, contudo, conforme exposto, as características dos objetos a serem contratados inviabiliza o seu parcelamento tecnicamente e economicamente, pois a contratação em um único grupo demonstra a melhor alternativa para este DETRAN/RO, pois garantem as seguintes vantagens:

I - Gestão de apenas um contrato, dessa forma haverá economia no controle e fiscalização do contrato, pois tratará de apenas uma empresa contratada;

II - Ampliação dos participantes do certame, quanto maior o valor do contrato mais atraente;

III - Economia de recurso humanos, pois será apenas um processo para passar pelos procedimentos administrativos e demais necessários a concretizar a licitação;

IV - Economia financeira, pois haverá a redução na quantidade de publicações, eventuais resultados de julgamento, extratos e atendimentos, entre outros.

6.7. Diante das ponderações, não se observa vantagem técnica e econômica no parcelamento do

objeto a ser contratado. Desse modo, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

7. DAS VEDAÇÕES

7.1. Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio

7.1.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, em razão das peculiaridades técnicas, operacionais e gerenciais do objeto da presente contratação, consistente na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.1.2. A execução contratual demanda gestão operacional centralizada, padronização de procedimentos, supervisão contínua e controle uniforme da força de trabalho, especialmente quanto:

- a) à utilização e controle de armamentos e equipamentos de segurança;
- b) ao cumprimento de protocolos operacionais e rotinas de segurança institucional;
- c) à escala de serviço e substituição de vigilantes;
- d) à supervisão operacional dos postos;
- e) à gestão trabalhista dos profissionais vinculados ao contrato;
- f) à fiscalização das obrigações previdenciárias, fundiárias e tributárias da contratada.

7.1.3. A admissão de execução compartilhada por empresas consorciadas poderá comprometer a uniformidade operacional dos serviços, dificultar a fiscalização contratual e ampliar os riscos de inadimplemento trabalhista, especialmente diante do elevado quantitativo de mão de obra vinculada à contratação e da sensibilidade das atividades relacionadas à segurança patrimonial da Autarquia.

7.1.4. Ademais, verifica-se a existência de número suficiente de empresas especializadas no mercado aptas à execução integral do objeto de forma individualizada, não se evidenciando restrição à competitividade decorrente da vedação adotada.

7.2. Da Vedação de Cooperativa e Associação

7.2.1. Fica **vedada** a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e associação na aquisição/contratação do objeto referenciado neste termo, em razão da necessidade de garantir qualidade, eficiência e segurança na execução do contrato, tendo em vista que a estrutura descentralizada das organizações acarretaria em riscos de variação na qualidade, ocasionando dificuldade de fiscalização individual dos serviços prestados e da responsabilização, comprometendo a uniformidade necessária para o sucesso da contratação. Portanto, não será aplicado o entendimento contido no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021, visando garantir que a contratação seja feita de forma eficiente, transparente e dentro dos princípios da administração pública em cumprimento das obrigações legais.

7.3. Da Vedação de Vínculo com o Poder Público

7.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.3.2. Conforme as deliberações contidas no inc. IV, art. 14, da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.**

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação será realizada através da prestação de serviços com dedicação exclusiva de

mão de obra (DEMO) e fornecimento de todo ferramental, equipamentos e materiais que se fizerem necessários, com pagamentos mensais à contratada que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços nas Ciretrans e Postos Avançados - PA's, constantes no item 3.8 deste documento.

8.2. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do *checklist* da fiscalização, relatórios da fiscalização do contrato e acompanhamento da execução no próprio local.

8.3. As atividades de segurança privada têm como característica básica a especialização na execução dos serviços. Tal especialização decorre, também, dos normativos que exercem um controle efetivo sobre as suas operações e que regulam essa atividade. O objeto deste estudo consiste, exclusivamente, na atividade de vigilância patrimonial armada, considerada, aqui, aquela atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local ou nos eventos sociais.

8.4. Os serviços de vigilância patrimonial armada, objeto deste estudo, consistem em serviços de vigilância armada, cuja unidade de medida utilizada são postos de trabalho com escalas de trabalho específicas. A prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada, nos postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

I - Comunicar imediatamente à administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

II - Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

III - Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.

IV - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

V - Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.

VI - Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

VII - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

VIII - Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação.

IX - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência.

X - Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.

XI - Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

XII - Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da

tranquilidade.

XIII - Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, de cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada.

XIV - Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

XV - Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.

XVI - Conhecer e fazer cumprir as diretrizes e políticas de segurança institucionais e atender prontamente outras atividades pertinentes ao objeto designados pela Administração.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Do prazo e Condições de Início da Prestação dos Serviços:

9.1.1. Prazo para Início da Prestação dos Serviços:

9.1.1.1. O prazo para início dos serviços será de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviços, a qual será emitida em até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do Termo Contratual.

9.1.1.2. Os serviços serão executados nos endereços e quantidades indicados em cada grupo, na tabela de endereços abaixo deste documento, nos horários indicados conforme cada tipo de Posto de Serviço, podendo a qualquer tempo, por necessidade e/ou a conveniência do DETRAN, ocorrer alterações nos endereços citados.

9.1.1.3. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá se apresentar nas dependências das localizações dos postos disposto nos itens deste Termo de Referência, em data a ser agendada junto ao gestor/fiscal do contrato, munido com o preposto, com os profissionais pertencentes ao quadro funcional da própria empresa que executarão os serviços e com a documentação necessária definida neste Termo de Referência, para instruções sobre normas, diretrizes e regulamentos internos do DETRAN a serem repassados para início da execução contratual;

9.1.1.4. Em qualquer tempo, havendo necessidade de alteração escala de horários dos postos de trabalho para adequação ao funcionamento da unidade, a mesma será negociada com a Contratada, sempre respeitando a jornada laborativa definida neste Termo de Referência, a legislação e a Convenção Coletiva da classe, bem como os preços previamente definidos.

9.1.2. Do Local :

9.1.2.1. Os serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

9.1.2.2. Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 06 horas e 30 minutos, com saída às 18 horas e 30 minutos;

9.1.2.3. Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 18 horas e 30 minutos, com saída às 06 horas e 30 minutos do dia seguinte;

9.1.2.4. Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alteração a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRATANTE.

9.1.2.5. Deve ser observado junto ao posto, a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso previsto por Lei, na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, durante esses períodos de alimentação, far-se-á a cobertura dos Postos mediante a substituição.

9.1.3. Do Perfil Profissiográfico do Corpo Vigilante

9.1.3.1. Os vigilantes contratados para prestação direta dos serviços de vigilância deverão atender aos seguintes requisitos mínimos de perfil profissiográfico:

9.1.3.2. Comprovar escolaridade preferencialmente do 2º grau completo;

- 9.1.3.3. Ter idade acima de 21 anos;
- 9.1.3.4. Ter formação, treinamento ou capacitação para exercer os serviços em posto de vigilância armada realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
- 9.1.3.5. Comprovar experiência profissional como vigilante de, no mínimo, 06 (seis) meses;
- 9.1.3.6. Comprovar inexistência de antecedentes civis ou criminais que desabone a conduta para a função;
- 9.1.3.7. Revelar idoneidade, estabilidade emocional, alta capacidade de percepção e concentração, bem como elevado senso de responsabilidade;
- 9.1.3.8. Ter capacidade de trabalhar com múltiplos problemas;
- 9.1.3.9. Demonstrar capacidade de realizar tarefas em ambientes fechados de forma solitária e repetitiva;
- 9.1.3.10. Ter acuidade visual;
- 9.1.3.11. Ter redação própria e caligrafia legível;
- 9.1.3.12. Demonstrar equilíbrio emocional e apresentar polidez no atendimento ao público em geral;
- 9.1.3.13. Ter noções básicas de combate a incêndios;
- 9.1.3.14. Ter boas maneiras no atendimento telefônico e ao público pessoalmente;
- 9.1.3.15. Manter bom condicionamento físico;
- 9.1.3.16. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e
- 9.1.3.17. Ter sido aprovado nos exames de saúde física, mental e psicotécnico.
- 9.1.3.18. O profissional deverá passar por avaliação prévia, através de profissional ou instituição competente, de modo a se aferir a aptidão física, mental e psicológica para o exercício da atividade, verificando-se, inclusive, se este detém o perfil psicossocial desejado e recomendado para a prática da função.
- 9.1.3.19. Incumbe à contratada submeter o profissional à avaliação de que trata o item anterior, submetendo-o posteriormente ao Gestor do Contrato, reservando a este o direito de rejeitar aquele que não atenda ao perfil profissiográfico estabelecido nas atribuições da categoria.

9.1.4. **Dos Uniformes, Materiais e Equipamentos Mínimos.**

9.1.4.1. A Contratada se obriga a fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, além das normas gerais de segurança, conforme relação mínima em anexo (ID 69680310), reportada por cada posto de serviço.

9.1.4.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens (de uniforme e materiais/equipamentos) a seus empregados.

9.1.4.3. A CONTRATADA deverá substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação do Contratante.

9.1.4.4. O fornecimento dos uniformes a cada empregado deverá se dar semestralmente, sendo a primeira entrega quando no início do contrato, resguardado o direito da Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição dos que não atendam as condições mínimas de apresentação;

9.1.4.5. O fornecimento ao vigilante do **colete à prova de balas**, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica deve estar de acordo com a Portaria nº 25/2001, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT.

9.1.5. **Outras Condições**

9.1.5.1. A Administração colocará à disposição da empresa CONTRATADA, de acordo com os postos, apenas a estrutura física e para cumprimento do contrato, conforme o caso, tais como guarita

salubre.

9.1.5.2. Não será admitido o abandono do posto ou flagrante de vigilante dormindo em serviço, principalmente utilizando para tanto os móveis da Contratante.

9.1.5.3. Como resultado da contratação as dependências da Administração devem estar sob permanente vigilância, tanto de bens quanto de pessoas, de modo a evitar-se qualquer ocorrência de furto, roubo ou qualquer outro tipo de sinistro relacionado com a violência.

9.1.5.4. A Administração não disponibilizará nenhum empregado para atuar como vigilante, ficando a cargo da empresa o fornecimento total da mão de obra.

9.1.5.5. Os controles ou registros de ocorrência e de presença de visitantes e dos próprios vigilantes, bem como entrega e fiscalização de uso do crachá de identificação para transitar nas dependências do órgão, deverão ser de responsabilidade da empresa a ser Contratada. Tais controles deverão ser disponibilizados ao gestor desse contrato, sempre que for solicitado.

9.1.5.6. Os vigilantes e outros prepostos, utilizados na prestação de serviços pela empresa a ser Contratada, NÃO TERÃO QUALQUER VINCULAÇÃO com a Administração, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a Contratada pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da Administração.

9.1.5.7. Na hipótese da Administração vir a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, a Contratada ficará obrigada a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

9.1.5.8. Todas as instruções e reclamações da Administração serão transmitidas por escrito diretamente à Contratada, salvo em casos de urgência, quando poderá fazê-lo por telefone ou ao próprio vigilante em serviço, tornando-a formal tão logo seja possível.

9.1.5.9. Na execução dos serviços, faz-se necessário que a CONTRATADA utilize equipamentos adequados e mantenha em seu quadro profissionais capacitados e em número suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc...).

9.1.5.10. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão jamais constituir causa para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a CONTRATADA como especializada na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta também as complementações por acaso omitidas nas especificações, mas implícitas e necessárias ao adimplemento do objeto.

9.1.5.11. O **PREPOSTO** da contratada deve ser formalmente designado por ela antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, podendo inclusive, constar autorização para recebimento de comunicações/documentos em nome da Contratada.

9.1.5.12. A indicação ou a manutenção do preposto da contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a contratada designar outro para o exercício da atividade.

9.1.5.13. Caso necessário, deverá ser realizada reunião inicial, com a participação do gestor, fiscais e preposto, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Desta reunião deverá ser lavrada ata, assinada por todos os participantes.

9.1.5.14. A Contratada, na prestação dos serviços contratados, alojará colaboradores pertencentes ao seu quadro de empregados e habilitados à realização dos serviços, nas quantidades contratadas.

9.1.5.15. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-la, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

9.1.5.16. A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração.

9.1.5.17. Os colaboradores deverão ser habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e a legislação em vigor, garantindo o comparecimento nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE, orientando-os a observar, no exercício de suas tarefas, as normas e protocolos internos do DETRAN-RO.

9.1.5.18. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

9.1.6. Da Estimativa e Quantitativos dos Equipamentos e Afins:

9.1.6.1. Os quantitativos de materiais e equipamentos previstos por posto de vigilância foram apurados com base em levantamento técnico realizado pela equipe da Coordenadoria de Administração — COADM, a partir de inspeções in loco nas unidades do DETRAN-RO documentadas no processo nº 0010.024418/2025-50, considerando o perfil operacional de cada posto, as exigências normativas aplicáveis à atividade de vigilância armada e os parâmetros da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

9.1.6.2. Os quantitativos fixados neste Termo de Referência representam o dimensionamento para fins de contratação. Eventual necessidade de acréscimo ou supressão deverá observar estritamente os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa fundamentada nos autos.

9.1.7. Das Garantia dos Serviços

9.1.7.1. Os serviços prestados, incluindo os equipamentos e acessórios necessários a sua execução, devem ter garantia durante todo o período de vigência contratual.

9.2. Dos Bens Patrimoniais e de Consumo:

9.2.1. É dever da CONTRATADA, através de seus empregados, impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências da Unidade e somente será permitida mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável da CONTRATANTE e conterà, indispensavelmente: a discriminação do bem, o nº do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for o caso, a data de retorno.

9.2.2. Durante toda a execução do Contrato a contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, aplica-se neste contrato, a que couber, as disposições contidas no art. 155 e 156 da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores.

9.2.3. A eventual empresa contratada deverá observar as normas regulamentadoras NR 6 (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI) e NR 16 (ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS) do Ministério do Trabalho.

9.2.4. Propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:

9.2.5. Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.

9.2.6. Os uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme detalhado no anexo (ID 69680310), de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Das Condições de Recebimento

10.1.1. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações o objeto será recebido provisório e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

10.1.2. A fatura será rejeitada quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparada, corrigida ou substituída no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

10.1.3. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

10.1.4. O objeto deste termo será recebido, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos) na forma abaixo:

10.1.5. **Do Recebimento Provisório**

10.1.5.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo FISCAL SETORIAL responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, de acordo com o art. 140. I, “a” e ainda § 2º, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida;

10.1.5.2. Os serviços serão supervisionados pelo FISCAL SETORIAL designado para exercer a função, que terá, juntamente com a CONTRATANTE, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

10.1.6. **O Recebimento Definitivo**

10.1.6.1. Será recebido **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140. I, “b”, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/2021.

10.1.6.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

10.1.6.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

10.1.6.4. Aceitos os serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

10.1.6.5. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa contratada para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato, inclusive na impossibilidade de fazê-lo, será auferido e realizado a glosa do valor equivalente ao serviços não executados.

11. **DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - VALORES REFERENCIAIS**

11.1. Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho, calculado de acordo com a planilha de custos e formação de preços. A fixação dos valores limites para os serviços de vigilância patrimonial armada e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na convenção coletiva de trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS.

11.2. A contratação dos serviços de vigilância correspondem ao código CBO no. 5173-30 - Vigilante. Os serviços também encontram-se no CATSERV e são identificados da seguinte forma:

11.3. Item CATSERV 23647 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 12 horas diurnas - 2a a domingo (POSTO); e

11.4. Item CATSERV 23957 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 12 horas noturnas - 2a a domingo (POSTO).

11.5. Com estas informações foram realizadas pesquisas junto ao painel de preços que identificassem as licitações realizadas entre 09/02/2026 a 10/02/2026, com o objetivo de verificar a

existência de soluções compatíveis / similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

11.6. Foram realizados levantamentos de preços para a solução escolhida, observando:

I - Preliminarmente, foi realizada pesquisa de preços dos insumos (uniformes, equipamentos de proteção individual e outros equipamentos necessários à execução contratual), conforme quadro de pesquisa de preços (69680310).

II - Outros componentes de custos para a elaboração da planilha de custos e formação de preços, observado o modelo disposto no Anexo VII-D da IN/SEGES nº 05/2017 e alterações (destaque para IN 07/2018) e com ajustes após publicação da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), valores referenciais do extinto MPOG, CNJ, TCU, etc;

11.7. Visando a apurar o custo de cada posto de trabalho pretendido, os valores salariais e demais benefícios, impostos tributos e demais despesas, foram utilizadas:

I - Convenção Coletiva de Trabalho registrada sob nº RO000078/2026 no Ministério do Trabalho e Emprego (ID 72903505).

11.8. A consolidação dos valores referenciais encontram-se detalhados nas planilhas de custos demonstradas sinteticamente a seguir:

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G1	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	26	347.714,64	4.172.575,68
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	27	397.853,10	4.774.237,20
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 745.567,74	R\$ 8.946.812,88

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G2	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	9	120.362,76	1.444.353,12
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	10	147.353,00	1.768.236,00
	TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 267.715,76	R\$ 3.212.589,12

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G3	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	9	120.362,76	1.444.353,12

	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	9	132.617,70	1.591.412,40
2							
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 252.980,46	R\$ 3.035.765,52

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G4	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	15	200.604,60	2.407.255,20
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	14	206.294,20	2.475.530,40
	TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 406.898,80	R\$ 4.882.785,60

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)

G5	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	13	173.857,32	2.086.287,84
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	13	191.558,90	2.298.706,80
	TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 365.416,22	R\$ 4.384.994,64

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto $C = (A \times B)$	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E $= (C \times D)$	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G6	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	5	66.868,20	802.418,40
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	7	103.147,10	1.237.765,20
	TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 170.015,30	R\$ 2.040.183,60

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G7	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	4	53.494,56	641.934,72
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	4	58.941,20	707.294,40
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 112.435,76	R\$ 1.349.229,12

CUSTO ESTIMADO MENSAL E ANUAL							
ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	81	1.083.264,84	12.999.178,08
2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	84	1.237.765,20	14.853.182,40
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 2.321.030,04	R\$ 27.852.360,48

11.9. Os custos dos itens descritos na planilha a seguir (materiais e equipamentos) incorrerá durante o primeiro ano de contrato, os quais foram diluídos em 12 parcelas e serão suprimidos em caso de prorrogação de prazo do contrato:

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS POR POSTO	
1	Revólver calibre 38
2	Colete Balístico
3	Cassetete
4	Porta Colete
5	Rádio comunicador tipo HT
6	Equipamento/dispositivo de controle de ronda

11.10. Para formação dos custos, recomenda-se que as licitantes utilize do mesmo critério de diluição, tendo em vista que serão suprimidos em caso de prorrogação do prazo contratual.

12. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

12.1. A Contratação pretendida está alinhada com o [Plano de Contratação Anual](#) - DFD 74/2026, Contratação 63/2026.

13. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	Departamento Estadual de Trânsito	15020
Função	Segurança Pública	06
Sub Função	Administração Geral	122
Programa	Gestão Administrativa do Poder Executivo	1015
Atividade	Conservar e manter bens móveis e imóveis	2281
Elemento de Despesa	Outros Serviços Terceiros Pessoa jurídica	33.90.39.77
Fonte de Recurso	Recursos Provenientes de Taxas	17530

14. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP

14.1. Conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 e Decreto Estadual nº 21.675, de 03/03/2017, onde estabelece dentre outros que licitações com valores estimados superiores a R\$ 80.000 (oitenta mil reais), deverá a administração proceder **a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte até 25%** (vinte e cinco), com exceção dos casos em que não são possíveis, seguindo abaixo a fundamentação para **a não aplicação da Reserva de Cota** na contratação aqui pretendida, caso o grupo tenha o valor estimado superior a R\$ 80.000 (oitenta mil reais).

14.2. Justifica-se a não realização de cotas reservadas na presente contratação para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso o grupo seja estimado com valor acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pelo fato de que, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. A reserva de cota no presente caso não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além de comprometer a padronização e execução dos serviços.

14.3. Evidenciamos que existe um ganho na racionalização dos procedimentos da garantia por termos uma única empresa prestando-a de forma plena para cada grupo, duas empresas realizando a garantia dos materiais reflete em custos adicionais em controle e equipe técnica para a fiscalização do contrato.

14.4. Nesse sentido, não se aplicará o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III).

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:(...)

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno

14.5. Destarte, o § 1º do Artigo 5º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”.

14.6. O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, sendo importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração, conforme é vislumbrado no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e ainda com escopo no inciso III do Art. 49 e inciso I do Art. 48, ambos da Lei Complementar Nº 123/2006, haja vista não ser vantajoso para administração pública e pode gerar prejuízo ao objeto constante neste Termo de Referência.

14.7. Dito isto, fica **VEDADA** a reserva de cota para ME/EPP na presente licitação, tendo em vista que poderá representar prejuízos à Administração.

15. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E MODO DE DISPUTA

15.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

15.2. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento e adjudicação como sendo o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

15.3. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15.4. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da lei Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

16. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

16.1. Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços estão apresentados no **ANEXO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** (ID 72902900, 72902982, 72903031, 72903063, 72903122, 72903288, 72903425), em conformidade com Instrução Normativa 05/2017/MPDG, de 26 de maio de 2017, e alterações posteriores.

16.2. As licitantes deverão preencher as Planilhas em arquivo Excel, fazendo constar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos serviços.

16.3. No preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações/informações, referentes à Convenção Coletiva de Trabalho e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pelo DETRAN-RO, observando que deverá ser apresentado planilhas distintas para cada cargo.

16.4. A inobservância das orientações/informações citadas, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços, poderá resultar na desclassificação da proposta.

16.5. As licitantes, deverão fazer uso da Instrução Normativa 05 de 26 de maio de 2017 (ID 69680822), quando da elaboração de suas propostas, concomitante a isso deverá ser observado aos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho os locais dos sindicatos aos quais as empresas e os profissionais estejam vinculados as definição dos salários-base, bem como os demais benefícios, das respectivas categorias **NÃO PODERÃO SER INFERIORES**.

16.6. A estimativa dos custos da presente contratação foi realizada com os parâmetros definidos nas planilhas de custos para cada categoria profissional.

16.7. O DETRAN-RO poderá realizar diligências, a fim de esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, inclusive mediante a solicitação de apresentação de Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos entendidos pertinentes para comprovação da origem dos produtos, valores apresentados e compatibilidades (similaridade das marcas) com os produtos ofertados nas propostas de preço, e se reserva o direito de diligenciar nas dependências da CONTRATADA para vistoriar os materiais e insumos para comprovar sua qualidade e sua similaridade.

16.8. A inobservância do prazo fixado pelo DETRAN-RO para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos poderá ocasionar a desclassificação da proposta.

16.9. As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

16.10. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, o DETRAN-RO poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, **desde que não haja majoração do preço proposto**.

16.11. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

16.12. Não foi inserido valor estimativo para o vale transporte nas planilhas de formação de custos, tendo em vista não representar alteração significativas de valores atualmente praticados, em razão da previsão de 6% de desconto do salário base do funcionário, onde o valor do desconto é maior do que o valor do benefício. Portanto, fica a critério da contratada, caso entenda por inserir tal auxílio deverá observar a tarifa praticada atualmente em cada Município que possui regularização de seu transporte público, cabendo as licitantes observarem em suas respectivas planilhas de formação de custo de acordo com o praticado em cada localidade, e na ausência de transporte público regulamentado caberá o valor estipulado a título de indenização, observando a Cláusula Décima Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho 2026-2028 (ID 72903505). Caso o funcionário opte pelo não recebimento do auxílio transporte, os valores previstos na planilha serão glosados, bem como a diferença de valor em que o combinado for menor que o previsto na planilha de composição de custos apresentada pela contratada na licitação.

16.13. Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho celebradas pelos Sindicato Regional (CCT de Rondônia) da respectiva categoria.

16.14. A LICITANTE VENCEDORA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

16.15. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.

16.16. O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho, devendo tais gastos serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (“Benefícios Mensais e Diários”).

16.17. A CONTRATADA arcará com as despesas com exames admissionais e demissionais de seus funcionários, eximindo o DETRAN-RO de qualquer ônus.

16.18. Não há previsão de horas extras para quaisquer das categorias previstas neste Termo de Referência.

16.19. Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em

especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

16.20. As empresas deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

16.21. A licitante deve preencher o item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

16.22. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).

16.23. A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

16.24. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

16.25. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

16.26. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

16.27. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

16.28. Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

16.29. Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que, porventura, venha a ser CONTRATADA, poderá não se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL A CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 – Plenário).

16.30. A licitante ME ou EPP somente poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se dedica exclusivamente à atividade de gestão de mão de obra terceirizada, ou a exerce em conjunto com outras atividades para as

quais não seja vedada a opção pelo Simples Nacional, em observância ao *caput* do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

16.31. A licitante deve indicar o endereço de sua sede, filial ou escritório, na cidade de Porto Velho, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. Caso o licitante não possua instalações na forma exigida no edital, deverá fazê-lo constar expressamente na declaração, comprometendo-se em comprovar o atendimento da exigência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do efetivo início da vigência do contrato.

16.32. A proposta de preços deverá ser apresentada com validade de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhada das planilhas de composição de custos e demais documentações que foram utilizadas para chegar ao valor final da proposta pertinentes a todos os itens componentes do grupo, inclusive com notas explicativas se for o caso, entre eles: Planilha de custos e formação de preços Id. ; Materiais e equipamentos de trabalho; entre outros que forem utilizados na formação do preço final da proposta.

16.33. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

16.34. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação do licitante, mas a aceitação tácita do prazo nele indicado.

16.35. **Da Vistoria Técnica**

16.35.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário previamente agendado com a Coordenadoria Administrativa, através do e-mail : coadm@detran.ro.gov.br;

16.35.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

16.35.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

16.35.4. Caso a licitante não queira realizar a vistoria, deverá apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

16.35.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme **ANEXO A (ID 69691745)** - Declaração de Pleno Conhecimento para a Prestação dos Serviços ou Renúncia de Vistoria.

16.35.6. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de pleno conhecimento para prestação dos serviços ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita;

17. **DA HABILITAÇÃO**

17.1. **Habilitação Jurídica**

17.2. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

17.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

17.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.5. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

17.6. **Da Qualificação Técnica**

17.6.1. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, considerando os serviços desta licitação:

17.6.2. A parcela de maior relevância ou valor significativo para o grupo deverá ser compatível com o objetos licitado relativo a prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial armada, cujo valor estimado para o item é **superior a 4%** do valor total estimado da contratação;

17.6.3. Considerando a exigência de atestados, **a quantidade mínima exigida será de 50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância do total do grupo que o licitante esta participando.

17.6.3.1. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- a) prestação de serviços de vigilância patrimonial armada;
- b) operação de postos de vigilância armada com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c) supervisão operacional dos serviços de vigilância patrimonial;
- d) execução de serviços contínuos de vigilância armada em quantitativo compatível com o objeto licitado.

17.6.3.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá observar quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância acima indicadas, admitido o somatório de atestados, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

17.6.4. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu produtos condizentes com o(s) item(ns)/grupos relativos a serviço de vigilância patrimonial.

17.6.5. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

17.6.6. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021 sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

17.6.7. O atestado deverá preferencialmente em papel timbrado, indicando os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) , dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.) e acompanhado de contrato, além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.

17.6.8. A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

17.6.9. **Relação explícita**, bem como, **declaração formal** de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação;

17.6.10. **Certificado de Segurança** expedido pelo Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional de Rondônia (RO), na forma disposta na Portaria DPF/MJ nº 387/06;

17.6.11. **Declaração de Vistoria** atestando que a empresa vistoriou e tem conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, ou, ainda, que se responsabilizará pelo cumprimento das obrigações no caso de não realização da vistoria, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa, com firma registrada em cartório, na forma da lei;

17.6.12. A vistoria deverá ser feita por pessoa com qualificação suficiente para visão geral dos

serviços, a qual deve ser devidamente credenciada pela licitante, mediante a apresentação, preferencialmente, de procuração, lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida, ou documento idôneo que demonstre a sua competência, caso não se trate de sócio da empresa.

17.7. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

17.7.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

17.7.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

17.7.3. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.7.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.7.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

17.7.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.7.7. Certidão de Regularidade de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, bem como de aprendiz: (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab#> | <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>)

17.8. Da Qualificação Econômica Financeira

17.8.1. Para a qualificação econômica é necessário:

17.8.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II da Lei 14133/2021.

17.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), **de 10% (cinco por cento) do valor estimado para o grupo** no qual estiver participando, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante menos Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, sendo que esse percentual corresponde a 1/6 (um sexto) do valor anual estimado do contrato, o que representa a necessidade de capital de giro suficiente para sustentar aproximadamente 2 (dois) meses de prestação de serviços sem recebimento, considerando o ciclo de medição, ateste e pagamento previsto neste TR. O critério foi definido com base no padrão adotado pelo Governo Federal para contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e em contratações similares de vigilância patrimonial realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme levantamento constante dos autos. O índice busca assegurar que a contratada tenha liquidez para honrar os encargos trabalhistas e previdenciários do mês corrente antes de receber a fatura do período, sem configurar restrição desproporcional à competitividade, dado que empresas regularmente constituídas e em plena atividade no setor de vigilância tipicamente apresentam índice superior a esse patamar.

b) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O percentual de 10% corresponde ao limite máximo autorizado pelo art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021 para exigência de patrimônio líquido mínimo em licitações. Sua adoção neste certame se justifica pela natureza do objeto — prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada com dedicação exclusiva de mão de obra e elevado volume de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias mensais —, pelo histórico de inadimplemento trabalhista verificado em contratos anteriores do DETRAN-RO com empresas do setor, conforme ações judiciais relacionadas no Despacho PGE-DETRAN nº 70568270, e pela necessidade de assegurar capacidade econômica para suportar eventual encerramento contratual com pagamento integral de rescisões

b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/grupo, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias.

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/grupo em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/grupo(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/grupo(s).

c) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E, IN SEGES/MP n. 5/2017 de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos.

c.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

c.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas. Fórmula Explicativa, para fins de atendimento ao disposto nos itens "c.1" e "c.2" da alínea "c".

I - A Declaração de Compromisso Assumido deve informar 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor Total dos Contratos}} > 1$$

Observação: Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um). Nota 2: considerase o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

II - Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresenta seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativa.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

17.8.4. o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

17.8.5. caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/grupo em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/grupo(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

17.8.6. as regras descritas nos itens c e d deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/grupo(s).

17.8.7. OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/2021 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

17.8.8. A licitante deverá comprovar capital social integralizado compatível com o número de empregados necessários à execução contratual, observados os parâmetros do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 e entendimento firmado pelo STF no Tema 1.118.

17.9. Das Declarações apresentadas Junto a Proposta

17.9.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, anexado junto com o documento de proposta.

17.9.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, cuja veracidade será confirmada mediante a apresentação da certidão consignada no item 17.7.7. deste Termo de Referência.

17.9.3. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, atividade preponderante e justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.

17.9.4. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.9.5. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\).](#)

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. Do instrumento Contratual

18.1.1. A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

18.1.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.

18.1.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

18.1.4. Os Contratos a serem firmados terão sua vigência durante o período de 1 ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, com a indicação do crédito orçamentário e respectivo empenho para atender a despesa no exercício que estiver vigente, bem como da parcela da despesa relativa à parte a ser executada, caso a duração ou previsão de duração do contrato ultrapasse o exercício financeiro.

18.1.5. Tratando-se de contrato de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro ocorrerá exclusivamente por meio de repactuação, nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 25, §7º, do mesmo diploma, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano entre a data do orçamento estimado que serviu de referência para a proposta e o primeiro pedido de repactuação, ou entre repactuações subsequentes.

18.2. Do reajuste Contratual

18.2.1. A repactuação será processada de forma segregada conforme a natureza dos custos, observadas as seguintes datas de vinculação:

18.2.2. Para os custos decorrentes de mão de obra: a data do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, nos termos do art. 135, II, da Lei nº 14.133/2021;

18.2.3. Para os demais custos decorrentes do mercado: a data de apresentação da proposta ou do orçamento de referência da contratação, nos termos do art. 135, I, da Lei nº 14.133/2021.

18.2.4. Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a repactuação depende de solicitação expressa da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos contratuais, nos termos do art. 135, caput, da Lei nº 14.133/2021

18.2.5. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 1 ano, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 1 ano;

18.2.6. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

18.2.7. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

18.2.8. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

18.3. Dos Acréscimos e Supressões

18.3.1. A CONTRATADA fica obrigada em aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

18.4. Da Rescisão Contratual

18.4.1. A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

18.4.2. Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa contratada, sustar, interromper, deixar de executar os serviços solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/2021.

18.4.3. Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração.

19. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DECORRENTE DO CONTRATO

19.1. Durante o prazo de vigência do Contrato, os preços serão irrevogáveis, salvo;

19.2. Passando-se 1 ano da proposta base, o contrato será reajustado ou corrigido monetariamente de acordo com as disposições do art. 3º da Lei nº 10.192/01 e, no que com ela não conflitam, da Lei nº 14.133/2021, bem como, os termos estabelecidos no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e ainda, o disposto na Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017.

19.3. A periodicidade anual de que trata o subitem anterior será contada a partir da data limite

para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, na forma do art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/01, em conjunto aos termos do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

19.4. No que concerne a mão de obra, essa será repactuada mediante novo dissídio coletivo / Convenção Coletiva, desde que requisitado em tempo pelo contratado, os necessários ajustes financeiros, de acordo com o estabelecidos no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e ainda, o disposto na Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017.

19.5. As repactuações para reajuste do contrato serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

19.6. Considerando Art. 162 do Decreto Estadual 28.874/2024, a decisão da CONTRATANTE sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos pela CONTRATADA, conforme estabelecido no item anterior. Em atendimento ao § 1º do respectivo artigo, caso não sejam cumpridos os atos ou deixar de apresentar a documentação solicitada, este prazo ficará suspenso até serem sanados.

19.7. Será vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

19.8. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, o disposto no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

19.9. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, considerando-se:

I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - As particularidades do contrato em vigência;

III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

19.10. **Da Inexecução e da Rescisão do Contrato**

19.11. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

19.12. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.

19.13. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021.

20. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

20.1. Fica a licitante vencedora obrigada a apresentar garantia, por ocasião da assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº. 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, ficando retida até o término da vigência do contrato, nas modalidades previstas no §1º do citado artigo:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

d) Título de capitalização

20.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente no Banco do Brasil, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872/86, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21.

20.3. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia:

a) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de trinta dias;

b) a apólice deverá indicar o DETRAN/RO como beneficiário;

c) não será aceita apólice que contenha cláusula contrária aos interesses do DETRAN-RO.

20.4. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá ter:

a) prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de trinta dias;

b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao DETRAN/RO independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

c) renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;

d) cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste Edital.

20.5. Se a opção for por títulos da dívida pública, estes deverão:

a) ter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Estadual, constando entre aqueles previstos na legislação específica;

b) ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco do Brasil, podendo o DETRAN/RO de Rondônia recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

20.6. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva solicitação, mediante a certificação pelo Gestor do contrato de que os serviços foram realizados a contento.

20.7. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data em que for notificada pelo DETRAN-RO.

20.8. Se houver acréscimo ao valor do contrato, a contratada se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data que for notificada pelo DETRAN/RO.

21. DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta Vinculada Quitação das Obrigações Trabalhistas que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

21.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.4. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- I - 13º (décimo terceiro) salário;
- II - Férias e um terço constitucional de férias;
- III - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- IV - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.5.1. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica (ID 69693551), firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.12. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do ANEXO XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.14. Para a abertura da conta vinculada, a Contratante emitirá ofício à instituição financeira cooperada e enviará a empresa contratada para que proceda com a abertura da conta vinculada junto a respectiva Instituição financeira, e apresente a respectiva comprovação à contratante no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento do ofício.

22. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22.1. Prestação de serviços de vigilância de segunda-feira a domingo (ininterrupta), envolvendo 1 (um) ou mais vigilante por plantão, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas diurnos e noturnos, conforme a necessidade das unidades de cada grupo.

22.2. Além da mão de obra, a prestação dos serviços deverá **contemplar o fornecimento** de todo o material, equipamentos, inclusive de proteção individual certificados, insumos e ferramental, o que implica vantagem para a Administração.

22.3. Considerando a atuação dos postos em regime 12x36 horas e sendo o único posto alocado em cada localidade, o trabalhador deverá ser indenizado o intervalo **intra jornada** em 30 minutos, não se ausentando o trabalhador de seu posto para usufruir do intervalo para descanso e alimentação. Essa alternativa, além de apresentar custos menores em comparação à necessidade de alocar outro trabalhador para a cobertura do intervalo intra jornada em diferentes postos, também facilita o trabalho da fiscalização administrativa e técnica e está em consonância com o caput do art. 59-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, segundo o qual:

"em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação."

22.4. Caberá aos postos de vigilantes o pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o valor do salário base, conforme disposto na Cláusula Terceira da CCT e em consonância com o art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora (NR) 16, aprovada pela Portaria 1.885, de 03.12.2013, do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

22.5. Todos os profissionais dos postos contratados deverão cumprir as atividades previstas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo de outras previstas em norma específica ou conforme demanda da Administração, desde que as ocorrências não impliquem em desvio ou acúmulo de função, não obstante caberá ao preposto da contratada e a fiscalização do contrato a análise da possibilidade de realizar atividades não previstas nos requisitos das atividades a serem desempenhadas, na CBO ou norma específica.

22.6. O rol de tarefas e de periodicidade listados pela Administração para os cargos é exemplificativo, não excluindo nem restringindo outras, não constantes nele, que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento à demanda pelos serviços, à critério da Administração.

22.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

22.8. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante; a contratada deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, e sempre que houver alteração com a troca de funcionários, apresentar declaração assinada por seus colaboradores na qual cada um afirme que não possui nenhum parente até o 3º grau no âmbito do DETRAN/RO, a declaração deve ser apresentada à gestão do contrato em até 5 dias da apresentação do colaborador.

22.9. A contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da nota fiscal, caso seja exigida, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

22.10. A contratada deverá ainda elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO pertinente ao

objeto, devendo apresentá-lo no prazo de 30 (trinta) dias da contratação e renovar sempre que necessário, conforme legislação pertinente.

22.11. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83, assim como o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC nº 110, Emenda nº 01:

- I - Ser brasileiro;
- II - Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
- V - Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;
- VI - Não ter antecedentes criminais registrados;
- VII - Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

22.12. Importante ressaltar que a prorrogação é uma possibilidade e não uma obrigatoriedade, sendo certo também que a possibilidade de prorrogação por períodos sucessivos até o limite estabelecido em Lei, propicia que as empresa apresente propostas de preços mais vantajosas, neste contexto, afim de garantir que as empresa não tenha prejuízos em uma eventual não prorrogação, os custos dos insumos que possuam vida útil superior a 12 (doze) meses, a exemplo Armas e Coletes Balísticos, sejam diluídos no primeiro ano de contrato, glosando os custos destes para um eventual segundo período, conforme descritos no item 10.10 deste Termo de Referência.

23. DAS OBRIGAÇÕES

23.1. Da Contratante

23.2. Acompanhar, fiscalizar e receber o objeto contratado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

23.3. Emitir as Autorizações de Execução de Serviços diretamente ao preposto da empresa, conforme se apresentarem as necessidades do DETRAN.

23.4. Proporcionar à contratada todas as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, na forma e condições estabelecidas.

23.5. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devem executar suas atividades.

23.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pelo preposto da contratada, porém se remetendo diretamente aos vigilantes nos casos necessários de atendimento direto.

23.7. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

23.8. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação e demais documentações exigíveis para efetivação do pagamento.

23.9. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

23.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e a Receita Federal do Brasil — RFB.

23.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

23.12. Reter os valores referentes às obrigações trabalhistas concernentes ao 13º (décimo terceiro) salário, férias e um terço constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa e encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário a serem depositadas em

conta vinculada.

23.13. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, rejeitando no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, fixando prazo para a sua correção, bem como quanto à aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato.

23.14. Proporcionar os meios e condições necessárias à segurança, sendo autorizada a instalação por parte da Contratante, cofre de guarda da arma de pequeno porte e munições, nas guaritas e quando esta não existir, em local indicado pela contratante, ressaltando que a senha de abertura do cofre é de responsabilidade da contratada, bem como à higiene dos empregados da contratada, designados para a execução dos serviços.

23.15. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.

23.16. Autorizar a devolução da garantia prestada em dinheiro e dos valores depositados em conta vinculada à Contratada após o término do contrato, nos prazos definidos neste termo.

23.16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

23.16.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021, por intermédio dos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da CONTRATADA.

23.16.3. Notificar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas, das eventuais aplicações de advertências e multas previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133 e alterações, e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024;

23.16.4. Expedir termo de recebimento atestando a fatura/nota fiscal correspondente ao serviço prestado;

23.16.5. Assegurar que os serviços de natureza continuada descritos neste instrumento somente sejam realizados unicamente pela CONTRATADA, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, sendo portanto vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto;

23.16.6. Realizar rigorosa conferência das características dos serviços prestados, através da fiscalização contratual designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

23.16.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

23.16.8. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

23.16.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

23.16.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos

23.16.11. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;

23.16.12. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório;

23.16.13. Realizar o controle e registro dos equipamentos e materiais empregados na execução dos serviços contínuos.

23.16.14. Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

I - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e

apoio ao usuário;

II - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;

III - Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado; e

IV - Considerar os empregados da CONTRATADA como empregados eventuais do DETRAN, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

23.16.15. O DETRAN-RO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23.17. Da Contratada/Fornecedor

23.17.1. Autorização para funcionamento como empresa especializada em vigilância armada, na unidade da federação respectiva, concedida pelo Ministério da Justiça.

23.17.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto (s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

23.17.3. A contratada não poderá repassar os custos de uniforme e equipamentos a seus empregados.

23.17.4. Fornecer, quando previsto, armas, munições e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos:

23.17.5. Apresentar ao Contratante a relação de armas e cópias xerográficas autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas no cumprimento do contrato.

23.17.6. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do Contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

23.17.7. Indicar um supervisor para realizar semanalmente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.

23.17.8. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em períodos alternados.

23.17.9. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

23.17.10. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

23.18. Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes à Contratante; vedado o retorno dos mesmos às dependências da Contratante, mesmo que para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias;

23.19. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

23.20. Providenciar para que as armas sejam constantemente mantidas e em condições de uso, além de manter sua documentação em dia;

23.21. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

23.22. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

23.23. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

23.24. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração,

inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

23.25. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

23.26. Repor, garantida ampla defesa e contraditório, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após notificação, o bem patrimonial desaparecido ou objeto de furto, ocorrido fora do expediente administrativo;

23.27. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão.

23.28. Disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente.

23.29. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

23.30. Apresentar à Contratante, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à admissão do(s) profissional(is), comprovante de contratação de seguro de vida em grupo, com cobertura durante todo o período de execução contratual.

23.31. A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o cumprimento das obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada ao objeto contratual, especialmente quanto ao fornecimento de cesta básica, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais benefícios obrigatórios aplicáveis à categoria profissional envolvida na execução dos serviços.

23.32. A comprovação ocorrerá mediante apresentação de recibos, comprovantes de entrega, relação nominal dos empregados vinculados ao contrato, folhas de pagamento ou outros documentos idôneos aptos a demonstrar o efetivo adimplemento dos benefícios previstos no instrumento coletivo de trabalho.

23.33. Manter controle de frequência/pontualidade de seus vigilantes sob o contrato.

23.34. Recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e quaisquer outras obrigações relacionadas com a de mão-de-obra, ficando responsável por todos os atos praticados por seus empregados.

23.35. Arcar com todas as despesas relativas a encargos trabalhistas e previdenciários referentes aos Vigilantes colocados no serviço.

23.36. Prever um quantitativo de pessoal necessário para eventuais substituições dos efetivos, em caso de afastamento por motivos de férias, licença, etc.

23.37. Fornecer ao DETRAN, quando solicitado, cópias dos comprovantes de pagamento, contendo a discriminação individual dos salários, bem como, dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado no serviço.

23.38. Serão de inteira responsabilidade da empresa prestadora dos serviços, eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando no exercício de suas atividades. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido nas planilhas (ID 69680310).

23.39. A contratada deverá disponibilizar nos locais em que haja dois ou mais postos a quantidade necessária de rádio de comunicação tipo HT, bem como, a quantidade de baterias e carregadores suficientes.

23.40. Comprovar ao Gestor do Contrato a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de cópia autenticada do Certificado de Curso de Formação de Vigilantes e/ou Carteira Nacional, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

23.41. Fornecer ao vigilante colete à prova de balas, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica e deve estar de acordo com a Portaria nº 25/2001, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho –

MTE/SIT.

23.42. Substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da Contratante.

23.43. Apresentar as faturas mensalmente no primeiro dia útil do mês seguinte relativo ao serviço prestado.

23.44. A contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da nota fiscal, caso seja exigida, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

23.44.1. Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, até o 5º dia útil do mês subsequente conforme previsão legal;

23.44.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos dos uniformes e EPI's aos seus empregados;

23.45. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas **mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato** que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.46. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

23.47. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

23.48. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

23.49. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e a Receita Federal do Brasil — RFB.

23.50. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

23.51. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes da categoria abrangida pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

23.52. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.53. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante.

23.54. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

23.55. Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.56. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Fica **vedada** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, nos termos do §2º, do art. 122, da [Lei Nº 14.133/2021](#);

24.2. A vedação à subcontratação de serviços de vigilância armada pode ser justificada por várias razões, que geralmente visam garantir a segurança, a qualidade do serviço, a conformidade com a legislação e a proteção dos direitos dos trabalhadores. Aqui estão algumas das principais justificativas:

a) **Segurança:**

b) **Controle Rigoroso:** Empresas contratadas diretamente para realizar vigilância armada passam por um processo rigoroso de credenciamento e controle. Subcontratar pode diluir esse controle, aumentando o risco de falhas de segurança.

c) **Qualificação e Treinamento:** A subcontratação pode levar à contratação de vigilantes menos qualificados ou mal treinados, comprometendo a eficácia da vigilância armada.

d) **Qualidade do Serviço:**

e) **Padronização:** Empresas especializadas em vigilância armada mantêm padrões de operação que podem não ser seguidos por empresas subcontratadas, afetando a uniformidade e a qualidade dos serviços prestados.

f) **Supervisão e Monitoramento:** Empresas contratadas diretamente são mais fáceis de supervisionar e monitorar, garantindo que os protocolos de segurança sejam seguidos rigorosamente.

g) **Conformidade Legal:**

h) **Regulamentação Estrita:** A vigilância armada é altamente regulamentada, e a subcontratação pode levar ao descumprimento de leis e regulamentos específicos do setor.

i) **Responsabilidade Legal:** A empresa contratante tem responsabilidade legal direta pela conduta dos vigilantes armados. A subcontratação pode complicar a responsabilização em casos de infrações ou incidentes.

j) **Proteção dos Direitos dos Trabalhadores:**

k) **Condições de Trabalho:** Empresas subcontratadas podem oferecer piores condições de trabalho, salários mais baixos e menos benefícios, o que pode afetar a motivação e a performance dos vigilantes.

l) **Vínculo Empregatício:** A subcontratação pode dificultar o reconhecimento de vínculos empregatícios e o cumprimento das obrigações trabalhistas, prejudicando os direitos dos trabalhadores.

m) **Integridade e Confiança:**

n) **Risco de Corrupção:** A subcontratação pode aumentar o risco de práticas corruptas, como propinas e fraudes, comprometendo a integridade do serviço.

o) **Confiança do Cliente:** Clientes que contratam serviços de vigilância armada confiam que a empresa fornecerá vigilantes qualificados e de confiança, algo que pode ser comprometido pela subcontratação.

p) **Risco Operacional:**

q) **Complexidade Logística:** A gestão de vigilância armada já é complexa e a subcontratação pode adicionar camadas de complexidade e riscos operacionais adicionais.

r) **Comunicação e Coordenação:** A comunicação entre equipes de segurança diretamente empregadas é geralmente mais eficiente do que com equipes subcontratadas, reduzindo o tempo de resposta e a eficácia em situações críticas.

24.3. Essas justificativas ajudam a explicar porque muitos contratos de vigilância armada proíbem a subcontratação, buscando garantir a máxima segurança, conformidade legal e qualidade no serviço prestado.

25. DA GESTÃO DO CONTRATO, EXECUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

25.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e do Decreto Estadual nº. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, o DETRAN/RO designará representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato em cada Unidade Administrativa (fiscal setorial), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

25.2. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

25.3. Os Serviços de Fiscalização Técnica Administrativa serão executados por Servidor designado da Gerência de Fiscalização e Contratos, e a de Gestão dos Contratos provenientes deste Termo de Referência serão executadas por servidores designados da Coordenadoria de Contratos, para tanto, serão norteados pelos Relatórios descritos nos Anexos (ID 69692727, 69692889 e 69693022) os quais poderão ser alterados de acordo com a necessidades da Contratante no decorrer da execução do contrato.

25.4. **Da responsabilidade fiscal Setorial:**

25.4.1. Solicitar e conferir a demanda de material solicitada, caso necessário solicitar ao preposto a substituição;

25.4.2. Registrar em planilha a entrada e saídas do material solicitado;

25.4.3. Fazer conferência dos pontos, relatando faltas, ausências não justificadas e caso necessário solicitar ao Preposto a correção dos pontos;

25.4.4. Fazer RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO FISCALIZAÇÃO SETORIAL;

25.4.5. fazer o aceite do serviço emitindo o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO FISCALIZAÇÃO SETORIAL e encaminha para o Fiscal Técnico;

25.4.6. Realizar outros procedimentos correlatos necessários a correta execução do contrato.

25.5. A fiscalização contratual deverá realizar acompanhamento contínuo do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias da CONTRATADA, mediante verificação individualizada e nominal dos empregados vinculados à execução contratual, vedada a adoção de fiscalização por mera amostragem.

25.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente relação nominal atualizada da força de trabalho vinculada ao contrato, acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento salarial, recolhimento de FGTS, contribuições previdenciárias, benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho e demais obrigações trabalhistas correlatas.

25.7. A equipe de gestão e fiscalização deverá acompanhar permanentemente a manutenção das condições de habilitação e do enquadramento tributário da CONTRATADA durante toda a execução contratual, comunicando imediatamente eventual irregularidade ou alteração que possa resultar em tratamento tributário incompatível com a realidade da execução contratual.

25.8. A CONTRATADA deverá manter atualizadas e apresentar, sempre que solicitadas pela fiscalização contratual, as informações relativas ao seu enquadramento tributário, regime de tributação e demais condições que impactem na formação dos custos contratuais e na execução do objeto.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento, decorrente da realização dos serviços constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e alterações.

26.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024 e apresentada na Gerência Administrativa - GERADM do DETRAN/RO, devendo ser observada a possibilidade de que eventuais débitos com a Fazenda Estadual sejam objeto de compensação de crédito, nos termos estabelecidos no § 3º, do citado artigo.

26.3. As Notas Fiscais/Faturas eletrônica, deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas a CONTRATANTE para certificação, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato, valor, período da prestação de serviços ou do fornecimento e o número da conta bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

26.4. Das Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes.

26.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

26.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

26.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

26.8. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, no termos do art. 188 do decreto supra mencionado. **Serão aceitos certidões positivas com efeito negativo.**

26.9. A administração efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes, quando legalmente exigidos.

26.10. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) CONTRATADA(s), a Administração CONTRATANTE reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

26.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

26.12. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou de inadimplência contratual devidamente apurada nos termos desta contratação.

26.13. A irregularidade fiscal superveniente da CONTRATADA não autoriza a retenção de pagamentos relativos a serviços já executados e atestados, devendo a Administração, nessa hipótese, adotar as medidas, quando cabível, a compensação de créditos com débitos perante a Fazenda Estadual, nos termos do art. 188, §3º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

26.14. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

26.15. Qualquer atraso ocorrido, por parte da CONTRATADA, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

26.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

26.17. O pagamento mensal ficará condicionado à comprovação da regular execução contratual e à apresentação da documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias relacionadas aos empregados vinculados à execução do contrato.

26.18. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura:

- a) relação nominal atualizada dos empregados vinculados ao contrato;
- b) comprovantes de pagamento salarial;
- c) comprovantes de fornecimento dos benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) comprovantes de recolhimento do FGTS;
- e) comprovantes de recolhimento previdenciário;
- f) documentos relativos ao eSocial/GFIP, quando aplicável.

26.19. Constatada irregularidade na documentação apresentada ou inadimplemento de obrigações trabalhistas relacionadas à execução contratual, a Administração poderá:

- a) realizar diligências para saneamento;
- b) promover glosa proporcional dos valores correspondentes às parcelas inadimplidas;
- c) adotar medidas de mitigação de risco trabalhista;
- d) aplicar as sanções previstas contratualmente, assegurado o contraditório e a ampla

defesa.

26.20. As medidas adotadas observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e continuidade do serviço público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 28.874/2024 e jurisprudência aplicável.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

27.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

27.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

27.4. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

27.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

27.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

27.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

27.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

27.12. À CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória.

27.13. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, observado o máximo de 2 % (dois por cento) por ocorrência;
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato, observado o máximo de 4 % (quatro por cento) por ocorrência;
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato, observado o máximo de 8% (oito por cento) por ocorrência;
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato, observado o máximo de 10% (dez por cento) por ocorrência;
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, observado o máximo de 15% (quinze por cento) por ocorrência;

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Termo e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no termo/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
12	Efetuar os pagamentos de salários, auxílios entre outros direitos legais a funcionários nos prazos previstos na legislação trabalhista	03

13	Fornecer uniformes, materiais, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços contratados	02
----	---	----

27.14. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

27.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.18. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

27.19. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.20. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Disciplinar - PAD.

27.21. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

27.22. O processamento do PAD não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

28. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

28.1. Considerando que o presente documento deverá conter os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

28.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme modelo previsto no TR Adendo B - INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS-IMR (ID 69692106), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

I - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

II - Deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução

do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

28.3. Contudo, a utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

28.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

28.5. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

28.6. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

28.7. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

28.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

28.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

28.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto por meio do IMR e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório (TR), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

29. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

29.1. No que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo ainda a Contratada:

I - orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

II - utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

29.2. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

29.3. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigida acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

I - Use produtos de limpeza de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

29.4. O disposto no item imediatamente anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

30.2. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do DETRAN/RO, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que este Departamento Estadual de Trânsito venha a sofrer.

31. DOS CASOS OMISSOS

31.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

32. ANEXOS

32.1. Estudo Técnico Preliminar (ID 69665598);

32.2. Matriz de risco (ID 69930199);

32.3. Planilhas de Formação de Custos (72902900, 72902982, 72903031, 72903063, 72903122, 72903288, 72903425);

32.4. Estimativo de Materiais e Equipamentos (ID 69680310);

32.5. Instrução de Medição de resultado - IMR (ID 69692106);

32.6. Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028 (ID 72903425) ;

32.7. Instrução Normativa n. 005/2027 (ID 69680822);

32.8. Atestado de Realização de Vistoria/Dispensa (ID 69691745);

32.9. Relatório de Fiscalização Setorial (ID 69692727);

32.10. Relatório de Fiscalização Administrativa (ID 69692889);

32.11. Relatório de Gestão Contratual (ID 69693022);

32.12. Termo de Cooperação Técnica (ID 69693551).

GRUPO I - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
----------------	-------	-------	----------------------	--------------------------

POSTO AVANÇADO DE EXTREMA - Travessa Sena Madureira, Bairro Centro, Distrito de Extrema, Porto Velho /RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE JACY PARANÁ - Rua Curitiba, S/N, Lote 02, Quadra 18, Distrito de Jacy Paraná, Porto Velho /RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE NOVA CALIFÓRNIA - Av. dos Pioneiros, esquina com a Rua Cafelândia, S/Nº, Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE UNIÃO BANDEIRANTES - Rua Vitória Régia, nº 1019, Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - Rodovia BR 364, S/Nº, no Centro do Distrito de Vista Alegre do Abunã, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE TRIUNFO - Rua Ivo Milan, nº 984, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
CANDEIAS DO JAMARI – CIRETRAN: Av. Airton Senna, S/N, Centro, no Município de Candeias do Jamari/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
ITAPUÃ DO OESTE – CIRETRAN: Rua Atílio Ghesso, nº 1188, Centro, Itapuã do Oeste/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
COORDENADORIA METROPOLITANA DE TRÂNSITO - COMETTRAN - Rua Santa Bárbara, 4500, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
GALPÃO 2 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS e PATRIMÔNIO Rua Benedito de Souza Brito, nº 4543, Setor Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (EPTRAN) E DA DIRETORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO E AÇÕES DE TRÂNSITO (DTFAT) Av dos Imigrantes, 4035, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
PÁTIO 1 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS E LEILÃO Av. Rio Madeira, Lote 09, Gleba 01, Setor Belmont, Bairro Nova Esperança, Porto Velho/RO	I	tipo 1	4	8
		tipo 2	4	8
PRÉDIO SEDE DO DETRAN-RO -Rua Doutor José Adelino, nº 4477 - Costa e Silva, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DA ZONA LESTE - Av. Mamoré, nº 3.333, Parque Ceará, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DA ZONA SUL - Rua Cravo da Índia, nº 2638, Bairro Cohab Floresta, Porto Velho/RO.	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
		Total	53	106

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo I	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	26	52
		Tipo 2	27	54

GRUPO II - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS DE JARU - Avenida JK, nº 1997, Setor 4, Jaru/RO,	II	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
JARU – CIRETRAN: Avenida JK, nº 1940, Setor 04, Quadra 01, Lote 03/A, Bloco B, Centro, Jaru/RO	II	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4

GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA – CIRETRAN: Rua Pitangueira, S/N – Bairro Francisco Natalino, Governador Jorge Teixeira/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE COLINA VERDE - Rua Monte Negro, nº 102, esquina com a Rua Osório de Castro, Distrito de Colina Verde, Governador Jorge Teixeira/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
THEOBROMA – CIRETRAN: Avenida Senador Olavo Pires, Lote 05, Quadra 03, Setor 01, Theobroma/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
VALE DO ANARI – CIRETRAN: Avenida Acyr José Damasceno, 4851, Centro, Vale do Anari/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE TARILÂNDIA - Avenida Francisco Vieira de Souza, 2689, Distrito de Tarilândia, Jaru/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	19	38

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo II	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	9	18
		Tipo 2	10	20

GRUPO III - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
OURO PRETO DO OESTE – CIRETRAN: Rua Castelo Branco, s/n, esquina com Cap. Silvio Gonçalves de Farias – Bairro do INCRA, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PISTA DE TESTE OURO PRETO DO OESTE - Rua Getúlio Vargas, S/Nº, Bairro Loteamento Park Amazonas, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
MIRANTE DA SERRA - Rua Getúlio Vargas, nº 2230, Centro, Mirante da Serra/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVA UNIÃO – CIRETRAN: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Bairro Centro, Nova União/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
VALE DO PARAÍSO – CIRETRAN: Rua Girassol, Setor 01, Quadra 01, Vale do Paraíso/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE RONDONINAS: Av. Jorge Marcelino, S/nº, no Distrito de Rondoninas, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
TEIXEIROPÓLIS – CIRETRAN: Av. Afonso Pena, nº 1192-3, esquina com a Rua D.H, s/n, Bairro Centro, Teixeiraópolis/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	18	36

Total de Postos de Vigilância por Tipo	Grupo III	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	9	18
		Tipo 2	9	18

GRUPO IV - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
CACOAL – CIRETRAN: sito à Rua Ji-Paraná, nº 2101 – Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4

CACOAL - PÁTIO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS - sito à Av. Castelo Branco, nº 23503, Setor Industrial, Cacoal/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
ESPIGÃO DO OESTE – CIRETRAN: sito à Rua da Matriz, esquina com a Rua Pavão, Bairro Cidade Alta, Espigão do Oeste/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	1	2
PÁTIO - ESPIGÃO DO OESTE: Rua Matriz, Bairro: Cidade Alta, Espigão D' oeste/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	2	4
MINISTRO ANDREAZZA – CIRETRAN: Rua Bahia, nº 5953 - Bairro Centro, Ministro Andreazza/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
PARECIS – CIRETRAN: Av. Carlos Gomes, nº 184, esquina com a Rua dos Imigrantes, Parecis/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
PIMENTA BUENO – CIRETRAN: Av. Castelo Branco, 83, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	1	2
PIMENTA BUENO - GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS BR 364, S/N, Lote 21/B-D, Setor Aeroporto, Pimenta Bueno/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PRIMAVERA DE RONDÔNIA – CIRETRAN: Av. Efraim Goulart, nº. 3931, bairro Centro, Primavera de Rondônia/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
SÃO FELIPE DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 370, Bairro Centro, São Felipe do Oeste/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	29	58

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo IV	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	15	30
		Tipo 2	14	28

GRUPO V - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
ROLIM DE MOURA – CIRETRAN: Rua Afonso Pena, nº 5349 – Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO	V	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
ALTA FLORESTA D'OESTE – CIRETRAN: Rua Sergipe, nº. 4292 - Bairro Liberdade, Alta Floresta do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
ALTO ALEGRE DOS PARECIS – CIRETRAN: Av. Ezequiel Alves Dias, nº 3555 - Bairro das Palmeiras , Alto Alegre dos Parecis/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE – CIRETRAN: Rua Brasília, nº 2107 - setor 05 – quadra 031, lote 075, Nova Brasilândia do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PISTA DE TESTE DE DIREÇÃO VEICULAR DE ROLIM DE MOURA - Rua Londrina S/N Bairro: Jardim Tropical, Rolim de Moura/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVO HORIZONTE DO OESTE – CIRETRAN: Av. José Roberto dos Reis Filho, S/Nº, Centro, Novo Horizonte do Oeste/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
SANTA LUZIA DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 3.192 – Bairro Centro, Santa Luzia do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE MIGRANTINOPOLIS - Rua 25		tipo 1	1	2

de Agosto, S/nº, Centro, Distrito de Migrantinópolis, Novo Horizonte do Oeste/RO	V	tipo 2	1	2
		Total	26	52

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo V	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	13	26
		Tipo 2	13	26

GRUPO VI - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Rua Macapá, s/n – Bairro Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
COSTA MARQUES – CIRETRAN: Av. Chianca, nº 857 – Bairro Centro, Costa Marques/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Av. JK, nº 1125 – Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	2	4
SERINGUEIRAS – CIRETRAN: Av. Alcides Ferreira Linhares, nº 820 – Bairro Centro, Seringueiras/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - Rodovia 429, KM 58, s/nº, Distrito de São Domingos do Guaporé, Costa Marques/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
		Total	12	124

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo VI	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	5	10
		Tipo 2	7	14

GRUPO VII - TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
GUAJARÁ MIRIM – CIRETRAN: sito à Av. 1º de Maio, nº 2408 – Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO	VII	Tipo 1	2	4
		Tipo 2	2	4
NOVA MAMORÉ – CIRETRAN: sito à Av. Dom Pedro II, nº 6540 – Bairro Centro, Nova Mamoré/RO.	VII	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE NOVA DIMENSÃO - sito à Av. Nova Dimensão, S/N, localizado no Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré/RO	VII	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
		Total	8	16

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo VII	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	4	8
		Tipo 2	4	8

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

REQUISITANTE
Railana Pinto de Souza Gerente de Administração

REVISÃO
Philippe Dionísio Mendonça Coordenador Administrativo

CONSOLIDAÇÃO
Mariana Fátima Andrade Núcleo de Aquisições e Contratações

DE ACORDO
Ândria Povodeniak Stenzel Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI Portaria n. 8 de 05 de janeiro de 2026 (67923605)

Aprovo o Termo de Referência na forma proposta. Encaminha-se os presentes autos a Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços para conhecimento e adoção de medidas prévias, cabíveis e decorrentes à demanda indicada.

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionísio Mendonça**, **Coordenador(a) de Administração**, em 02/06/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Railana Pinto de Souza**, **Gerente**, em 02/06/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE**, **Chefe de Unidade**, em 02/06/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Andria Povodeniak Stenzel**, **Diretor(a)**, em 03/06/2026, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 08/06/2026, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72902763** e o código CRC **F30F867F**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 72902763



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- 1.2. Unidade Administrativa: Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI
- 1.3. Unidade Solicitante: Coordenadoria de Administração - COADM

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O Estudo Técnico Preliminar, em obediência ao Inciso I, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade, interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução demonstrando a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência caso se conclua pela sua viabilidade.

2.2. Consoante a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual define em seu artigo 6º, inciso XX, a figura do Estudo Técnico Preliminar, o presente documento em tela destaca-se como ferramenta hábil para materializar a viabilidade das compras/contratações no âmbito da Administração Pública direta e/ou indireta. Nesse sentido, assim pontua-se o dispositivo supracitado:

[...] Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

[...]

2.3. Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, constituindo importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, a partir da identificação das necessidades do ente, análise da viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outros.

2.4. Nesse diapasão, em obediência aos princípios elencados no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, com ênfase ao princípio do planejamento, o Estudo Técnico Preliminar evidencia-se como mecanismo eficiente, uma vez que contém motivação das necessidades, demonstrando os quantitativos, levantamento de mercado, análise de riscos, entre outros parâmetros cabíveis para cada objeto a ser alvo de compras públicas.

2.5. O objeto do presente estudo reside na escolha da melhor solução para a administração, sendo aquela que apresenta maior vantajosidade e atenda integralmente o interesse público, tendo sido elaborado em atendimento aos preceitos estabelecidos no art. 34 do Decreto Estadual 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada justifica-se pela necessidade de garantir a proteção das pessoas e do patrimônio público sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO. Tal necessidade decorre, especialmente, da inexistência de profissionais da categoria de vigilância patrimonial armada no quadro permanente desta Autarquia, o que inviabiliza a execução direta dessas atividades.

3.2. Considerando o dever constitucional da Administração Pública de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas que utilizam ou trabalham nas dependências do órgão, a presente contratação tem por finalidade assegurar a prestação contínua e adequada dos serviços de vigilância patrimonial armada, em regime diurno e noturno, garantindo a segurança das instalações das diversas unidades do DETRAN/RO.

3.3. Nesse contexto, a Lei n. 14.967/2024, define como atividades de segurança privada aquelas desenvolvidas com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos ou privados, bem como à segurança de pessoas físicas, além do transporte de valores.

3.4. Adicionalmente, a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, regulamenta as atividades de segurança privada, elencando, em seu artigo 1º, § 3º, entre outras, a vigilância patrimonial, caracterizada como a atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos públicos ou privados, urbanos ou rurais, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

3.5. Ressalta-se que todos os materiais de consumo, equipamentos operacionais e equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços serão fornecidos integralmente pela empresa contratada, compondo o custo da contratação. Dessa forma, a Administração Pública não arcará com investimentos diretos relacionados à aquisição, guarda e manutenção de materiais, tampouco com a contratação, treinamento e gestão de mão de obra, o que contribui para uma aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Ademais, a contratada, como parte diretamente interessada na otimização de seus custos operacionais, tende a apresentar proposta mais vantajosa, cuja economia refletirá em benefício ao DETRAN/RO.

3.6. Registre-se, ainda, que a contratação de serviços terceirizados de vigilância patrimonial armada encontra respaldo na Instrução Normativa nº 05/2017 SLTI/MP, a qual dispõe que a Administração Pública pode terceirizar atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às suas competências legais, incluindo, expressamente, os serviços de segurança e vigilância.

3.7. Cumpre destacar que foram elaborados relatórios técnicos consolidados acerca das condições de vigilância patrimonial das unidades do DETRAN/RO, os quais subsidiaram a revisão dos contratos vigentes e a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios. Tais relatórios, individualizados por unidade, contemplaram todas as estruturas do órgão sede administrativa, CIRETRANS, pátios veiculares, postos avançados e demais unidades com foco na identificação de vulnerabilidades operacionais, estruturais e tecnológicas, bem como na avaliação da conformidade dos equipamentos, procedimentos adotados e no dimensionamento adequado do efetivo de vigilância.

3.8. As avaliações foram realizadas por meio de inspeções in loco, entrevistas com as equipes operacionais e análise documental, resultando em diagnóstico técnico abrangente, conforme processo de ID nº 0010.024418/2025-50. Entre as vulnerabilidades identificadas destacam-se: efetivo insuficiente de vigilantes, ausência de controle formal de acesso, exposição dos profissionais durante a abertura manual de portões, execução de atividades incompatíveis com a função de vigilância, além de não conformidades relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual e à documentação obrigatória, tais como a ausência da Carteira Nacional de Vigilante – CNV e do uso de coletes balísticos.

3.9. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de abertura de novo processo licitatório para contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, de modo a atender adequadamente às demandas do DETRAN/RO, corrigir as fragilidades identificadas nos relatórios técnicos e assegurar a proteção efetiva das pessoas, instalações e bens públicos sob a responsabilidade desta Autarquia.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES DO OBJETO

4.1. Quantidade de postos :

GRUPO I		
Posto Avançado De Extrema, Posto Avançado De Jaci Paraná, Posto Avançado De Nova California, Posto Avançado De União Bandeirantes, Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã, Posto Avançado Triunfo, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho, Galpão de Veículos Apreendidos I e Leilões, Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial e Galpão da Diretoria de Patrimônio , Prédio sede Porto Velho, P.A. Zona Leste, Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT) e Posto Avançado da Zona Sul.		
Item	Especificação	Unidades de Postos
01	POSTO TIPO 1	26
02	POSTO TIPO 2	27
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	53

GRUPO II		
Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru, Ciretran De Jaru, Governador Jorge Teixeira, Posto Avançado De Colina Verde, Theobroma, Vale Do Anari, e Tarilândia.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	9
02	POSTO TIPO 2	10
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	19

GRUPO III		
Ouro Preto do Oeste, Pista de Teste Ouro Preto do Oeste, Galpão de Veículos Apreendidos de Outro Preto, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Posto Avançado Rondonias e Teixeiraópolis.		
ITEM	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	9
02	POSTO TIPO 2	9
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	18

GRUPO IV		
Cacoal, Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos, Espigão do Oeste , Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	15
02	POSTO TIPO 2	14
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	29

GRUPO V		
Rolim de Moura - Ciretran, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Posto avançado de Migrantinópolis.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	13
02	POSTO TIPO 2	13
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	26

GRUPO VI		
----------	--	--

São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.

Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	5
02	POSTO TIPO 2	7
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	12

GRUPO VII		
Guajará Mirim, Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão.		
Item	Especificação	Unidade de Postos
01	POSTO TIPO 1	4
02	POSTO TIPO 2	4
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	8

4.2. **Quantidade de Vigilantes :**

GRUPO I		
Posto Avançado De Extrema, Posto Avançado De Jaci Paraná, Posto Avançado De Nova California, Posto Avançado De União Bandeirantes, Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã, Posto Avançado Triunfo, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho, Galpão de Veículos Apreendidos I - Leilões, Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial - Galpão da Diretoria de Patrimônio , Prédio sede Porto Velho, P.A. Zona Leste, Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT), Posto Avançado da Zona Sul.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	52
02	POSTO TIPO 2	54
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	106

GRUPO II		
Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru, Ciretran De Jaru, Governador Jorge Teixeira, Posto Avançado de Colina Verde, Theobroma, Vale do Anari, e Tarilândia.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	18
02	POSTO TIPO 2	20
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	38

GRUPO III		
Ouro Preto do Oeste, Pista de Teste Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Vale Do Paraíso, Posto Avançado Rondominas e Teixeiraópolis.		
ITEM	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	18
02	POSTO TIPO 2	18
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	36

GRUPO IV		
Cacoal, Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos, Espigão D'Oeste Ciretran, Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes

01	POSTO TIPO 1	32
02	POSTO TIPO 2	32
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	64

GRUPO V		
Rolim de Moura - Ciretran, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Posto avançado de Migrantinópolis.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	26
02	POSTO TIPO 2	26
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	52

GRUPO VI		
São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	10
02	POSTO TIPO 2	14
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	24

GRUPO VII		
Guajará Mirim, Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão.		
Item	Especificação	Quantidade de Vigilantes
01	POSTO TIPO 1	8
02	POSTO TIPO 2	8
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	16

4.3. Das localidade/regiões

GRUPO/Região	Unidades - Localidades do objeto
I	Posto Avançado De Extrema; Posto Avançado De Jaci Paraná; Posto Avançado De Nova Califórnia; Posto Avançado De União Bandeirantes; Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã; Posto Avançado Triunfo; Candeias do Jamari; Itapuã do Oeste; Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho - Cometran; Galpão de Veículos Apreendidos I e Leilões; Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial - Galpão da Diretoria de Patrimônio; Prédio Sede Porto Velho; Posto Avançado Zona Leste; Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT); Posto Avançado da Zona Sul.
II	Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru; Ciretran De Jaru; Governador Jorge Teixeira; Posto Avançado De Colina Verde; Theobroma; Vale Do Anari e Tarilândia.
III	Ouro Preto do Oeste; Pista de Teste Ouro Preto do Oeste; Galpão de Veículos Apreendidos de Outro Preto; Mirante da Serra; Nova União; Vale Do Paraíso; Posto Avançado Rondominas e Teixeiraópolis.

IV	Ciretran de Cacoal; Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos; Espigão do Oeste - Ciretran, Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza; Parecis; Pimenta Bueno; Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos; Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.
V	Rolim de Moura - Ciretran; Alta Floresta D'Oeste; Alto Alegre dos Parecis; Nova Brasilândia do Oeste; Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura; Novo Horizonte do Oeste; Santa Luzia do Oeste; Posto avançado de Migrantinópolis.
VI	São Francisco do Guaporé; Costa Marques; São Miguel do Guaporé; Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.
VII	Guajará Mirim; Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão

5. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Prestação de serviços de vigilância com 12 horas diurnas (Posto tipo 1), de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 06 horas e 30 minutos, com saída às 18 horas e 30 minutos, conforme itens 4.1 e 4.2.

5.2. Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas (Posto tipo 2), de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 18 horas e 30 minutos, com saída às 06 horas e 30 minutos do dia seguinte, conforme itens 4.1 e 4.2.

5.3. Além da mão de obra, a prestação dos serviços deverá **contemplar o fornecimento** de todo o material, equipamentos, inclusive de proteção individual certificados, insumos e ferramental, o que implica vantagem para a Administração.

5.4. Considerando a atuação dos postos em regime 12x36 horas e sendo o único posto alocado em cada localidade, o trabalhador deverá ser indenizado o intervalo intrajornada em 30 minutos, não se ausentando o trabalhador de seu posto para usufruir do intervalo para descanso e alimentação. Essa alternativa, além de apresentar custos menores em comparação à necessidade de alocar outro trabalhador para a cobertura do intervalo intrajornada em diferentes postos, também facilita o trabalho da fiscalização administrativa e técnica e está em consonância com o caput do art. 59-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, segundo o qual:

"em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação."

5.5. Caberá aos postos de vigilantes o pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o valor do salário base, conforme disposto na Cláusula Terceira da CCT e em consonância com o art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora (NR) 16, aprovada pela Portaria 1.885, de 03.12.2013, do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.6. Todos os profissionais dos postos contratados deverão cumprir as atividades previstas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo de outras previstas em norma específica ou conforme demanda da Administração, desde que as ocorrências não impliquem em desvio ou acúmulo de função, não obstante caberá ao preposto da CONTRATADA e a fiscalização do contrato a análise da possibilidade de realizar atividades não previstas nos requisitos das atividades a serem desempenhadas, na CBO ou norma específica.

5.7. O rol de tarefas e de periodicidade listados pela Administração para os cargos é exemplificativo, não excluindo nem restringindo outras, não constantes nele, que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento à demanda pelos serviços, à critério da Administração.

5.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da

CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.9. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante; a CONTRATADA deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, e sempre que houver alteração com a troca de funcionários, apresentar declaração assinada por seus colaboradores na qual cada um afirme que não possui nenhum parente até o 3º grau no âmbito do DETRAN/RO, a declaração deve ser apresentada à gestão do contrato em até 5 dias da apresentação do colaborador.

5.10. A CONTRATADA será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da nota fiscal, caso seja exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

5.11. A CONTRATADA deverá elaborar, implementar e manter o PGR (NR-01) e o PCMSO (NR-07) aplicáveis ao objeto, apresentando-os em até 30 (trinta) dias da contratação e sempre que houver atualizações legais ou mudanças relevantes nas condições de trabalho

5.12. Para o exercício da função, o vigilante deverá atender aos requisitos previstos na legislação vigente e nas normas da Polícia Federal aplicáveis à segurança privada, conforme abaixo :

- I - Ser brasileiro;
- II - Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- IV - Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 14.967/2024
- V - Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;
- VI - Não ter antecedentes criminais registrados;
- VII - Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

5.13. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta pelo prazo inicial de 1 (um) ano, podendo ser prorrogados, nas hipóteses de serviços contínuos, por até 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.14. Importante ressaltar que a prorrogação é uma possibilidade e não uma obrigatoriedade, sendo certo também que a possibilidade de prorrogação por períodos sucessivos até o limite estabelecido em Lei, propicia que as empresa apresente propostas de preços mais vantajosas, neste contexto, afim de garantir que as empresa não tenha prejuízos em uma eventual não prorrogação, os custos dos insumos que possuam vida útil superior a 12 (doze) meses, a exemplo Armas e Coletes Balísticos, sejam diluídos nos primeiros 12 (doze) meses do contrato, glosando os custos destes para um eventual segundo período de 12 (doze) meses, esta informação deve estar clara no Termo de Referência.

5.15. **Do prazo e Condições de Início da Prestação dos Serviços:**

5.15.1. **Prazo para Início da Prestação dos Sserviços:**

5.15.1.1. O prazo para início dos serviços será de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviços, a qual será emitida em até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do Termo Contratual.

5.15.1.2. Os serviços serão executados nos endereço indicados em cada grupo, indicados na tabela de endereços abaixo deste documento, nos horários indicados conforme cada tipo de Posto de Serviço.

5.15.1.3. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá se apresentar nas dependências das localizações dos postos disposto no item 17. deste documento, em data a ser agendada junto ao gestor/fiscal do contrato, munido com o preposto, com os profissionais pertencentes ao quadro funcional da própria empresa que executarão os serviços e com a documentação necessária, para instruções sobres

normas, diretrizes e regulamentos internos do DETRAN a serem repassados para início da execução contratual;

5.15.1.4. Em qualquer tempo, havendo necessidade de alteração escala de horários dos postos de trabalho para adequação ao funcionamento da unidade, a mesma será negociada com a CONTRATADA, sempre respeitando a jornada laborativa definida neste documento, a legislação e a Convenção Coletiva da classe, bem como os preços previamente definidos.

5.15.2. Do Local :

5.15.2.1. Os serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

5.15.2.2. Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 06 horas e 30 minutos, com saída às 18 horas e 30 minutos;

5.15.2.3. Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, iniciando às 18 horas e 30 minutos, com saída às 06 horas e 30 minutos do dia seguinte;

5.15.2.4. Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alteração a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRATANTE.

5.15.2.5. Deve ser observado junto ao posto, a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso previsto por Lei, na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, durante esses períodos de alimentação, far-se-á a cobertura dos Postos mediante a substituição.

5.15.3. Do Perfil Profissiográfico do Corpo Vigilante

5.15.3.1. Os vigilantes contratados para prestação direta dos serviços de vigilância deverão atender aos seguintes requisitos mínimos de perfil profissiográfico:

5.15.3.2. Comprovar escolaridade preferencialmente do 2º grau completo;

5.15.3.3. Ter idade acima de 21 anos;

5.15.3.4. Ter formação, treinamento ou capacitação para exercer os serviços em posto de vigilância armada realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 14.967/2024.

5.15.3.5. Comprovar experiência profissional como vigilante de, no mínimo, 06 (seis) meses;

5.15.3.6. Comprovar inexistência de antecedentes civis ou criminais que desabone a conduta para a função;

5.15.3.7. Revelar idoneidade, estabilidade emocional, alta capacidade de percepção e concentração, bem como elevado senso de responsabilidade;

5.15.3.8. Ter capacidade de trabalhar com múltiplos problemas;

5.15.3.9. Demonstrar capacidade de realizar tarefas em ambientes fechados de forma solitária e repetitiva;

5.15.3.10. Ter acuidade visual;

5.15.3.11. Ter redação própria e caligrafia legível;

5.15.3.12. Demonstrar equilíbrio emocional e apresentar polidez no atendimento ao público em geral;

5.15.3.13. Ter noções básicas de combate a incêndios;

5.15.3.14. Ter boas maneiras no atendimento telefônico e ao público pessoalmente;

5.15.3.15. Manter bom condicionamento físico;

5.15.3.16. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e

5.15.3.17. Ter sido aprovado nos exames de saúde física, mental e psicotécnico.

5.15.3.18. O profissional deverá passar por avaliação prévia, através de profissional ou instituição competente, de modo a se aferir a aptidão física, mental e psicológica para o exercício da atividade, verificando-se, inclusive, se este detém o perfil psicossocial desejado e recomendado para a prática da

função.

5.15.3.19. Incumbe à CONTRATADA submeter o profissional à avaliação de que trata o item anterior, submetendo-o posteriormente ao Gestor do Contrato, reservando a este o direito de rejeitar aquele que não atenda ao perfil profissiográfico estabelecido nas atribuições da categoria.

5.15.4. **Dos Uniformes, Materiais e Equipamentos Mínimos.**

5.15.4.1. A CONTRATADA se obriga a fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, além das normas gerais de segurança, conforme relação mínima em anexo (ID 69680310), reportada por cada posto de serviço:

5.15.4.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens (de uniforme e materiais/equipamentos) a seus empregados.

5.15.4.3. A CONTRATADA deverá substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação do CONTRATANTE.

5.15.4.4. O fornecimento dos uniformes a cada empregado deverá se dar semestralmente, sendo a primeira entrega quando no início do contrato, resguardado o direito da CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição dos que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.15.4.5. O fornecimento ao vigilante do **colete à prova de balas**, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica deve estar de acordo com a Portaria nº 25/2001, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT.

5.15.5. **Outras Condições**

5.15.5.1. A Administração colocará à disposição da empresa CONTRATADA, de acordo com os postos, apenas a estrutura física e para cumprimento do contrato, conforme o caso, tais como guarita salubre.

5.15.5.2. Não será admitido o abandono do posto ou flagrante de vigilante dormindo em serviço, principalmente utilizando para tanto os móveis da CONTRATANTE.

5.15.5.3. Como resultado da contratação as dependências da Administração devem estar sob permanente vigilância, tanto de bens quanto de pessoas, de modo a evitar-se qualquer ocorrência de furto, roubo ou qualquer outro tipo de sinistro relacionado com a violência.

5.15.5.4. A Administração não disponibilizará nenhum empregado para atuar como vigilante, ficando a cargo da empresa o fornecimento total da mão de obra.

5.15.5.5. Os controles ou registros de ocorrência e de presença de visitantes e dos próprios vigilantes, bem como entrega e fiscalização de uso do crachá de identificação para transitar nas dependências do órgão, deverão ser de responsabilidade da empresa a ser Contratada. Tais controles deverão ser disponibilizados ao gestor desse contrato, sempre que for solicitado.

5.15.5.6. Os vigilantes e outros prepostos, utilizados na prestação de serviços pela empresa a ser Contratada, NÃO TERÃO QUALQUER VINCULAÇÃO com a Administração, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da Administração.

5.15.5.7. Na hipótese da Administração vir a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, a CONTRATADA ficará obrigada a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

5.15.5.8. Todas as instruções e reclamações da Administração serão transmitidas por escrito diretamente à CONTRATADA, salvo em casos de urgência, quando poderá fazê-lo por telefone ou ao próprio vigilante em serviço, tornando-a formal tão logo seja possível.

5.15.5.9. Na execução dos serviços, faz-se necessário que a CONTRATADA utilize equipamentos adequados e mantenha em seu quadro profissionais capacitados e em número suficiente para o

atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por qualquer motivo (férias, licenças, faltas ao serviço, etc...).

5.15.5.10. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão jamais constituir causa para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a CONTRATADA como especializada na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta também as complementações por acaso omitidas nas especificações, mas implícitas e necessárias ao adimplemento do objeto.

5.15.5.11. O **PREPOSTO** da CONTRATADA deve ser formalmente designado por ela antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, podendo inclusive, constar autorização para recebimento de comunicações/documentos em nome da CONTRATADA.

5.15.5.12. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a contratada designar outro para o exercício da atividade.

5.15.5.13. Caso necessário, deverá ser realizada reunião inicial, com a participação do gestor, fiscais e preposto, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. Desta reunião deverá ser lavrada ata, assinada por todos os participantes.

5.15.5.14. A CONTRATADA, na prestação dos serviços contratados, alocação de colaboradores pertencentes ao seu quadro de empregados e habilitados à realização dos serviços, nas quantidades contratadas.

5.15.5.15. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-la, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

5.15.5.16. A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração.

5.15.5.17. Os colaboradores deverão ser habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e a legislação em vigor, garantindo o comparecimento nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE, orientando-os a observar, no exercício de suas tarefas, as normas e protocolos internos do DETRAN-RO.

5.15.5.18. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE.

5.15.6. **Da Estimativa e Quantitativos dos Equipamentos e Afins:**

5.15.6.1. O quantitativo dos materiais levantado é o considerado básico para a consecução das atividades das unidades contempladas, e devido a peculiaridade do serviço, durante o primeiro ano de execução deverá ser avaliado e realizado o real dimensionamento dos itens a serem entregues, para a realização de alinhamento das quantidades adequadas mediante termo aditivo.

5.15.7. **Das Garantia dos Serviços**

5.15.7.1. Os serviços prestados, incluindo os equipamentos e acessórios necessários a sua execução, devem ter garantia durante todo o período de vigência contratual.

5.16. **Dos Bens Patrimoniais e de Consumo:**

5.16.0.1. É dever da CONTRATADA, através de seus empregados, impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências da Unidade e somente será permitida mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável da CONTRATANTE e conterá, indispensavelmente: a discriminação do bem, o nº do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for

o caso, a data de retorno.

5.16.0.2. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, aplica-se neste contrato, a que couber, as disposições contidas no art. 155 e 156 da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores.

5.16.0.3. A eventual empresa CONTRATADA deverá observar as normas regulamentadoras NR 6 (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI) e NR 16 (ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS) do Ministério do Trabalho.

5.16.0.4. Propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:

5.16.0.5. Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.

5.16.0.6. Os uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme detalhado nos anexos (ID 69680310), de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

5.16.1. **Das Condições de Recebimento**

5.16.1.1. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações o objeto será recebido provisório e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

5.16.1.2. A fatura será rejeitada quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparada, corrigida ou substituída no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.16.1.3. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.16.1.4. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.16.1.5. O objeto deste termo será recebido, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos) na forma abaixo:

5.16.2. **Do Recebimento Provisório**

5.16.2.1. Será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo FISCAL SETORIAL responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, de acordo com o art. 140. I, “a” e ainda § 2º, com o intuito de verificar a conformidade com a especificação exigida;

5.16.2.2. Os serviços serão supervisionados pelo FISCAL SETORIAL designado para exercer a função, que terá, juntamente com a CONTRATANTE, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

5.16.3. **O Recebimento Definitivo**

5.16.3.1. Será recebido **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140. I, “b”, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei 14.133/2021.

5.16.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

5.16.3.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

5.16.3.4. Aceitos os serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

5.16.3.5. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa contratada para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato, inclusive na impossibilidade de fazê-lo, será auferido e realizado a glosa do valor equivalente ao serviços não executados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Constatou-se que o mercado oferece o serviço almejado através da disponibilização de mão de obra do tipo Vigilância Patrimonial.

6.2. No caso dos serviços não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN/RO, para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

6.3. Baseando na experiência da Administração com contratações anteriores, a forma mais viável foi o modelo de contratação que consiste na prestação de serviços contínuos de Vigilância Patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra com pagamento por posto de trabalho, pois é o que dará maior eficiência e eficácia para atividades que são desenvolvidas.

6.4. Não foram identificadas situações específicas ou complexidades técnicas que exigissem a realização de audiência pública para coleta de contribuições na contratação em análise, uma vez que os serviços são considerados comuns.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A contratação será realizada através da prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) e fornecimento de todo ferramental, equipamentos e materiais que se fizerem necessários, com pagamentos mensais à CONTRATADA que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços nas Ciretrans e Postos Avançados - PA's, constantes no item 17. deste documento.

7.2. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do *checklist* da fiscalização, relatórios da fiscalização do contrato e acompanhamento da execução no próprio local.

7.3. As atividades de segurança privada têm como característica básica a especialização na execução dos serviços. Tal especialização decorre, também, dos normativos que exercem um controle efetivo sobre as suas operações e que regulam essa atividade. O objeto deste estudo consiste, exclusivamente, na atividade de vigilância patrimonial armada, considerada, aqui, aquela atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local ou nos eventos sociais.

7.4. Os serviços de vigilância patrimonial armada, objeto deste estudo, consistem em serviços de vigilância armada, cuja unidade de medida utilizada são postos de trabalho com escalas de trabalho específicas. A prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada, nos postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela CONTRATADA, de mão de obra capacitada para:

I - Comunicar imediatamente à administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

II - Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

III - Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.

IV - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

V - Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.

VI - Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

VII - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

VIII - Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação.

IX - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência.

X - Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.

XI - Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

XII - Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.

XIII - Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, de cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada.

XIV - Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

XV - Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.

XVI - Conhecer e fazer cumprir as diretrizes e políticas de segurança institucionais e atender prontamente outras atividades pertinentes ao objeto designados pela Administração.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho, calculado de acordo com a planilha de custos e formação de preços. A fixação dos valores limites para os serviços de vigilância patrimonial armada e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na convenção coletiva de trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS.

8.2. A contratação dos serviços de vigilância correspondem ao código CBO no. 5173-30 - Vigilante. Os serviços também encontram-se no CATSERV e são identificados da seguinte forma:

8.3. Item CATSERV 23647 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 12 horas diurnas - 2a a domingo (POSTO); e

8.4. Item CATSERV 23957 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 12 horas noturnas - 2a a domingo (POSTO).

- 8.5. Com estas informações foram realizadas pesquisas junto ao painel de preços que identificassem as licitações realizadas entre 09/02/2026 a 10/02/2026, com o objetivo de verificar a existência de soluções compatíveis / similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.
- 8.6. Foram realizados levantamentos de preços para a solução escolhida, observando:
- I - Preliminarmente, foi realizada pesquisa de preços dos insumos (uniformes, equipamentos de proteção individual e outros equipamentos necessários à execução contratual), conforme quadro de pesquisa de preços (69680310).
- II - Outros componentes de custos para a elaboração da planilha de custos e formação de preços, observado o modelo disposto no Anexo VII-D da IN/SEGES nº 05/2017 e alterações (destaque para IN 07/2018) e com ajustes após publicação da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), valores referenciais do extinto MPOG, CNJ, TCU, etc;
- 8.7. Visando a apurar o custo de cada posto de trabalho pretendido, os valores salariais e demais benefícios, impostos tributos e demais despesas, foram utilizadas:
- I - Convenção Coletiva de Trabalho registrada sob nº RO000062/2024 no Ministério do Trabalho e Emprego (ID 69680858).
- 8.8. A consolidação dos valores referenciais encontram-se detalhados nas planilhas de custos demonstradas sinteticamente a seguir:

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G1	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	26	333.910,98	4.006.931,76
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	27	383.518,53	4.602.222,36
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 717.429,51	R\$ 8.609.154,12

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL

GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G2	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	9	115.584,57	1.387.014,84
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	10	142.043,90	1.704.526,80
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 257.628,47	R\$ 3.091.541,64

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G3	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	9	115.584,57	1.387.014,84

	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	9	127.839,51	1.534.074,12
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 243.424,08	R\$ 2.921.088,96

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G4	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	15	192.640,95	2.311.691,40
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	14	198.861,46	2.386.337,52
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 391.502,41	R\$ 4.698.028,92

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)

G5	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	13	166.955,49	2.003.465,88
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	13	184.657,07	2.215.884,84
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 351.612,56	R\$ 4.219.350,72

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G6	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	5	64.213,65	770.563,80
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	7	99.430,73	1.193.168,76
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 163.644,38	R\$ 1.963.732,56

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G7	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,73	4	51.370,92	616.451,04
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	4	56.817,56	681.810,72
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 108.188,48	R\$ 1.298.261,76

CUSTO ESTIMADO MENSAL E ANUAL							
ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses (R\$) F = (E x 12)
1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.421,36	2	12.842,72	81	1.040.264,13	12.483.169,56

2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda- feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.102,19	2	14.204,39	84	1.193.168,76	14.318.025,12
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL						R\$ 2.233.432,89	R\$ 26.801.138,88

8.9. Os custos dos itens descritos na planilha a seguir (materiais e equipamentos) incorrerá durante o primeiro ano de contrato, os quais foram diluídos em 12 parcelas e serão suprimidos em caso de prorrogação de prazo do contrato:

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS POR POSTO	
1	Revólver calibre 38
2	Colete Balístico
3	Cassetete
4	Porta Colete
5	Rádio comunicador tipo HT
6	Equipamento/dispositivo de controle de ronda

8.10. Para formação dos custos, recomenda-se que as licitantes utilize do mesmo critério de diluição, tendo em vista que serão suprimidos em caso de prorrogação do prazo contratual.

9. DA JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1. Justifica-se a contratação em grupo pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização dos serviços, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

9.2. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do Art. 40 §2º e §3º da Lei nº14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência inúmeras empresas para a execução dos serviços. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo.

9.3. Neste sentido, a contratação por grupo evita a fragmentação do objeto pretendido, e a execução de vários contratos dentro do mesmo grupo, ocasionando maior custo administrativo, pela necessidade de gestão e fiscalização de cada processo, o que não correrá na licitação no moldes pretendidos, visto que teremos no máximo dez contratos a serem administrados, alcançando assim o que se busca na contratação, o melhor serviço pelo menor preço.

9.4. Nesse diapasão, Dispõe a Decisão nº 263/2014 – Pleno, inciso I, letras “a”, “b” e “c”, constante do Processo nº 2771/2014:

“I – Aprovar o seguinte Projeto de Súmula: “A Administração Pública em geral deverá restringir

a utilização do critério de julgamento menor preço por lote, reservando-a àquelas situações em que a fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto; perda da economia de escala; redundar em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica, observadas as seguintes condições cumulativas:

a) apresentar justificativa que demonstre a motivação para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote;

b) prever quantidade restrita de itens por lote;

c) proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade;”

9.5. Em consonância com a decisão acima vislumbramos estarem presentes na aquisição em trâmite as seguintes motivações para o julgamento em grupo:

- I - A fragmentação em itens poderá acarretar a perda do conjunto;
- II - Perda da economia de escala;
- III - Redundar em prejuízo à celeridade da licitação;
- IV - Ocasionar a excessiva pulverização de contratos;
- V - Resultar em contratos de pequena expressão econômica.

9.6. Assim, de acordo com o Art. 40 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração, contudo, conforme exposto, as características dos objetos a serem contratados inviabiliza o seu parcelamento tecnicamente e economicamente, pois a contratação em um único grupo demonstra a melhor alternativa para este DETRAN/RO, pois garantem as seguintes vantagens:

9.7. Gestão de apenas um contrato, dessa forma haverá economia no controle e fiscalização do contrato, pois tratará de apenas uma empresa contratada;

9.8. Ampliação dos participantes do certame, quanto maior o valor do contrato mais atraente;

9.9. Economia de recurso humanos, pois será apenas um processo para passar pelos procedimentos administrativos e demais necessários a concretizar a licitação;

9.10. Economia financeira, pois haverá a redução na quantidade de publicações, eventuais resultados de julgamento, extratos e atendimentos, entre outros.

9.11. Diante das ponderações, não se observa vantagem técnica e econômica no parcelamento do objeto a ser contratado. Desse modo, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se vislumbra no presente estudo contratações correlatas e/ou interdependentes para este fim.

11. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A Contratação pretendida está alinhada com o [Plano de Contratação Anual](#) - DFD 74/2026, Contratação 63/2026.

12. DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Com a contratação em tela, espera-se:

- I - Proporcionar a segurança necessária para o pleno funcionamento nas Ciretrans e Postos Avançados - PA's, constantes no item 17. deste Estudo Técnico Preliminar.
- II - Melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais despendidos na contratação de serviços de terceirizados;
- III - Economia na realização de processos licitatórios, pelo fato do contrato ser estendido por mais de um exercício e ser renovável nos termos da lei, desde que seja

demonstrada a continuidade da economicidade nas renovações contratuais;

IV - Cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades finalísticas;

V - Melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis com materiais de consumo e equipamentos a serem utilizados nos serviços, que serão fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, a qual ficara responsável pela reposição e manutenções necessárias a efetivação da demanda contratada, com isso entendemos ser uma melhor aplicação dos recursos financeiros empregados, uma vez que a contratada será a maior interessada em racionalizar tais recursos, cuja economia espera-se ser repassada à Instituição;

VI - Ter impactos ambientais positivos efetivos, uma vez que não implicará em investimentos ou outras responsabilidades, tais como aquisições e guarda de materiais, contratação, treinamento e administração de mão de obra contratada;

VII - Zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos serviços e equipamentos de forma ininterrupta;

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

13.1. Não se configura necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

13.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

14. DOS POSSÍVEIS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1. A CONTRATADA deverá prever práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, com o fornecimento de pilhas e/ou baterias recarregáveis e com a destinação ambiental adequada, a cargo da CONTRATADA, quando usadas em sua totalidade ou inservíveis, conforme Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, em seu art. 4º e Guia de Licitações Sustentáveis, Procedimentos Básicos, item 2 Legislação incidente e Parte II, Item 8 –Pilhas e Baterias;

14.2. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

14.3. A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

14.4. A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;

14.5. É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;

14.6. É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

14.7. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao

meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

14.8. Monitoramento e avaliação dos perigos ocupacionais e ao meio ambiente relacionado dos disparos de armas de fogos na atribuição da função e/ou em treinamentos dos colaboradores.

15. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

15.1. Considerando a vasta complexidade e os intrincados detalhes inerentes às contratações públicas, conforme delineado pelo Decreto Estadual nº 28.874/24, a decisão de restringir a participação de cidadãos comuns em licitações é respaldada por uma série de razões fundamentais. Estas razões são orientadas não apenas para assegurar a eficiência das operações, mas também para garantir que os contratos estatais sejam transparentes e executados de forma eficaz:

15.1.1. Complexidade e Escala das Contratações: Frequentemente, os projetos de contratação pública apresentam-se como empreendimentos altamente complexos e de grande envergadura, demandando conhecimentos técnicos especializados, substanciais recursos financeiros e capacidade operacional. Cidadãos comuns geralmente carecem dos recursos necessários para enfrentar tais demandas, o que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados.

15.1.2. Garantia de Capacidade Técnica e Financeira: Ao restringir a participação às empresas, torna-se viável estabelecer critérios mais criteriosos, assegurando que somente aquelas com experiência e recursos adequados estejam aptas a concorrer e, conseqüentemente, a executar os contratos de forma satisfatória.

15.1.3. Controle e Fiscalização: As empresas estão sujeitas a obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de controle de qualidade bem definidas, facilitando a fiscalização e garantindo o cumprimento das obrigações contratuais. Cidadãos comuns podem enfrentar dificuldades em cumprir tais obrigações, o que aumenta os riscos de problemas para o Estado.

15.1.4. Promoção da Concorrência Justa: A restrição da participação às empresas garante uma competição equitativa entre aquelas que possuem os recursos e capacidades necessárias, evitando a participação de indivíduos sem os meios para competir de maneira justa.

15.1.5. Segurança Jurídica: Ao limitar a participação a empresas devidamente constituídas, o Estado pode mitigar os riscos jurídicos associados a possíveis litígios decorrentes de questões com participantes individuais.

15.2. Considerando a natureza da contratação, a qual necessita de estrutura com disponibilidade de equipamentos, grupo de funcionários devidamente registrados de acordo com as normas trabalhistas para execução dos serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, somado a complexidade das documentações exigidas em especial trabalhistas, torna-se impraticável permitir ao certame a participação de Pessoas Físicas.

15.3. Assim sendo, a exclusão de pessoa físicas nas licitações, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, visa garantir a eficácia, transparência e regularidade das contratações públicas, ao mesmo tempo em que promove os interesses públicos subjacentes.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

16.1. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

16.2. Este Núcleo de Aquisições e Contratações, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declara a **viabilidade** da contratação.

17. TABELA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES/PRÉDIOS E ESCALAS

GRUPO I

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
POSTO AVANÇADO DE EXTREMA - Travessa Sena		tipo 1	1	2

Madureira, Bairro Centro, Distrito de Extrema, Porto Velho/RO	I	tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE JACY PARANÁ - Rua Curitiba, S/N, Lote 02, Quadra 18, Distrito de Jacy Paraná, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE NOVA CALIFÓRNIA - Av. dos Pioneiros, esquina com a Rua Cafelândia, S/Nº, Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE UNIÃO BANDEIRANTES - Rua Vitória Régia, nº 1019, Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ - Rodovia BR 364, S/Nº, no Centro do Distrito de Vista Alegre do Abunã, Porto Velho/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE TRIUNFO - Rua Ivo Milan, nº 984, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
CANDEIAS DO JAMARI – CIRETRAN: Av. Airton Senna, S/N, Centro, no Município de Candeias do Jamari/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
ITAPUÃ DO OESTE – CIRETRAN: Rua Atílio Ghesso, nº 1188, Centro, Itapuã do Oeste/RO	I	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
COORDENADORIA METROPOLITANA DE TRÂNSITO - COMETRA - Rua Santa Bárbara, 4500, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
GALPÃO 2 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS e PATRIMÔNIO Rua Benedito de Souza Brito, nº 4543, Setor Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (EPTRAN) E DA DIRETORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO E AÇÕES DE TRÂNSITO (DTFAT) Av dos Imigrantes, 4035, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	I	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
PÁTIO 1 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS E LEILÃO Av. Rio Madeira, Lote 09, Gleba 01, Setor Belmont, Bairro Nova Esperança, Porto Velho/RO	I	tipo 1	4	8
		tipo 2	4	8
PRÉDIO SEDE DO DETRAN-RO - Rua Doutor José Adelino, nº 4477 - Costa e Silva, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DA ZONA LESTE - Av. Mamoré, nº 3.333, Parque Ceará, Porto Velho/RO	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DA ZONA SUL - Rua Cravo da Índia, nº 2638, Bairro Cohab Floresta, Porto Velho/RO.	I	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
		Total	53	106

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo I	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	26	52
		Tipo 2	27	54

GRUPO II

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS DE JARU - Avenida JK, nº 1997, Setor 4, Jaru/RO,	II	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
JARU – CIRETRAN: Avenida JK, nº 1940, Setor 04, Quadra 01, Lote 03/A, Bloco B, Centro, Jaru/RO	II	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA – CIRETRAN: Rua Pitangueira, S/N – Bairro Francisco Natalino, Governador Jorge Teixeira/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2

POSTO AVANÇADO DE COLINA VERDE - Rua Monte Negro, nº 102, esquina com a Rua Osório de Castro, Distrito de Colina Verde, Governador Jorge Teixeira/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
THEOBROMA – CIRETRAN: Avenida Senador Olavo Pires, Lote 05, Quadra 03, Setor 01, Theobroma/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
VALE DO ANARI – CIRETRAN: Avenida Acyr José Damasceno, 4851, Centro, Vale do Anari/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE TARILÂNDIA - Avenida Francisco Vieira de Souza, 2689, Distrito de Tarilândia, Jaru/RO	II	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	19	38

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo II	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	9	18
		Tipo 2	10	20

GRUPO III

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
OURO PRETO DO OESTE – CIRETRAN: Rua Castelo Branco, s/n, esquina com Cap. Silvio Gonçalves de Farias – Bairro do INCRA, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PISTA DE TESTE OURO PRETO DO OESTE - Rua Getúlio Vargas, S/Nº, Bairro Loteamento Park Amazonas, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
MIRANTE DA SERRA - Rua Getúlio Vargas, nº 2230, Centro, Mirante da Serra/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVA UNIÃO – CIRETRAN: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Bairro Centro, Nova União/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
VALE DO PARAÍSO – CIRETRAN: Rua Girassol, Setor 01, Quadra 01, Vale do Paraíso/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE RONDONINAS: Av. Jorge Marcelino, S/nº, no Distrito de Rondoninas, Ouro Preto do Oeste/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
TEIXEIROPÓLIS – CIRETRAN: Av. Afonso Pena, nº 1192-3, esquina com a Rua D.H, s/n, Bairro Centro, Teixeiraópolis/RO	III	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	18	36

Total de Postos de Vigilância por Tipo	Grupo III	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	9	18
		Tipo 2	9	18

GRUPO IV

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
CACOAL – CIRETRAN: sito à Rua Ji-Paraná, nº 2101 – Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
CACOAL - PÁTIO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS - sito à Av.	IV	tipo 1	2	4

Castelo Branco, nº 23503, Setor Industrial, Cacaoal/RO		tipo 2	2	4
ESPIGÃO DO OESTE – CIRETRAN: sito à Rua da Matriz, esquina com a Rua Pavão, Bairro Cidade Alta, Espigão do Oeste/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	1	2
PÁTIO - ESPIGÃO DO OESTE: Rua Matriz, Bairro: Cidade Alta, Espigão D'oeste/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	2	4
MINISTRO ANDREAZZA – CIRETRAN: Rua Bahia, nº 5953 - Bairro Centro, Ministro Andreazza/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
PARECIS – CIRETRAN: Av. Carlos Gomes, nº 184, esquina com a Rua dos Imigrantes, Parecis/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
PIMENTA BUENO – CIRETRAN: Av. Castelo Branco, 83, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	1	2
PIMENTA BUENO - GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS BR 364, S/N, Lote 21/B-D, Setor Aeroporto, Pimenta Bueno/RO	IV	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PRIMAVERA DE RONDÔNIA – CIRETRAN: Av. Efraim Goulart, nº. 3931, bairro Centro, Primavera de Rondônia/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
SÃO FELIPE DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 370, Bairro Centro, São Felipe do Oeste/RO	IV	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
		Total	29	58

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo IV	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	15	30
		Tipo 2	14	28

GRUPO V

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
ROLIM DE MOURA – CIRETRAN: Rua Afonso Pena, nº 5349 – Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO	V	tipo 1	3	6
		tipo 2	3	6
ALTA FLORESTA D'OESTE – CIRETRAN: Rua Sergipe, nº. 4292 - Bairro Liberdade, Alta Floresta do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
ALTO ALEGRE DOS PARECIS – CIRETRAN: Av. Ezequiel Alves Dias, nº 3555 - Bairro das Palmeiras , Alto Alegre dos Parecis/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE – CIRETRAN: Rua Brasília, nº 2107 - setor 05 – quadra 031, lote 075, Nova Brasilândia do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
PISTA DE TESTE DE DIREÇÃO VEICULAR DE ROLIM DE MOURA - Rua Londrina S/N Bairro: Jardim Tropical, Rolim de Moura/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
NOVO HORIZONTE DO OESTE – CIRETRAN: Av. José Roberto dos Reis Filho, S/Nº, Centro, Novo Horizonte do Oeste/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2
SANTA LUZIA DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 3.192 – Bairro Centro, Santa Luzia do Oeste/RO	V	tipo 1	2	4
		tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO DE MIGRANTINÓPOLIS - Rua 25 de Agosto, S/nº, Centro, Distrito de Migrantinópolis, Novo Horizonte do Oeste/RO	V	tipo 1	1	2
		tipo 2	1	2

		Total	26	52
--	--	--------------	----	----

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo V	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	13	26
		Tipo 2	13	26

GRUPO VI

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Rua Macapá, s/n – Bairro Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
COSTA MARQUES – CIRETRAN: Av. Chianca, nº 857 – Bairro Centro, Costa Marques/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Av. JK, nº 1125 – Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	2	4
SERINGUEIRAS – CIRETRAN: Av. Alcides Ferreira Linhares, nº 820 – Bairro Centro, Seringueiras/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	2	4
POSTO AVANÇADO SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - Rodovia 429, KM 58, s/nº, Distrito de São Domingos do Guaporé, Costa Marques/RO	VI	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
		Total	12	124

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo VI	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	5	10
		Tipo 2	7	14

GRUPO VII

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES
GUAJARÁ MIRIM – CIRETRAN: sito à Av. 1º de Maio, nº 2408 – Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO	VII	Tipo 1	2	4
		Tipo 2	2	4
NOVA MAMORÉ – CIRETRAN: sito à Av. Dom Pedro II, nº 6540 – Bairro Centro, Nova Mamoré/RO.	VII	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
POSTO AVANÇADO DE NOVA DIMENSÃO - sito à Av. Nova Dimensão, S/N, localizado no Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré/RO	VII	Tipo 1	1	2
		Tipo 2	1	2
		Total	8	16

Quantidade de Postos e Vigilantes	Grupo VII	POSTO	QTD POSTOS	QT. VIGILANTES
		Tipo 1	4	8
		Tipo 2	4	8

REQUISITANTE
Railana Pinto de Souza Gerente de Administração GERADM/DETRAN/RO

REVISÃO
Philippe Dionísio Mendonça Coordenador Administrativo

CONSOLIDAÇÃO
Mariana Fátima Andrade Núcleo de Aquisições e Contratações

DE ACORDO
Ândria Povodeniak Stenzel Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI Portaria n. 8 de 05 de janeiro de 2026 (67923605)

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE**, **Chefe de Unidade**, em 10/03/2026, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca**, **Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Railana Pinto de Souza**, **Gerente**, em 11/03/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Andria Povodeniak Stenzel**, **Diretor(a)**, em 11/03/2026, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos**, **Diretor(a) Geral**, em 12/03/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69665598** e o código CRC **4FBFFA12**.

Referência: Caso responda este(a) Estudo Técnico Preliminar, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 69665598



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

MATRIZ DE RISCO

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
1.2. Unidade Administrativa: Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI
1.3. Unidade Solicitante: Coordenadoria de Administração - COADM

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo de **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Preventiva, Ostensiva e Armada**, visando atender as necessidades das unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-RO.

2.2. Matriz de Riscos corresponde a elementos essencial, advindo na Nova Lei de Licitações e Contratos [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#) no artigo n.º 6º, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

2.3. Em consonância à [Instrução Normativa n.º 58/2017/TCE-RO](#), in verbis:

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

II – Avaliação de Riscos – é o processo de identificação e análise dos riscos relevantes que possam influenciar de forma negativa ou impedir o alcance dos objetivos do órgão ou entidade. É utilizado para determinar uma resposta apropriada, que envolve: identificação do risco, mensuração do risco, avaliação da tolerância da organização ao risco, desenvolvimento de respostas.

2.4. Considerando o **art. 40 e §1º** do [Decreto n.º 28.874 de Janeiro de 2024](#), que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, in vide:

Art. 40. Os órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas **contratações de serviços caso o valor estimado superar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por exercício.**

§ 1º Além do caso previsto no caput, deverá ser elaborada matriz de riscos quando a natureza do processo envolver riscos relevantes que possam ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2.5. Ademais, considerando § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos, foram analisadas em conformidade com a [Portaria n.º 217 de 08 de dezembro de 2021](#) (ID 0022698556), que estabelece a **Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual**, sendo elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos.

3. AVALIAÇÃO DE RISCOS

3.1. Este tópico consistirá na avaliação e priorização de riscos específico, visando medidas de tratamento dos riscos mais relevantes, por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas.

3.2. Os eventos de riscos serão avaliados sob a perspectiva de **probabilidade e impacto** (consequências) de sua ocorrência, sendo classificados de acordo com as combinações de avaliação de probabilidade e impacto, ou o inverso. As consequências e suas probabilidades serão determinadas por modelagem dos resultados de um evento ou conjunto de eventos, expressando termos de impactos tangíveis e intangíveis, percorridas por descritor específicos e por valores numéricos, definidas pela escala de probabilidade e de consequências, mostradas nas tabelas a seguir:

3.2.1. Escala de probabilidade

Probabilidade	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.

Probabilidade	Significado
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

3.2.2. Escala de Impactos

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

3.2.3. Escala de Avaliação de Risco

IMPACTOS	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	PROBABILIDADE			

4. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO - PREVISÍVEIS

ITEM	RISCO	CAUSAS DO RISCO	FASE	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESPONSABILIDADE
R01	Ausência de definição adequada e suficientes das especificações dos itens	Falta de conhecimento técnico e análise insuficiente.	Planejamento	Rara	Relevante	Médio	a) Consultar especialistas, efetuar levantamento detalhado das especificações técnicas, permitindo que seja mais precisa e alinhada às ofertas do mercado.	CONTRATANTE
R02	Risco da Estimativa de Preço Inadequada	Elaboração de planilhas de formação de preços incorretas, Falta de método para realizar a estimativa.	Planejamento	Rara	Relevante	Médio	a) Fazer as devidas correções nos itens das planilhas de custos e formação de preços que possam impedir uma correta estimativa	CONTRATANTE

R03	Erro na elaboração do Termo Referência	Falta de informações claras sobre os requisitos do objeto, projeto, prazos, escopo, critérios de avaliação, entre outros que podem comprometer o sucesso da contratação e execução de um serviço.	Planejamento	Rara	Pouco Relevante	Baixo	<p>a) Estabelecer um processo claro e rigoroso de revisão e validação do Termo de Referência antes de sua aprovação e assinatura.</p> <p>b) Incluir especialistas técnicos e jurídicos na elaboração do Termo de Referência.</p> <p>c) Utilizar modelos de TR previamente testados e adaptados às necessidades específicas do objeto.</p> <p>d) Definir com clareza os objetivos, escopo e critérios de desempenho, evitando ambiguidades.</p>	CONTRATANTE
R04	Licitação com pouca concorrência, deserta ou fracassada	Falha na fase interna do procedimento licitatório. Não haver fornecedores suficientes, interessados ou não atenderem as exigências do Termo de Referência.	Seleção de Fornecedor	Rara	Relevante	Médio	<p>a) Estimativa dos preços adequada</p> <p>b) Elaboração de especificações condizentes com requisitos da contratação</p> <p>c) Exigir documentos de habilitação e de qualificação técnica condizentes com as especificidades dos serviços</p> <p>d) Reavaliar as exigências para garantir que sejam razoáveis e de fácil atendimento para fornecedores qualificados.</p>	CONTRATANTE
R05	Fornecedor não tem qualificação técnica	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções. Falha do setor de licitações em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Seleção de Fornecedor	Rara	Relevante	Médio	<p>a) Realizar a habilitação do fornecedor de forma criteriosa, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório.</p> <p>b) Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Adm Pública;</p> <p>c) Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação</p> <p>d) Exigir comprovação de habilidade técnica e atestado de capacidade técnica</p>	CONTRATANTE
R06	Recebimento e análise de documentos de habilitação planilhas e custos	Documentação incompleta, atestados de capacidade técnica incompatíveis e planilhas de custos com preços inexequíveis.	Seleção de Fornecedor	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Orientação clara, conferência rigorosa dos documentos de habilitação</p> <p>b) Análise técnica e financeira criteriosa das propostas</p>	CONTRATANTE

R07	Atraso na homologação da licitação em função de pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	Falha nas elaborações do Termo de Referência, participação de empresas não qualificadas.	Seleção de Fornecedor	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Analisar recursos, impugnações e esclarecimentos de maneira célere</p> <p>b) Definir prazos razoáveis para análise de recursos, impugnações e esclarecimentos de maneira célere</p> <p>c) Priorização na análise e respostas dos recursos, pedidos de impugnação e esclarecimentos</p> <p>d) Elaborar os pareceres com celeridade</p>	CONTRATANTE
R08	Ausência de Garantia Contratual, quando exigida nos termos do instrumento convocatório.	Não atendimento do Art. 96 da Lei 14.133/2021, assim como causar prejuízos à administração em caso de falência ou descumprimento contratual.	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Verificação prévia e não permitir a assinatura do contrato sem a apresentação da garantia contratual exigida no edital;</p> <p>b) Notificar a empresa para apresentação da garantia;</p> <p>c) fixar prazo de apresentação conforme previsto no edital;</p> <p>d) Instruir os fiscais do contrato para acompanhar a vigência e validade da garantia;</p> <p>e) Garantir que o valor da garantia permaneça atualizado em casos de aditivos.</p>	CONTRATADA
R09	Descumprimento do contrato ou Interrupção do serviço ou abandono da CONTRATADA	Falha no dimensionamento dos custos e/ou dispêndios para execução dos serviços da parte da CONTRATADA e falta de fiscalização.	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Análises e verificações detalhadas da capacidade técnica e saúde financeira da CONTRATADA.</p> <p>b) Fiscalização constante do serviço</p> <p>c) Cláusulas contratuais claras, que preveem prazos, penalidades e compensações em caso de descumprimento.</p> <p>d) Monitoramento contínuo do progresso da execução do contrato.</p>	CONTRATADA
R10	Fiscalização ineficiente do contrato	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato.	Gestão de Contratos	Rara	Relevante	Médio	<p>a) Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, adotando a multidisciplinaridade de funções.</p> <p>b) Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.</p>	CONTRATANTE

R11	Falta de equipamentos de segurança adequados	Risco para os vigilantes e comprometimento da eficiência do serviço.	Gestão de Contratos	Rara	Muito Relevante	Alto	a) Prever de forma clara e detalhada no Termo de Referência e no contrato a obrigatoriedade do fornecimento de EPIs; b) Exigência de que os EPIs estejam em conformidade com as normas; c) Verificação in loco o fornecimento e utilização pelos vigilantes; d) Registrar relatórios periódicos de fiscalização; e) Caso seja identificada a ausência dos EPIs, notificar a empresa formalmente para regularização imediata, com prazo definido.	CONTRATADA
R12	Riscos legais, descumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, com FGTS, previdenciárias e regulatórios	Falta de regulação, condições inadequadas, CONTRATADA não atende legislação trabalhista e normas vigentes, necessidade de abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade.	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	a) Contratar empresa regularizada e com boas práticas trabalhistas b) Auditorias periódicas c) Verificar certificações e conformidade com legislação (CLT, Vigilância, etc) d) Contrato com cláusulas de conformidade regulatória	CONTRATADA
R13	Contratada não aceitar a prorrogação do prazo de vigência do contrato	Defasagem dos valores contratuais, os custos da mão de obra, encargos sociais, reajustes salariais da categoria não são mais financeiramente viáveis; capacidade operacional comprometida.	Gestão de Contratos	Rara	Relevante	Médio	a) Monitorar a data de término do contrato com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência, para iniciar o processo de prorrogação ou nova contratação, com tempo hábil para negociar ou licitar; b) Entrar em contato formalmente com a contratada com antecedência para verificar interesse na prorrogação; c) Avaliar necessidade de reajuste, reequilíbrio ou renegociação	CONTRATADA

R14	Termo Aditivo não ser assinado dentro do prazo de vigência do contrato	Falta de monitoramento de prazos, atrasos na tramitação dos procedimentos de prorrogação; demora na manifestação da contratada; conflitos com a contratada; atraso na elaboração e disponibilização do Termo aditivo.	Gestão de Contratos	Rara	Relevante	Médio	<p>a) Estabelecer rotina para monitoramento automático de vigência contratual, com alertas com mínimo de 90 a 120 dias de antecedência do vencimento;</p> <p>b) Criar cronograma de prorrogação, estipulando etapas e prazos para cada fase;</p> <p>c) Distribuição de responsabilidades, nomeando gestores e fiscais com atribuições claras de monitorar o prazo, iniciar os trâmites do termo aditivo;</p> <p>d) Consultar antecipadamente a contratada, quanto ao interesse de prorrogação, solicitar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e junto a órgãos reguladores, garantias atualizados e todos documentos pertinentes a contratação;</p> <p>e) Marcar data antecipadamente para assinatura do termo, com prazo suficiente para a</p>	CONTRATANTE e CONTRATADA
R15	Atraso no pagamento por parte das contratadas aos funcionários	Ocorre por parte da empresa contratada, alegando está aguardando o pagamento do órgão.	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Melhor integração do preposto da empresa e gestor do contrato, com elaboração de "CHECK LIST" dos documentos exigidos para liquidação da despesa;</p> <p>b) Fiscalização e acompanhamento da folha de pagamento dos salários, recolhimento do FGTS, INSS e benefícios (Vale transporte, vale refeição, etc).</p>	CONTRATADA

R16	Atraso no pagamento por parte do órgão as empresas contratadas	Ocorre por parte do órgão, devido está aguardando a empresa sanear pendências apontadas pela Auditoria interna e outros.	Gestão de Contratos	Eventual	Relevante	Alto	<p>a) Melhor integração do preposto da empresa e gestor do contrato(órgão), com elaboração de "CHECK LIST" dos documentos exigidos para liquidação da despesa.</p> <p>b) Encaminhamento por parte da empresa, em tempo hábil dos documentos completos referente funcionários com as devidas comprovações;</p> <p>c) Acompanhamento da execução financeira e fiscalização, para que o pagamento seja feito no prazo correto;</p>	CONTRATANTE e CONTRATADA
-----	--	--	---------------------	----------	-----------	------	---	--------------------------

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Em síntese, conclui-se que a análise de riscos e as ações sugeridas para essa contratação são componentes essenciais do planejamento contratual, uma vez que permitem identificar os elementos prováveis e garantir uma contratação fundamentada na organização administrativa e na eficácia governamental.

5.2. Ante o exposto, com base na análise detalhada da matriz de riscos, foi possível determinar as melhores soluções para mitigar os riscos, desde a fase de planejamento até a conclusão da contratação.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

REQUISITANTE

Railana Pinto de Souza
Gerente de Administração
GERADM/DETRAN/RO

REVISÃO

Philippe Dionísio Mendonça
Coordenador Administrativo

CONSOLIDAÇÃO

Mariana Fátima Andrade
Núcleo de Aquisições e Contratações

DE ACORDO

Ândria Povodeniak Stenzel
Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - DIPAFI
Portaria n. 8 de 05 de janeiro de 2026 (67923605)

APROVO

Sandro Ricardo Rocha dos Santos
Diretor Geral
DETRAN-DIRGERAL
DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FATIMA ANDRADE**, **Chefe de Unidade**, em 10/03/2026, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca**, **Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Railana Pinto de Souza**, **Gerente**, em 11/03/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andria Povodeniak Stenzel**, **Diretor(a)**, em 11/03/2026, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos**, **Diretor(a) Geral**, em 12/03/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69930199** e o código CRC **7E8731F4**.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO I - Extrema, Jaci, Nova California..							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA	DIURNA 12x36 Tipo 1	VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2			
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho			Posto de Trabalho		
3	Quantidade Postos	26			27		
4	Vigilante por Posto	52			54		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30			5173-30		
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.621,00			R\$ 1.621,00		
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.900,09			R\$ 1.900,09		
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO			SINTESV/RO		
10	Data base da categoria.	1º de Março			1º de Março		
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026			Nº REG. RO000078/2026		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1.900.09	0.00	0%	1.900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas Trabalhadas/Mês)	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª - Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...)". A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remuneração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/(12x100;2)/100) . A Base de Cálculo: =ARRED(Remuneração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxPAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (<i>localidades não têm transporte coletivo</i>) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Tabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % índice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15º)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 16º) <i>Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)</i>	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) <i>Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)</i>	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 39º)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 - volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times 0,0555 \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) <i>Cálculo para o Índice = $(1/12) \times 5,55\%$</i> <i>Cálculo para o Valor = $ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2)$</i> . Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Editor/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $API \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 = 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Editor/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001...". <i>Percentual a incidir sobre a base de cálculo:</i> $(0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\% (1,72\% \text{ API e } 1,72\% \text{ APT})$ Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 56º: Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: <i>Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$</i> <i>Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 1/12 =$</i>	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Porcentagem do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Composta x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)/(1+0,0833+0,1111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Alíquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1 = remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intrajornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intrajornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacional, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacional, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2.470,12	-	-	2.794,18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2.282,63	-	-	2.488,08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128,86	-	-	145,76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289,87	-	-	303,36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327,66	-	-	327,66
	Subtotal (A + B + C + D+E)	-	80,56%	R\$ 5.499,14	-	80,56%	R\$ 6.059,04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1.187,68	-	-	1.308,61
	Total por Empregado	-	100%	R\$ 6.686,82	-	100%	R\$ 7.367,65
	Valor Unitário Mensal do Posto	-	2	R\$ 13.373,64	-	2	R\$ 14.735,30
	Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)	-	26	R\$ 347.714,64	-	27	R\$ 397.853,10
	Valor Global Anual dos Postos (12 meses)	-	12	R\$ 4.172.575,68	-	12	R\$ 4.774.237,20

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL

GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G1	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6.686,82	2	13.373,64	26	347.714,64	4.172.575,68
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7.367,65	2	14.735,30	27	397.853,10	4.774.237,20
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 745.567,74	R\$ 8.946.812,88

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital

LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO	VALOR TOTAL
POSTO AVANÇADO DE EXTREMA - Travessa Sena Madureira, Bairro Centro, Distrito de Extrema, Porto Velho /RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$ 29,470.60
POSTO AVANÇADO DE JACY PARANÁ - Rua Curitiba, S/N, Lote 02, Quadra 18, Distrito de Jacy Paraná, Porto Velho /RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
POSTO AVANÇADO DE NOVA CALIFÓRNIA - Av. dos Pioneiros, esquina com a Rua Cafelândia, S/Nº, Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
POSTO AVANÇADO DE UNIÃO BANDEIRANTES - Rua Vitória Régia, nº 1019, Distrito de União Bandeirantes, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
POSTO AVANÇADO DE VISTA ALEGRE DO ABUNÁ - Rodovia BR 364, S/Nº, no Centro do Distrito de Vista Alegre do Abuná, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
POSTO AVANÇADO DE TRIUNFO - Rua Ivo Milan, nº 984, Distrito de Triunfo, Candeias do Jamari/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
CANDEIAS DO JAMARI – CIRETRAN: Av. Airton Senna, S/N, Centro, no Município de Candeias do Jamari/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
ITAPUÁ DO OESTE – CIRETRAN: Rua Atílio Ghesso, nº 1188, Centro, Itapuá do Oeste/RO	1	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$ 14,735.30
COORDENADORIA METROPOLITANA DE TRÂNSITO - COMETRAN - Rua Santa Bárbara, 4500, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	3	6	R\$ 13,373.64	R\$ 40,120.92
		Tipo 2	3	6	R\$ 14,735.30	R\$ 44,205.90
GALPÃO 2 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS e PATRIMÔNIO Rua Benedito de Souza Brito, nº 4543, Setor Industrial, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$ 26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$ 29,470.60
ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (EPTRAN) E DA DIRETORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO E AÇÕES DE TRÂNSITO (DTFAT) Av dos Imigrantes, 4035, Bairro Industrial, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	3	6	R\$ 12,842.73	R\$ 38,528.19
		Tipo 2	3	6	R\$ 14,204.39	R\$ 42,613.17
PÁTIO 1 DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS E LEILÃO Av. Rio Madeira, Lote 09, Gleba 01, Setor Belmont, Bairro Nova Esperança, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	4	8	R\$ 12,842.73	R\$ 51,370.92
		Tipo 2	4	8	R\$ 14,204.39	R\$ 56,817.56
PRÉDIO SEDE DO DETRAN-RO -Rua Doutor José Adelino, nº 4477 - Costa e Silva, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	2	4	R\$ 12,842.73	R\$ 25,685.46
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,204.39	R\$ 28,408.78
POSTO AVANÇADO DA ZONA LESTE - Av. Mamoré, nº 3.333, Parque Ceará, Porto Velho/RO	1	Tipo 1	2	4	R\$ 12,842.73	R\$ 25,685.46
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,204.39	R\$ 28,408.78
POSTO AVANÇADO DA ZONA SUL - Rua Cravo da Índia, nº 2638, Bairro Cohab Floresta, Porto Velho/RO.	1	Tipo 1	2	4	R\$ 12,842.73	R\$ 25,685.46
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,204.39	R\$ 28,408.78
VALOR TOTAL MENSAL			53	106	R\$ 416,325.00	R\$ 731,764.08
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO						R\$ 8,781,168.96

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO II- Galpao de veiculos de jaru, jaru, governador jorga teixeira...							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 12x36 Tipo 1			VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2		
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho			Posto de Trabalho		
3	Quantidade Postos	9			10		
4	Vigilante por Posto	18			20		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30			5173-30		
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1,621.00			R\$ 1,621.00		
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,900.09			R\$ 1,900.09		
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO			SINTESV/RO		
10	Data base da categoria.	1º de Março			1º de Março		
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026			Nº REG. RO000078/2026		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1,900.09	0.00	0%	1,900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas Trabalhadas/Mês)	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade(Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª - Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxFAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (localidades não têm transporte coletivo) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Trabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % índice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X *** (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88, O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 - volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times 0,0555 \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) Cálculo para o Índice = Cálculo para o Valor = (1/12) * 5,55% ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2) Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é for de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST)). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $API \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 \approx 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (Item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (alíquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = $(0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\%$ (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Alíquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª: Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$ Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 3/12 = 0,833$	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Compota x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
	Subtotal (A + B + C + D+E)	-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
	Total por Empregado	-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
	Valor Unitário Mensal do Posto	-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
	Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)	-	9	R\$ 120,362.76	-	10	R\$ 147,353.00
	Valor Global Anual dos Postos (12 meses)	-	12	R\$ 1,444,353.12	-	12	R\$ 1,768,236.00

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUP O	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G2	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	9	120,362.76	1,444,353.12
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	10	147,353.00	1,768,236.00
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 267,715.76	R\$ 3,212,589.12

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital							
LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO	VALOR TOTAL	
GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS DE JARU - Avenida JK, nº 1997, Setor 4, Jaru/RO,	2	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
JARU – CIRETRAN: Avenida JK, nº 1940, Setor 04, Quadra 01, Lote 03/A, Bloco B, Centro, Jaru/RO	2	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA – CIRETRAN: Rua Pitangueira, S/N – Bairro Francisco Natalino, Governador Jorge Teixeira/RO	2	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
POSTO AVANÇADO DE COLINA VERDE - Rua Monte Negro, nº 102, esquina com a Rua Osório de Castro, Distrito de Colina Verde, Governador Jorge Teixeira/RO	2	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
THEOBROMA – CIRETRAN: Avenida Senador Olavo Pires, Lote 05, Quadra 03, Setor 01, Theobroma/RO	2	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
VALE DO ANARI – CIRETRAN: Avenida Acyr José Damasceno, 4851, Centro, Vale do Anari/RO	2	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
POSTO AVANÇADO DE TARILÂNDIA - Avenida Francisco Vieira de Souza, 2689, Distrito de Tarilândia, Jaru/RO	2	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
			19	38			
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 196,762.58	R\$	267,715.76
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO						R\$	3,212,589.12

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO III- Ouro preto...							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA	DIURNA 12x36 Tipo 1	VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2			
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho		Posto de Trabalho			
3	Quantidade Postos	9		9			
4	Vigilante por Posto	18		18			
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		5173-30			
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.621.00		R\$ 1.621.00			
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.900.09		R\$ 1.900.09			
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO		SINTESV/RO			
10	Data base da categoria.	1º de Março		1º de Março			
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026		Nº REG. RO000078/2026			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1,900.09	0.00	0%	1,900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª) Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxFAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (localidades não têm transporte coletivo) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Tabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % indice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X *** (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 - volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times (0,0555) \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) Cálculo para o Índice = $(1/12) \times 5,55\%$ Cálculo para o Valor = $ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta \times Percentual Encontrado;2)$ Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST)). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $API \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 = 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (Item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stf.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $= (0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\% (1,72\% \text{ API e } 1,72\% \text{ APT})$ Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª. Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$ Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 3/12 = 0,833$	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Composta x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,1111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
	Subtotal (A + B + C + D+E)	-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
	Total por Empregado	-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
	Valor Unitário Mensal do Posto	-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
	Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)	-	9	R\$ 120,362.76	-	9	R\$ 132,617.70
	Valor Global Anual dos Postos (12 meses)	-	12	R\$ 1,444,353.12	-	12	R\$ 1,591,412.40

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G3	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	9	120,362.76	1,444,353.12
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	9	132,617.70	1,591,412.40
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 252,980.46	R\$ 3,035,765.52

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital							
LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO	VALOR TOTAL	
OURO PRETO DO OESTE – CIRETRAN: Rua Castelo Branco, s/n, esquina com Cap. Silvio Gonçalves de Farias – Bairro do INCRA, Ouro Preto do Oeste/RO	3	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
PISTA DE TESTE OURO PRETO DO OESTE - Rua Getúlio Vargas, S/Nº, Bairro Loteamento Park Amazonas, Ouro Preto do Oeste/RO	3	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
MIRANTE DA SERRA - Rua Getúlio Vargas, nº 2230, Centro, Mirante da Serra/RO	3	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
NOVA UNIÃO – CIRETRAN: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n – Bairro Centro, Nova União/RO	3	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
VALE DO PARAÍSO – CIRETRAN: Rua Girassol, Setor 01, Quadra 01, Vale do Paraíso/RO	3	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
POSTO AVANÇADO DE RONDONINAS: Av. Jorge Marcelino, S/nº, no Distrito de Rondoninas, Ouro Preto do Oeste/RO	3	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
TEIXEIROPÓLIS – CIRETRAN: Av. Afonso Pena, nº 1192-3, esquina com a Rua D.H, s/n, Bairro Centro, Teixeiraópolis/RO	3	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
VALOR TOTAL MENSAL				18	36	R\$	252,980.46
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO						R\$	3,035,765.52

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO IV- CACOAL...							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 12x36 Tipo 1			VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2		
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho			Posto de Trabalho		
3	Quantidade Postos	15			14		
4	Vigilante por Posto	30			28		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30			5173-30		
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1,621.00			R\$ 1,621.00		
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,900.09			R\$ 1,900.09		
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO			SINTESV/RO		
10	Data base da categoria.	1º de Março			1º de Março		
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026			Nº REG. RO000078/2026		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1,900.09	0.00	0%	1,900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas Trabalhadas/Mês)	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª- Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxFAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (<i>localidades não têm transporte coletivo</i>) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Tabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % indice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X *** (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88, O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 – volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalharam durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times 0,0555 \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) Cálculo para o Índice = $(1/12) \times 5,55\%$ Cálculo para o Valor = ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2) . Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do STJ)). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $API \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 \approx 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/rep-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001." Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $= (0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\% (1,72\% \text{ API e } 1,72\% \text{ APT})$ Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário. O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª. Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$ Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 3/12 = 0,83\%$	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Compota x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,1111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
Subtotal (A + B + C + D+E)		-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
Total por Empregado		-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
Valor Unitário Mensal do Posto		-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)		-	15	R\$ 200,604.60	-	14	R\$ 206,294.20
Valor Global Anual dos Postos (12 meses)		-	12	R\$ 2,407,255.20	-	12	R\$ 2,475,530.40

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUP O	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G4	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	15	200,604.60	2,407,255.20
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	14	206,294.20	2,475,530.40
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 406,898.80	R\$ 4,882,785.60

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital								
LOCAL DO POSTO		GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO		VALOR TOTAL
CACOAL – CIRETRAN: sito à Rua Ji-Paraná, nº 2101 – Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO		4	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
			Tipo 2	2	4	R\$	14,735.30	R\$ 29,470.60
CAÇOAL - PÁTIO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS - sito à Av. Castelo Branco, nº 23503, Setor Industrial, Cacoal/RO		4	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
			Tipo 2	2	4	R\$	14,735.30	R\$ 29,470.60
ESPIGÃO DO OESTE – CIRETRAN: sito à Rua da Matriz, esquina com a Rua Pavão, Bairro Cidade Alta, Espigão do Oeste/RO		4	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
PÁTIO - ESPIGÃO DO OESTE: Rua Matriz, Bairro: Cidade Alta, Espigão D'oste/RO		4	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
			Tipo 2	2	4	R\$	14,735.30	R\$ 29,470.60
MINISTRO ANDREAZZA – CIRETRAN: Rua Bahia, nº 5953 - Bairro Centro, Ministro Andreazza/RO		4	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
PARECIS – CIRETRAN: Av. Carlos Gomes, nº 184, esquina com a Rua dos Imigrantes, Parecis/RO		4	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
PIMENTA BUENO – CIRETRAN: Av. Castelo Branco, 83, Bairro Pioneiros, Pimenta Bueno/RO		4	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
PIMENTA BUENO - GALPÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS/RECOLHIDOS BR 364, S/N, Lote 21/B-D, Setor Aeroporto, Pimenta Bueno/RO		4	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
			Tipo 2	2	4	R\$	14,735.30	R\$ 29,470.60
PRIMAVERA DE RONDÔNIA – CIRETRAN: Av. Efraim Goulart, n°. 3931, bairro Centro, Primavera de Rondônia/RO		4	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
SÃO FELIPE DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 370, Bairro Centro, São Felipe do Oeste/RO		4	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
			Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
VALOR TOTAL MENSAL				29	58	R\$	281,089.40	R\$ 406,898.80
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO								R\$ 4,882,785.60

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO V- Rolim de moura							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA	DIURNA 12x36 Tipo 1	VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2			
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho		Posto de Trabalho			
3	Quantidade Postos	13		13			
4	Vigilante por Posto	26		26			
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30		5173-30			
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.621.00		R\$ 1.621.00			
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.900.09		R\$ 1.900.09			
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO		SINTESV/RO			
10	Data base da categoria.	1º de Março		1º de Março			
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026		Nº REG. RO000078/2026			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1,900.09	0.00	0%	1,900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas Trabalhadas/Mês)	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª - Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxFAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (<i>localidades não têm transporte coletivo</i>) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Trabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % índice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X *** (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88, O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fts. 187/199 - volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times 0,0555) \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) Cálculo para o Índice = $(1/12) \times 5,55\%$ Cálculo para o Valor = $ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2)$. Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST)). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $API \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 = 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001." Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $= (0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\% (1,72\% \text{ API e } 1,72\% \text{ APT})$ Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª: Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,833% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$ Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 3/12 = 0,833$	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Composta x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
	C.1 - Tributos Federais (especificar)	-	0%	0.00	-	0%	0.00
	PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)	-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
	COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)	-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
	C.2 - Tributos Estaduais	-			-		
	C.3 - Tributos Municipais	-			-		
	ISS	-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
	Subtotal (A + B + C + D+E)	-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
	Total por Empregado	-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
	Valor Unitário Mensal do Posto	-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
	Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)	-	13	R\$ 173,857.32	-	13	R\$ 191,558.90
	Valor Global Anual dos Postos (12 meses)	-	12	R\$ 2,086,287.84	-	12	R\$ 2,298,706.80

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G5	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	13	173,857.32	2,086,287.84
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	13	191,558.90	2,298,706.80
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 365,416.22	R\$ 4,384,994.64

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital							
LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO	VALOR TOTAL	
ROLIM DE MOURA – CIRETRAN: Rua Afonso Pena, nº 5349 – Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO	5	Tipo 1	3	6	R\$ 13,373.64	R\$	40,120.92
		Tipo 2	3	6	R\$ 14,735.30	R\$	44,205.90
ALTA FLORESTA D'OESTE – CIRETRAN: Rua Sergipe, nº. 4292 - Bairro Liberdade, Alta Floresta do Oeste/RO	5	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
ALTO ALEGRE DOS PARECIS – CIRETRAN: Av. Ezequiel Alves Dias, nº 3555 - Bairro das Palmeiras , Alto Alegre dos Parecis/RO	5	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE – CIRETRAN: Rua Brasília, nº 2107 - setor 05 – quadra 031, lote 075, Nova Brasilândia do Oeste/RO	5	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
PISTA DE TESTE DE DIREÇÃO VEICULAR DE ROLIM DE MOURA - Rua Londrina S/N Bairro: Jardim Tropical, Rolim de Moura/RO	5	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
NOVO HORIZONTE DO OESTE – CIRETRAN: Av. José Roberto dos Reis Filho, S/Nº, Centro, Novo Horizonte do Oeste/RO	5	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
SANTA LUZIA DO OESTE – CIRETRAN: Av. Tancredo Neves, nº 3.192 – Bairro Centro, Santa Luzia do Oeste/RO	5	Tipo 1	2	4	R\$ 13,373.64	R\$	26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
POSTO AVANÇADO DE MIGRANTINÓPOLIS - Rua 25 de Agosto, S/nº, Centro, Distrito de Migrantinópolis, Novo Horizonte do Oeste/RO	5	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
VALOR TOTAL MENSAL			26	52	R\$ 224,871.52	R\$	365,416.22
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO						R\$	4,384,994.64

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO VI - São Francisco, Costa Marques...

MÃO-DE-OBRA

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Unidade de medida - tipos e quantidades

1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 12x36 Tipo 1	VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho	Posto de Trabalho
3	Quantidade Postos	5	7
4	Vigilante por Posto	10	14

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra

6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	5173-30
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.621,00	R\$ 1.621,00
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.900,09	R\$ 1.900,09
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO	SINTESV/RO
10	Data base da categoria.	1º de Março	1º de Março
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026	Nº REG. RO000078/2026

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1.900.09	0.00	0%	1.900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: $=(\text{Salário Base}/220 \times 25\%) = \text{R\$},**$ Base de Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: $= (15,20 \text{ dias média} \times 8 \text{ horas/dia}) = 121,60$ Base de Cálculo para o Valor/Mês: $(\text{Valor Hora} \times \text{Horas Trabalhadas/Mês})$	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª - Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2.470.12		R\$ 2.794.18			

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: $= \text{ARRED}((1/12) \times 100; 2)/100$. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantis por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacinal contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxPAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13º Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (localidades não têm transporte coletivo) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Tabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % indice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X ***% (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88, O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 - volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $(1/12) \times 0,0555 \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Emprego) x (0,46%) Cálculo para o Índice = $(1/12) \times 5,55\%$ para o Valor = ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2). Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arg02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST)). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: $\% \text{ FGTS sobre API} = \text{API} \times 0,08 \times 100 \rightarrow \% \text{ FGTS sobre API} = 0,0046 \times 0,08 \times 100 \cong 0,037\%$ Onde: $\% \text{ FGTS sobre API} = \text{Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado}$ API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (Item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregao/DEMAP0712019/arg02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $= (0,08 \times 0,40 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\% (1,72\% \text{ API e } 1,72\% \text{ APT})$ Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª. Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $(100\%/30) \times 7/12$ Cálculo a partir do 2º Ano = $(100\%/30) \times 3/12 = 0,83\%$ % APT	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Composta x Índice Encontrado/2).	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,1111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacional, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacional, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
	Subtotal (A + B + C + D + E)	-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
	Total por Empregado	-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
	Valor Unitário Mensal do Posto	-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
	Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)	-	5	R\$ 66,868.20	-	7	R\$ 103,147.10
	Valor Global Anual dos Postos (12 meses)	-	12	R\$ 802,418.40	-	12	R\$ 1,237,765.20

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUP O	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G6	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	5	66,868.20	802,418.40
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	7	103,147.10	1,237,765.20
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 170,015.30	R\$ 2,040,183.60

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital							
LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO	VALOR TOTAL	
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Rua Macapá, s/n – Bairro Cidade Baixa, São Francisco do Guaporé/RO	6	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
COSTA MARQUES – CIRETRAN: Av. Chianca, nº 857 – Bairro Centro, Costa Marques/RO	6	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – CIRETRAN: Av. JK, nº 1125 – Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO	6	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
SERINGUEIRAS – CIRETRAN: Av. Alcides Ferreira Linhares, nº 820 – Bairro Centro, Seringueiras/RO	6	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	2	4	R\$ 14,735.30	R\$	29,470.60
POSTO AVANÇADO SÃO DOMINGOS DO GUAPORÉ - Rodovia 429, KM 58, s/nº, Distrito de São Domingos do Guaporé, Costa Marques/RO	6	Tipo 1	1	2	R\$ 13,373.64	R\$	13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$ 14,735.30	R\$	14,735.30
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 140,544.70	R\$	170,015.30
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO						R\$	2,040,183.60

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
GRUPO VII - Guajará Mirim, Nova Mamore e Nova Dimensão							
MÃO-DE-OBRA							
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL							
Unidade de medida - tipos e quantidades							
1	Tipo de serviço	VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA 12x36 Tipo 1			VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNA 12x36 Tipo 2		
2	Unidade de medida	Posto de Trabalho			Posto de Trabalho		
3	Quantidade Postos	4			4		
4	Vigilante por Posto	8			8		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra							
6	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30			5173-30		
7	Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.621.00			R\$ 1.621.00		
8	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.900.09			R\$ 1.900.09		
9	Categoria profissional vinculada à execução contratual	SINTESV/RO			SINTESV/RO		
10	Data base da categoria.	1º de Março			1º de Março		
11	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Nº REG. RO000078/2026			Nº REG. RO000078/2026		
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO							
1	Composição da Remuneração	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)	R\$	% ou HRS	Valor (R\$)
A	Salário Base (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula 4ª - Tabela de Remuneração - Vigilante).	0.00	0%	1,900.09	0.00	0%	1,900.09
B	Adicional Noturno (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Quarta) Base de Cálculo para o Valor/Hora: =(Salário Base/220*25%) = R\$*,** Cálculo de Horas/Mês Trabalhadas: = (15,20 dias média x 8 horas/dia) = 121,60 Base de Cálculo para o Valor/Mês: (Valor Hora x Horas Trabalhadas/Mês)	0.00	0.00	0.00	2.05	121.60	249.28
C	Adicional de Periculosidade (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Parágrafo Terceiro, Cláusula 4ª - Incidirá 30% sobre a Somatória de Todas as Remunerações)	0.00	30%	570.03	0.00	30%	644.81
TOTAL		R\$ 2,470.12			R\$ 2,794.18		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							
2.1	13º Salário, e Adicional de Férias	R\$	%	Valor (R\$)	R\$	%	Valor (R\$)
A	13º salário (Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 e Previsto no Decreto nº 57.155, de 03/11/1965 "Art. 1º (...). A provisão mensal representa 1/12 da folha para que ao final do período complete um salário. Percentual Elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017.) Fórmula para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100. A Base de Cálculo: Remuneração * Índice Encontrado.	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76

B	Férias (Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT) Cálculo para o Índice: =ARRED((1/12)x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	8.33%	205.76	0.00	8.33%	232.76
B1	Adicional de Férias Constitucional (A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: Cálculo para o Índice: =ARRED((1/3)/12x100;2)/100). A Base de Cálculo: =ARRED(Remeração * Índice Encontrado;2)	0.00	2.78%	68.67	0.00	2.78%	77.68
SUB-TOTAL B		-	11.11%	R\$ 274.43	-	11.11%	R\$ 310.44
TOTAL		0.00	19.44%	R\$ 480.19	0.00	19.44%	R\$ 543.20
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	%	Valor R\$	R\$	%	Valor R\$
A	INSS (Parte Patronal, utiliza a Legislação Vigente - Prevista na Constituição Federal "Art. 195, I, a; conforme o artigo 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Empresa custeia 20%) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	20.00%	590.06	0.00	20.00%	667.48
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Empresas Não Optante pelo Simples Nacinal contribui com 2,5%, por determinação do art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF - Tabela de Encargos Grupo A - Custos Previdenciário Sobre a Folha de Pagamento) Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% vigente;2)	0.00	2.50%	73.76	0.00	2.50%	83.43
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho (Segundo a classificação do nível de risco dos serviços, o prêmio pode ser de 1%, 2% ou 3%, é o que preceitua o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Base de Cálculo RATxFAP	0.00	3.00%	88.51	0.00	3.00%	100.12
D	SESC ou Sesi (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, fica obrigada a contribuir com 1,5% para manutenção desses sistemas, por força do artigo 30 da Lei nº 8.036/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.50%	44.25	0.00	1.50%	50.06
E	SENAI ou SENAC (Empresas Não Optante pelo Simples Nacional, contribuem com 1%, em obediência ao Decreto-Lei nº 2.318/86). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	1.00%	29.50	0.00	1.00%	33.37
F	SEBRAE (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, contribui com 0,6% sobre a folha de pagamento, para atender à Lei nº 8.029/90). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.60%	17.70	0.00	0.60%	20.02
G	INCRA (Empresas Não optante pelo Simples Nacional, participa com 0,2%, para atendimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	0.20%	5.90	0.00	0.20%	6.67
H	FGTS (Utiliza a Legislação Vigente - O depósito voltou a ser de 8%, como preconiza a Lei Complementar 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei nº 8.030/90, artigo 15). Base de Cálculo para o Valor: =ARRED((Remuneração+13° Salário+Férias e Adicional de Férias)*% definido;2)	0.00	8.00%	236.02	0.00	8.00%	266.99
TOTAL		0.00	36.80%	R\$ 1,085.70	0.00	36.80%	R\$ 1,228.14
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)	Dias	R\$ ou %	Valor (R\$)
A	Transporte (<i>localidades não têm transporte coletivo</i>) Fórmula para Cálculo = (Valor da Passagem X 2 Quantidade de Passagem por Dia) X 15,20 Quantidade de Dias Trabalhados/Mês.	15.20	0.00	0.00	15.20	0.00	0.00
A1	Desconto Vale Transporte Fórmula para Cálculo Postos 12X36 = (Salário Base/2) X 6%. Fórmula para Cálculo Posto 44H = Salário Base X 6%	15.20	6.00%	0.00	0.00	6.00%	0.00
SUB-TOTAL A		-	-	R\$ 0.00	-	-	R\$ 0.00
B	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo = ARRED(Dias/Média Trabalhados x Valor do Auxílio instituído na CCT;2)	15.20	44.00	668.80	15.20	44.00	668.80
B1	Auxílio Alimentação (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula Sétima) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(B Valor do Auxílio Alimentação x % índice instituído na CCT;2)	0.00	1.00%	6.69	0.00	1.00%	6.69
SUB-TOTAL B		-	-	R\$ 662.11	-	-	R\$ 662.11

C	Assistência Médica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula décima oitava)	0.00	15.06	15.06	0.00	15.06	15.06
D	Seguro de vida, invalidez e funeral (CCT 2026/2028 Cláusula 15ª)	0.00	15.82	15.82	0.00	15.82	15.82
E	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nova) Fórmula para Cálculo = ARRED(Salário Base X ***% (definido na CCT);2)	0.00	16.00%	304.01	0.00	16.00%	304.01
E1	Cesta Básica (Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Cláusula nona) Fórmula para Cálculo do Desconto = ARRED(Salário Base X % (definido na CCT);2)	0.00	1.00%	19.00	0.00	1.00%	19.00
SUB-TOTAL E (E - E1) / 12		-	-	R\$ 23.75	-	-	R\$ 23.75
F	SESMT (Facultativo - Termo Aditivo a CCT 2026/2028 Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta)	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
G	Outros	0.00	0.00%	0.00	0.00	0.00%	0.00
TOTAL		-	-	R\$ 716.74	-	-	R\$ 716.74
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS							
2	Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Dias	R\$ ou %	Valor R\$	Dias	R\$ ou %	Valor R\$
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	19.44%	480.19	0	19.44%	543.20
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	36.80%	1,085.70	0	36.80%	1,228.14
2.3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias13º Salário, Férias e Adicional de Férias	0	-	716.74	0	-	716.74
TOTAL		-	-	R\$ 2,282.63	-	-	R\$ 2,488.08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão	Dias	%	Valor R\$	Dias	%	Valor R\$
A	Aviso Prévio Indenizado (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF (fls. 187/199 – volume IV) recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio). Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $\frac{1}{12} \times 0,0555 \times 100 = 0,46\%$ Onde: 1= um mês de salário não trabalhado; 12= número de meses do ano; 100= salário integral; 0,05= pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%) Cálculo para o Índice = $\frac{1}{12} \times 5,55\%$ Cálculo para o Valor = ARRED(Módulo 1 - Remuneração Composta * Percentual Encontrado;2). Fonte: https://www.bcb.gov.br/Adm/Editorial/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.46%	11.36	0	0.46%	12.85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, embora não seja prevista expressamente nas normas citadas, é fora de dúvida. Trata-se de matéria pacificada na jurisprudência (Súmula nº 305 do TST). No modelo de Planilha Analítica, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira: % FGTS sobre API = $\text{API} \times 0,08 \times 100 \rightarrow \%$ FGTS sobre API = $0,0046 \times 0,08 \times 100 \cong 0,037\%$ Onde: % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (Item "A" do Módulo 3) 0,08 = 8% (aliquota do FGTS) Fonte: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf https://www.bcb.gov.br/Adm/Editorial/pregaoe/DEMAP0712019/arq02_DEMAP0712019.xlsx https://www.licitacaoonline.planilha/modulo44	0	0.037%	0.91	0	0.037%	1.03
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $\frac{0,08 \times 0,40 \times 0,9}{1} \times (1 + 0,0833 + 0,1111) = 3,44\%$ (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	2.00%	49.40	0	2.00%	55.88
D	Aviso Prévio Trabalhado (Acórdão 1904/2007 - Plenário: O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado) - (CCT 2020-2022 - Cláusula 55ª. Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m) O cálculo está demonstrado a seguir: Cálculo para 1º Ano = $\frac{100\%}{30} \times \frac{7}{12}$ Cálculo a partir do 2º Ano = $\frac{100\%}{30} \times \frac{3}{12} = 0,833$	0	0.71%	17.54	0	0.71%	19.84

E	Incidência do Submódulo 2.2 Sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado). Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira: % Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado <i>Cálculo para o Valor = ARRED(Remuneração Compota x Índice Encontrado/2)</i>	0	0.29%	7.16	0	0.29%	8.10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90 e Lei Complementar 110/01. Percentual de 5% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado), mas a Lei nº 13.932, extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001). O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece: "A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.". Percentual a incidir sobre a base de cálculo: = (0,08*0,40*0,9)*(1+0,0833+0,111) = 3,44% (1,72% API e 1,72% APT) Onde: (0,08) = Aliquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados podem contar, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1e remuneração integral; (0,0833) = % do 13º salário; (0,1111) = % de férias + adicional de férias.	0	1.72%	42.49	0	1.72%	48.06
Total		-	5.217%	R\$ 128.86	-	5.217%	R\$ 145.76
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
Submódulo 4.1 - Ausências Legais							
4.1	Ausências Legais	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (custo da reposição)	0	0.926%	22.87	0	0.926%	25.87
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0	1.66%	41.00	0	1.66%	46.38
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0	0.08%	1.98	0	0.08%	2.24
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0	0.25%	6.18	0	0.25%	6.99
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0	0.28%	6.92	0	0.28%	7.82
F	Outros (Reciclagem)	0	0.97%	23.96	0	0.97%	27.10
TOTAL		-	4.17%	R\$ 102.91	-	4.17%	R\$ 116.40
Submódulo 4.2 - Intra jornada							
4.1	Ausências Legais	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)	Dias	Valor Hora R\$	Valor (R\$)
A	Substituição no Intervalo (Intrajornada Indenizada) (Termo Aditivo a CCT 2026/2028, Cláusula Terceira Base de Cálculo para o Valor: =ARRED(Dias/Mês Trabalhados/Média Ano X Valor Hora;2)	15.20	12.30	186.96	15.20	12.30	186.96
TOTAL		15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96	15.20	R\$ 12.30	R\$ 186.96
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	-	4.17%	102.91	-	4.17%	116.40
4.2	Custo da Intra jornada	15.20	-	186.96	15.20	-	186.96
Sub-total		15.20	4.17%	R\$ 289.87	15	4.17%	R\$ 303.36
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS							
5	Insumos Diversos	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Uniformes completos (calça, camisa, bone,cinto, coturno e etc)	0	0%	97.48	0	0%	97.48
B	Materiais (Livro de ocorrências, crachá, apito, pilha, lanterna e etc)	0	0%	36.18	0	0%	36.18
C	Equipamentos (Posto Armado)	0	0%	194.00	0	0%	194.00
SUB-TOTAL		0	0%	R\$ 327.66	0	0%	R\$ 327.66
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS							
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributo	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	-	5.79%	318.40	-	5.79%	350.82
B	Lucro	-	5.00%	290.88	-	5.00%	320.49
C	Tributos	-	8.65%	578.40	-	8.65%	637.30
C.1 - Tributos Federais (especificar)		-	0%	0.00	-	0%	0.00
PIS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	0.65%	43.46	-	0.65%	47.89
COFINS (Empresas não enquadrada no Simples Nacinal, a incidência cumulativa leva em conta a receita bruta da empresa. Sendo assim, se considera as alíquotas: Cofins: 3% e PIS: 0,65%)		-	3.00%	200.60	-	3.00%	221.03
C.2 - Tributos Estaduais		-			-		
C.3 - Tributos Municipais		-			-		
ISS		-	5.00%	334.34	-	5.00%	368.38
TOTAL		-	19.44%	R\$ 1,187.68	-	19.44%	R\$ 1,308.61

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO							
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Dias	%	Valor (R\$)	Dias	%	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-	-	2,470.12	-	-	2,794.18
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-	-	2,282.63	-	-	2,488.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-	-	128.86	-	-	145.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	-	289.87	-	-	303.36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	-	327.66	-	-	327.66
Subtotal (A + B + C + D+E)		-	80.56%	R\$ 5,499.14	-	80.56%	R\$ 6,059.04
F	Módulo 6 - Custos indiretos, lucro e tributos	-	-	1,187.68	-	-	1,308.61
Total por Empregado		-	100%	R\$ 6,686.82	-	100%	R\$ 7,367.65
Valor Unitário Mensal do Posto		-	2	R\$ 13,373.64	-	2	R\$ 14,735.30
Valor Mensal dos Postos (Qtde de Postos)		-	4	R\$ 53,494.56	-	4	R\$ 58,941.20
Valor Global Anual dos Postos (12 meses)		-	12	R\$ 641,934.72	-	12	R\$ 707,294.40

PROPOSTA DE PREÇO MENSAL E ANUAL								
GRUPO	ITEM	Escala de Trabalho e Tipos de Postos	Preço por Vigilante A	Vigilante por Posto B	Preço Unitário do Posto C = (A x B)	Qtde de Posto D	Sub-Total Mensal (R\$) E = (C x D)	Valor para 12 Meses F = (E x 12)
G7	1	Tipo 1: 12 horas Diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	6,686.82	2	13,373.64	4	53,494.56	641,934.72
	2	Tipo 2: 12 horas Noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12 x 36 horas.	7,367.65	2	14,735.30	4	58,941.20	707,294.40
TOTAL MENSAL E GLOBAL ANUAL							R\$ 112,435.76	R\$ 1,349,229.12

Demonstrativo dos Postos - Conforme o Edital							
LOCAL DO POSTO	GRUPO	POSTO	QT. Postos	QT. VIGIL.	VLR. POSTO		VALOR TOTAL
GUAJARÁ MIRIM – CIRETRAN: sito à Av. 1º de Maio, nº 2408 – Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO	7	Tipo 1	2	4	R\$	13,373.64	R\$ 26,747.28
		Tipo 2	2	4	R\$	14,735.30	R\$ 29,470.60
NOVA MAMORÉ – CIRETRAN: sito à Av. Dom Pedro II, nº 6540 – Bairro Centro, Nova Mamoré/RO.	7	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
POSTO AVANÇADO DE NOVA DIMENSÃO - sito à Av. Nova Dimensão, S/N, localizado no Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré/RO	7	Tipo 1	1	2	R\$	13,373.64	R\$ 13,373.64
		Tipo 2	1	2	R\$	14,735.30	R\$ 14,735.30
VALOR TOTAL MENSAL					R\$	84,326.82	R\$ 112,435.76
VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO							R\$ 1,349,229.12



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria Administrativa - DETRAN-COADM

ADENDO

ANEXO A

ATESTADO DE REALIZAÇÃO/DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro que, em ____/____/202__, às ____ horas, a empresa _____, CNPJ N°: _____, sediada à _____, telefone _____, vistoriou minuciosamente os locais onde serão executados os serviços Objeto do Pregão nº ____/202__, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados.

Porto Velho - RO, ____ de _____ de 202__.

Assinatura/Carimbo do Declarante
Assinatura/Carimbo da Empresa

OU

DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Declaro que a empresa _____, CNPJ N°: _____, sediada à _____, telefone _____, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços Objeto do Pregão nº ____/202__, se responsabilizando por todas as consequências por este ato.

Porto Velho - RO, ____ de _____ de 202__.

Assinatura/Carimbo do Declara
Assinatura/Carimbo da Empresa

Assinatura do Representante Legal da Licitante



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca**, **Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69691745** e o código CRC **D8196495**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 69691745



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria Administrativa - DETRAN-COADM

ADENDO

ANEXO B - INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

PROCESSO SEI Nº : 0010.004899/2026-68

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme modelo previsto no Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
- 1.3. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 1.4. Deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 1.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 1.6. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 1.7. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 1.8. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;
- 1.9. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 1.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.11. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

1.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da contratada serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade:

- a) assiduidade no pagamento de salários e outros benefícios trabalhistas;
- b) uso de EPI's e uniformes;
- c) tempo de resposta às solicitações da Contratante;
- d) qualidade dos serviços prestados; e
- e) disponibilidade de recursos humanos e materiais.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.3. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

(I) IMR - INDICADORES	
INDICADOR 1: ASSIDUIDADE NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de Salários e outros Benefícios.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Através de registros de ocorrências realizados pelo fiscal Setorial e fiscal Técnico
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência.

Início da Vigência	A partir do início da prestação de serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem ocorrências = 30 Pontos; - Uma ou mais ocorrências de atraso = 0 Pontos
Sanções	Previstas no Termo de Referência

INDICADOR 2: USO DOS EPI's E UNIFORMES

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à Segurança do Trabalho, fornecimento e uso de uniformes
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal de Contrato através do Livro de Registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço:
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem Ocorrências = 10 (dez) Pontos; - 01 Ocorrência = 08 (oito) Pontos; - 02 Ocorrências = 06 (seis) Pontos; - 03 Ocorrências = 04 (quatro) Pontos ; - 04 Ocorrências = 02 (dois) Pontos; - 05 ou mais Ocorrências = 0 (zero) ponto
Sanções	Previstas no Termo de Referência

INDICADOR 3: TEMPO DE RESPOSTA AS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE (ex: envio de documentos, envio de informações dentre outros)

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do Contrato através do Livro de Registros.

Periodicidade	Por evento/solicitação à Contratante/preposto.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem atrasos: 10 pontos; - 01 resposta com atraso = 08 pontos; - 02 respostas com atraso = 06 pontos; - 03 respostas com atraso = 04 pontos; - 04 respostas com atraso = 02 ponto; - 05 ou mais com atraso = 00 ponto
Sanções	Previstas no Termo de Referência
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante conforme prazo estabelecido na notificação ou conforme estabelecido em edital, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 4: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível global na prestação dos serviços
Meta a cumprir	Entregar todos os serviços com qualidade técnica superior e atualizada, primando pela excelência do serviço e do profissional e com garantia da execução, acabamento e segurança.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e preenchimento da planilha de avaliação e pesquisa de satisfação do usuário
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato e pelos usuários
Periodicidade	Mensal, de acordo com a rotina de trabalho
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de Ajuste no Pagamento	De 0 a 30 Pontos, conforme resultados da pesquisa.
Sanções	Previstas no Termo de Referência

INDICADOR 5: DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas

Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo Fiscal do Contrato através do Livro de Registros
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem atrasos: 20 pontos; - 01 resposta com atraso = 15 pontos; - 02 respostas com atraso = 10 pontos; - 03 respostas com atraso = 05 pontos; - 04 ou mais com atraso = 00 pontos
Sanções	Previstas no Termo de Referência

(II) PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Órgão/Unidade:

Nº Contrato:

Fiscal(is) do Contrato:

Contratada:

Mês de Referência:

Legenda do Grau de Satisfação:

O = Ótimo

B = Bom

R = Regular

I = Insatisfatório

N = Não se Aplica/Não sei responder

SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS/ESPECIFICAÇÕES

I. Rotina por Intervenção (A pedido da Administração)

O

B

R

I

N

1. Prontidão e Proatividade na Prestação do Serviço						
2. Realização das tarefas programadas/solicitadas						
3. Conservação zelo com os equipamentos						
4. Tratamento ao público com zelo e urbanidade						
5. Demonstração de técnica do profissional						
II. Rotina Semanal (01 vez por semana, no mínimo)	O	B	R		I	N
6. Condições de limpeza e organização dos equipamentos e utensílios em geral						
7. Condições de limpeza e organização do ambiente de trabalho em geral						
8. Condições de limpeza da pia da copa, móveis e recipientes em geral						
III. Rotinas Gerais (verificação Diária)	O	B	R		I	N
9. Funcionário: Uniformes						
10. Funcionário: EPI's						
11. Funcionário: Pontualidade						
12. Equipamentos e Materiais Qualidade						
13. Equipamentos e Materiais Quantidade						
14. Condições de limpeza dos locais, utensílios e equipamentos utilizados						
15. Condições de higiene geral						
16. Organização do ambiente de trabalho e equipamentos utilizados						
17. Preposto/Representante Atendimento as solicitações						
MEMÓRIA DE CÁLCULO	O	B	R		I	N

A – Número de quesitos pontuados por grau de satisfação (O B R I)						
B – Total de quesitos avaliados (excluindo-se os N)						
C – Índice de Avaliação, por quesito: dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados. [A/B].						
D – Pontuação Total : Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus e satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 30. [(O+B)x30].	XXXXX					
Comentário ou observação para melhorar a qualidade dos serviços prestados						

(III) FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO		
3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.		
3.1.1 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme a seguinte fórmula: Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5”.		
3.2 Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:		
Valor Mensal do Contrato	Pontuação	
Faixas de Pontuação de qualidade de serviço	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do IMR
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto	0,9

Valor devido na fatura mensal = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço).			XXXXXX
Em caso de reincidência de pontuação (0) zero em qualquer indicativo: multa de 0,3% sobre o total da Nota Fiscal mensal + faixa de ajuste pertinente.			
3.3 A avaliação abaixo de 50 pontos por três vezes poderão motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual deste edital, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.			
(IV) CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1) Atraso no Pagamento de salários e outros benefícios	Sem ocorrências	30	
	Uma ou mais ocorrências	0	
2) Uso dos EPI's e Uniformes	Sem ocorrências	10	
	01 ocorrência	8	
	02 ocorrências	6	
	03 ocorrências	4	
	04 ocorrências	2	
	05 ou mais ocorrências	0	
3) Tempo de Resposta às Solicitações da Contratante	Sem atrasos:	10	
	01 ocorrência	8	
	02 ocorrências	6	
	03 ocorrências	4	
	04 ocorrências	2	
	05 ou mais ocorrências	0	
4) Qualidade dos Serviços Prestados	Conforme resultados da pesquisa.	0 - 30	
5) Falta de materiais previstos em contrato	Sem ocorrências	20	
	01 ocorrência	15	
	02 ocorrências	10	

	03 ocorrências	5	
	04 ou mais ocorrências	0	
Pontuação Total do Serviço			XXXX

Porto Velho, data e hora do sistema



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca**, **Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69692106** e o código CRC **90325D30**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 69692106



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria Administrativa - DETRAN-COADM

ADENDO

ANEXO C

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO FISCALIZAÇÃO SETORIAL

PROCESSO SEI Nº : 0010.004899/2026-68

NÚMERO DO PROCESSO	
OBJETO DO CONTRATO	
Nome da empresa contratada	
Número do contrato	XX/AAAA
Mês de competência	MM/AAAA

Recebemos provisoriamente os serviços pertencentes ao Contrato nº (número contrato/Ano), que trata da prestação de serviços XXXXXX, prestados pela empresa (identificação da empresa), de (mês), do serviços executados:

Especificações	Sim	Não	Parcialmente	Observação
Material entregue conforme solicitado do Anexo do Edital ?				
Lançamento em planilha a conferência de material com aprovo do preposto				

Serviços executados de forma adequada ao contratado?				
Pontos assinados conforme previsto em contrato?				
Faltas, Ausências não justificadas?				

OUTRAS OCORRÊNCIAS E/OU OBSERVAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNCIONÁRIO DO CONTRATO PRESENTE NA COMPETÊNCIA NA CIRETRAN	
Nome	Ativo

Atestamos que os serviços foram entregues adequadamente conforme Termo de Referência e conforme previsto no Edital XXX/202x.

Porto Velho, data e hora do sistema



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca**, **Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69692727** e o código CRC **22D6A572**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 69692727



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria Administrativa - DETRAN-COADM

ADENDO

ANEXO D

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA (MODELO)

PROCESSO SEI Nº : 0010.004899/2026-68

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

NÚMERO DO PROCESSO	
OBJETO DO CONTRATO	
Nome da empresa contratada	
Número do contrato	XX/AAAA
Mês de competência	MM/AAAA

1. A empresa manteve, durante todo o mês, os mesmos empregados nos respectivos postos?
☐ SIM ☐ NÃO

1.1. Caso a resposta do item anterior seja negativa, houve a devida substituição por outros empregados? ☐ SIM ☐ NÃO

1.2. Caso a resposta do item anterior seja positiva, indique o(s) nome(s) do(s) empregado(s) que fizeram a respectiva substituição no(s) posto(s):

Nome do Funcionário (Substituto)	Função	Quantidade de substituições

1.3 Caso a resposta do item 1.1 seja negativa, indique a quantidade de dias em que o(s) posto(s) ficaram vago(s), para o fim de glosa na fatura.

Nome do Funcionário (Titular do Posto)	Função	Quantidade de faltas

Nota: O ponto dos funcionários deve ser controlado pelo preposto da contratada e acompanhado pelo fiscal técnico, que receberá das mãos do preposto e entregará ao fiscal administrativo ou gestor

do contrato.

1) O contrato possui IMR? ☐ **SIM** (LINK SEI XXXXXX) ☐ **NÃO**

1.1) Se a resposta anterior for sim, responda a seguinte pergunta: Com base no IMR, haverá ajuste no pagamento do contrato? ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

1.2) Se a resposta anterior for sim, qual o percentual a ser pago com base no IMR?_% (xxxxxxxx por cento)

2) Considerando os itens acima fiscalizados, é possível concluir que há indícios de que a empresa tenha praticado alguma infração contratual no que tange os aspectos da fiscalização técnica, passível de instauração de processo administrativo para a aplicação de sanção? ☐ **SIM** ☐ **NÃO**

Irregularidade Ocorrida	Item Edital ou TR	Sanção sugerida

Considerando os aspectos em que é possível à Administração empreender a fiscalização técnica, **CONCLUO** pela regularidade da atuação da empresa no que toca ao cumprimento de suas obrigações com relação ao objeto do contrato e de acordo com o Termo de referência, Edital e seus anexos o que o faço na forma do Art. 117 da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, da IN 05/2017 da SLTI/MPOG, ANEXO VIII-A da SLTI/MPDG.

Porto Velho, XXX de XXXX de 202X.

Nome Fiscal

Fiscal Técnico do Contrato Portaria nº xxxx, de XX/XX/XXXX

[assinado eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca, Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69692889** e o código CRC **F62DE5C9**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 69692889



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Coordenadoria Administrativa - DETRAN-COADM

ADENDO

ANEXO E

ROTEIRO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO SEI Nº : 0010.004899/2026-68

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

NÚMERO DO PROCESSO	
OBJETO DO CONTRATO	
Nome da empresa contratada	
Número do contrato	XX/AAAA
Mês de competência	MM/AAAA

CONTROLE DE SALDO EMPENHO		
Documento	Número	Valor
Empenho		
Reforço		
Reforço		
Reforço		
Reforço		
Reforço		

PAGAMENTOS				
Competência	Número NF	Valor	Número do Empenho	Saldo do Empenho após a liquidação

1. CONFERÊNCIA MENSAL DOS VALORES PAGOS DIRETO A TRABALHADORES REMUNERAÇÃO

Os valores devem ser conferidos no contracheque e devem estar de acordo com a planilha de custos e com a CCT, ACT ou DCT.

CONTRACHEQUE/ REMUNERAÇÃO/BENEFÍCIOS	TIPO	ITEM	ENTREGUE INTEGRAL	ENTREGUE PARCIAL	NÃO ENTREGUE	OBSERVAÇÃO

Conferência MENSAL (devem ser cobrados do mês da competência ANTERIOR do serviço)	Colaborador Ativo	Planilha dos Colaboradores Ativo na competência, Lotação e Situação				
		Folha de Pontos devidamente assinada				
		Comprovante do pagamento do auxílio transporte - empregados optantes ou ajuda de custo prevista CCT				
		Comprovante do pagamento do auxílio alimentação (conforme previsão na CCT)				
		Espelho da Folha de Pagamento				
		Cópia do Recibo de Salário com as seguintes informações: *Insalubridade *Periculosidade *Descontos previstos em Lei ou CCT				
	Colaborador em férias e Substituto	Planilha contendo: Nome, CPF, Local/Prédio, Data de Admissão, Período do Serviço;				
		Folha de Pontos devidamente assinada;				
		Comprovante do pagamento do auxílio transporte - empregados optantes ou ajuda de custo prevista CCT				

		Comprovante do pagamento do auxílio alimentação (conforme previsão na CCT)				
		Cópia do Recibo de Salário com as seguintes informações: *Remunerações *Insalubridade *Periculosidade *Descontos previstos em Lei ou CCT				
	Colaborador Demitidos	Planilha com relação do demitidos				
		Folha de Pontos devidamente assinada até o último dia laboral				
		Cópia do Recibo de Rescisão com comprovante de pagamento e as seguintes informações: *Remunerações *Descontos previstos em Lei ou CCT				
		Cópia da guia de GRRF e comprovantes de pagamento (quando couber)				

Nota: notificar a empresa e conceder o prazo estabelecido na CCT, ACT ou DCT entre outras previsões legais. Não sendo pago dentro do prazo, aplicar as penalidades previstas nos referidos normativos legais a favor do empregado prejudicado e as sanções cabíveis indicadas no TR.

2. INFORMAÇÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

INFORMAÇÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	ITEM	ENTREGUE INTEGRAL	ENTREGUE PARCIAL	NÃO ENTREGUE	OBSERVAÇÃO
	Guia de Recolhimento FGTS com comprovante de pagamento				
	Protocolo de envio Conectividade Social				

Conferência mensal (devem ser cobrados do mês da competência ANTERIOR do serviço)	Relatório da SEFIP contendo: * Relatório Analítico da GRF; * Comprovante de Declarações das Contribuições a recolher à previdência social e a outras entidades e fundos por FPAS; * Resumo de Informações a previdência social constantes no arquivo SEFIP; * Relatório Analítico da GPS; * Relatório de compensações (no caso que couber); * Relação de Tomador/Obra- RET; * Relação de Trabalhadores constante no arquivo da SEFIP; * Resumo da SEFIP				
	Guia de Recolhimento INSS (DARF) com comprovante de pagamento				
	Das informações do DCTFWeb: *Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb *Tela de Retenção da DCTFWeb * Relatório da declaração completa-DCTFWeb * Relatório de Créditos e Débitos--DCTFWeb				
	Das informações do ESOCIAL: * Tela de Remunerações com inclusão de todos os colaboradores presente na planilha de colaboradores;				
	DARF IRRF com comprovante de pagamento				

3. DOCUMENTAÇÃO QUANTO A REGULARIZAÇÃO FISCAL

Os documentos apresentados referentes à regularidade fiscal estão de acordo com a determinação contida no art. 62 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 2º da Instrução Normativa 001/CGE/2013, a saber:

CERTIDÃO	CONSULTA EMISSOR OU EMPRESA	
	Válida	Vencida
Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União		
Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual		
Certidão de regularidade Municipal do domicílio ou sede do contratado		
Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)		
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)		
Certidão Negativa de Falência e Concordata		
Constatada alguma certidão vencida, deverá o gestor do contrato notificar a CONTRATADA para que proceda com a regularização no prazo de 5 (cinco dias úteis), prorrogável por igual período , não havendo a regularização, os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal deverão ser comunicados, conforme determina o regulamento do SICAF, art. 31.Certidão vencida não impede o prosseguimento da fiscalização, devendo apenas ser observada as ações que devem ser tomadas já descritas acima. Estando VÁLIDAS as certidões no SICAF, não há necessidade de consultar diretamente no site do órgão arrecadador/empresa.		

4. DOCUMENTAÇÃO QUANTO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INFORMAÇÕES DE OBRIGAÇÕES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ITEM	ENTREGUE INTEGRAL	ENTREGUE PARCIAL	NÃO ENTREGUE	OBSERVAÇÃO
Conferência mensal (devem ser cobrados do mês da competência do serviço)	Nota Fiscal Eletrônica emitida pela contratada com descrição detalhada de todos os serviços prestados, desde que atenda devendo conter no corpo da nota fiscal/fatura, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência, bem como o número do Contrato de Prestação de Serviços firmado, bem como quaisquer outras informações que se façam necessárias para a efetiva identificação do crédito bancário referente ao pagamento.				
	Instrumento de Medição de Resultados - IMR - Anexo H do Termo de Referência e ANEXO VIII - A da IN n.º 05/2017				
	Termos de recebimento provisório dos serviços das unidades				
	Termos de recebimento definitivo dos serviços das unidades, por Lote				
	Planilha Conta Vinculada - Cláusula Décima Sétima do contrato e Art. 18, § 1º, inciso I da IN n.º 05/2017				

Na função de Gestor deste contrato, considerando os aspectos em que é possível à Administração empreender a fiscalização administrativa, **CONCLUO** pela regularidade da atuação da empresa no que toca ao cumprimento de suas obrigações com relação **ao objeto do contrato e de acordo com o Termo de referência, Edital e seus anexos** o que o faço na forma do artigo 117 da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, da IN 05/2017 da SLTI/MPOG, ANEXO VIII-B, e procedo a emissão do TERMO CIRCUNSTANCIADO PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, necessário à autorização para que a empresa emita a NF.

Na função de Fiscal administrativo deste contrato, considerando os aspectos em que é possível à Administração empreender a fiscalização administrativa, **CONCLUO** pela regularidade da atuação da empresa no que toca ao cumprimento de suas obrigações com relação **ao objeto do contrato e de acordo com o Termo de referência, Edital e seus anexos** o que o faço na forma do artigo Art. 117 da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, da IN 05/2017 da SLTI/MPOG, ANEXO VIII-B e encaminho ao Gestor do Contrato de Contratos para emissão do TERMO CIRCUNSTANCIADO PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, necessário à autorização para que a empresa emita a NF.

Porto Velho, XX de XXXX de 20XX.

NOME DO ASSINANTE

Gestor do Contrato Portaria xxxx, de XX/XX/XXXX
[assinado eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Dionisio Mendonca, Coordenador(a) de Administração**, em 11/03/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69693022** e o código CRC **AE548EA7**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

TERMO DE COOPERAÇÃO NUMERADO Nº 5/2024/PGE-DETRAN

TERMO DE
COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE,
ENTRE SI,
CELEBRAM O
DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE
TRÂNSITO –
DETRAN/RO E A
INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL, VISANDO
A
OPERACIONALIZAÇÃO
DA RETENÇÃO DE
PROVISÕES DE
ENCARGOS
TRABALHISTAS,
PREVIDENCIÁRIOS E
OUTROS A SEREM
PAGOS, NOS
TERMOS DA
INSTRUÇÃO
NORMATIVA Nº 05
DE 25 DE MAIO DE
2017, E ALTERAÇÕES
POSTERIORES.

O **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, nº 4.477, Bairro Costa e Silva, nesta cidade de Porto Velho-RO, representado por seu Diretor de Planejamento, Administração e Finanças, o Sr. **Onildo Pires Araújo**, brasileiro, conforme Portaria nº 1742 de 29 de dezembro de 2023 de Delegação de Competência para Ordenador de Despesas no âmbito do DETRAN/RO, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado(a) **ADMINISTRAÇÃO**, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, nº 34, Bloco A, em Brasília/DF, daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representado(a) pelo seu Procurador (instrumentos – ID 0044722236), o Sr. **Alan Dione Gomes**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº ***.948.***-15, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.
3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.
4. **Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação** - cadastro em nome do **Prestador dos Serviços** de cada contrato firmado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. **Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
6. **Partícipes** – Referência ao órgão da administração pública e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma **Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação** em nome do **Prestador de Serviços** do

Contrato.

2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, pagos ao **Prestador de Serviços dos Contratos** e será denominada **Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação**.

3. A movimentação dos recursos na **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.

2. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para abertura de Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou enviar Ofício à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe arquivo transmitido pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e abre conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do prestador dos serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** no território nacional ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe Ofício da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

4. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou enviar Ofício à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, contendo o número da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

5. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe o ofício da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

6. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

7. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** solicita à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** a movimentação dos recursos.

8. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** acata solicitação de movimentação financeira na Conta - Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, confirmando, por meio de Ofício, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.

9. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para recebimento de chave e senhas de acesso ao sistema eletrônico.

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

9.1.1. O acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**;

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*; e

9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;

2. Designar, por meio de Ofício, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**;

3. Remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** Ofício, solicitando a abertura das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**;

4. Remeter Ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a movimentação de recursos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou movimentá-los por meio eletrônico;

5. Comunicar ao **Prestador de Serviços** o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, para que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;

6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação**;

7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**;

8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**;

9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**;
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o *hardware* e *software* utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas — bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial do Estado de Rondônia será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PGE-DETRAN

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Rondônia preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO.

2. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Parágrafo único. Este Instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, c/c a LCE n. 1.000/2018 segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

3. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Onildo Pires Araújo

Diretor de Planejamento, Administração e Finanças

Alan Dione Gomes

Representante da Caixa Econômica Federal



Documento assinado eletronicamente por **Alan Dione Gomes da Fonseca**, **Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araujo**, **Diretor(a)**, em 30/01/2024, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE**, **Procurador Diretor**, em 31/01/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045545840** e o código CRC **9A750473**.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2028

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000078/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/04/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR022186/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.252736/2026-15
DATA DO PROTOCOLO: 27/04/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND.TRAB.SEG.VIG.TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMACAO DE VIG. EST. RONDONIA, CNPJ n. 84.638.139/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALDEMAR COSME DE CARVALHO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 63.628.150/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALLANN JAMES FRANCA BENJAMIN;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2028 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissionais de Segurança Privada Patrimonial, Segurança Pessoal, Bombeiros Civis e Similares. A representação abrange as atividades devidamente tipificadas e amparadas pela Lei nº 14.967/2024, com base territorial adstrita a todo o Estado de Rondônia (RO)**, com abrangência territorial em RO.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO**

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

O salário base da categoria será reajustado no percentual da inflação ocorrida no período de 01/03/2025 a 28/02/2026, acrescido de 2% de ganho real, totalizando 5,36% de reajuste, com vigência a partir de 01/03/2026

CLÁUSULA QUARTA - DA TABELA DE REMUNERAÇÃO DA CATEGORIA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

FUNÇÃO	SALÁRIO BASE	HORA NORMAL	EXTRA 50%	EXTRA 60%	EXTRA 100%	ADICIONAL NOTURNO
Vigilante	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Vigilante em atividade fluvial	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Vigilante em atividade rural	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Vig. Líder	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Mot. Carro Leve	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Inspetor	3.270,08	14,86	22,29	23,78	29,72	3,71
Inspetor II	4.015,19	18,25	27,37	29,20	36,50	4,56
Escolta Armada	3.632,13	16,51	24,76	26,42	33,02	4,13
Vig. Orgânico	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Vig de Evento		24,34				
Vig. Seg. Pessoal Privada		28,97				

Vigilante Bombeiro Civil	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16
Monitor Sis.Elet.Seg.	1.900,09	8,64	12,96	13,82	17,28	2,16

Parágrafo primeiro - As demais funções, tais como as atividades administrativas e de meio, terão seus salários reajustados em, no mínimo, o mesmo reajuste descrito na cláusula terceira.

Parágrafo segundo - Admite-se na categoria o regime de salário mensal, sendo o salário diário de 1/30 (um trinta avos) e o salário hora de 1/220 (um duzentos e vinte avos).

Parágrafo terceiro – Fica convencionado que o adicional de periculosidade de 30% incidirá sobre a somatória de todas as remunerações constantes no quadro acima, a saber: salário base, horas extras 50%, horas extras 60%, horas extras 100%, adicional noturno, com exceção das horas extras relativas à indenização do intervalo intrajornada, gratificação da função de VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL e percentual indenizatório de confinamento.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

Fica estabelecido que as empresas promoverão os pagamentos dos salários dos seus colaboradores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, não considerando como dias úteis os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo primeiro – A diferença do reajuste salarial e do vale alimentação relativas aos meses de março e abril/2026 serão pagos em até 02 (duas) parcelas, juntamente com os salários dos meses de maio e junho/2026.

Parágrafo segundo – Sendo a presente CCT registrada no sistema mediador até a data de 30/04/2026, as empresas se obrigam a pagar a diferença salarial e do vale alimentação do mês de março/2026 em uma única parcela, limitado ao pagamento do mês de maio/2026.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a fornecer a todos os empregados, comprovante de pagamento em documento único, contendo, obrigatoriamente, a razão social da empresa, o nome do empregado, demonstrativo de salário base mensal, a quantidade de horas extras, de adicional noturno, valor de cada um dos títulos depositados do FGTS incidentes, salários família e demais títulos que compõem a remuneração mensal, bem como os descontos da Previdência Social, imposto de renda, contribuição devida às entidades sindicais profissionais, a pensão alimentícia, se houver e convênios firmados pelo SINTESV/RO.

Parágrafo primeiro – Fica estabelecido que o limite máximo de utilização dos convênios firmados pelo Sindicato Laboral (chequinho/Grandcard), será de até 30% (trinta por cento) do salário base da categoria acrescido do adicional de periculosidade, desde que previamente autorizado pelo empregado, nos termos do Artigo 462 da CLT, observados os demais descontos já inseridos na folha de pagamento (pensões, consignados, entre outros).

Parágrafo segundo: Fica estabelecido que os convênios firmados pelo sindicato laboral poderão ser utilizados pelos seus associados através de autorização por escrito ou meio eletrônico ou ainda, através do cartão magnético com a senha pessoal e intransferível, fornecido por empresa contratada pelo sindicato laboral.

Parágrafo terceiro: As empresas que dispõem de programa eletrônico de informação aos seus empregados, poderão disponibilizar os contracheques destes diretamente no sítio eletrônico da empresa, mediante digitação de código e senha, que serão disponibilizados a todos os colaboradores, gradativamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PERÍODO DE FECHAMENTO DE PONTO

Para fins de fechamento do ponto, apuração e pagamento das horas extraordinárias e noturnas, as empresas poderão optar pelo fechamento da folha em data anterior ao último dia do mês sem que isso implique em atraso de pagamento previsto no Art. 459 §1º da CLT.

Parágrafo Único: No caso da empresa optar pelo fechamento do ponto, em data anterior ao último dia do mês, pagará as horas extras e noturnas remanescentes em valores atualizados pelo salário do mês do efetivo pagamento.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - DA ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO

As empresas poderão antecipar 50% (cinquenta por cento) do pagamento do 13º salário mediante solicitação formal do colaborador a partir do mês de abril até outubro do ano corrente.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - DAS HORAS EXTRAS

Para cômputo das horas extras, todos os colaboradores deverão registrar nas folhas de ponto, os devidos horários de entrada, saída, intervalos e demais anotações pertinentes que tenham reflexo na jornada de trabalho, com exceção dos colaboradores que exercem cargo de confiança, que ficam desobrigados de qualquer controle de jornada a critério da empresa.

Parágrafo primeiro - O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outro meio eletrônico aceito legalmente, ficando as empresas obrigadas a colher assinatura dos empregados ao final do período do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria.

Parágrafo segundo - Fica autorizado, no presente instrumento normativo, a adoção de sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador, conforme previstas pela Portaria n.º 671, de 08 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

Parágrafo terceiro – O colaborador que cumpre jornada de 12x36 horas, quando convocado para trabalhar na folga, será remunerado com adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo quarto – O tempo dispendido para troca de turno (rendição) não será computado para fins de horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DIA DO VIGILANTE

Fica instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no dia 20 de junho de cada ano, sendo que os vigilantes que trabalharem nesta data terão adicional de 60% (sessenta por cento) do valor da hora normal.

Parágrafo único – Não fará jus ao benefício desta cláusula o colaborador que trabalha na escala 12x36 em face às peculiaridades específicas desta jornada

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ANUÊNIO

Fica garantido a todo empregado um adicional por tempo de serviço contínuo na proporção de 1% (um por cento) do valor do salário base da categoria, por ano trabalhado, até o limite de 5 (cinco) anos de serviço prestado continuamente, limitado a 5% (cinco por cento).

Parágrafo primeiro - Os direitos adquiridos a título de ANUÊNIO acima de 5% (cinco por cento), até 30 de abril de 2004, serão mantidos e limitados ao percentual que fazem jus até a mencionada data.

Parágrafo segundo - Os vigilantes admitidos a partir de 1º de maio de 2004 não fazem jus ao anuênio.

Parágrafo terceiro - O valor do anuênio não se incorpora ao salário, seja a que título for.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

As empresas fornecerão vale alimentação diário a todos os seus colaboradores mensalistas, inclusive os administrativos, por dia trabalhado, desde que a carga horária exceda 4 (quatro) horas trabalhadas.

Parágrafo primeiro - O valor unitário do vale alimentação do colaborador mensalista será R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) por dia efetivamente trabalhado, com vigência a partir de 01/03/2026, sendo devido o desconto de 1,00% (um por cento) do valor do benefício.

Parágrafo segundo – Os vigilantes contratados em regime de tempo parcial, na forma do Art. 58, “A” da CLT, receberão o benefício do vale alimentação proporcional as horas trabalhadas, sendo que o valor da refeição/hora corresponderá a R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos).

Parágrafo terceiro – Este benefício será concedido através de cartão alimentação.

Parágrafo quarto - Aos dirigentes sindicais liberados, com os direitos assegurados, fica garantido o benefício da alimentação, de segunda a sexta-feira, como se trabalhando estivessem excetuando-se os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo quinto - O valor estabelecido para a alimentação não integra o salário do colaborador, para todos os efeitos.

Parágrafo sexto – As empresas comprometem-se a pagar o valor referente a alimentação até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art. 7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência-trabalho e vice-versa.

Parágrafo primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da Lei.

Parágrafo segundo – Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho.

Parágrafo terceiro – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate-se que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo quarto – No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo quinto – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o vale transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo sexto – A declaração falsa ou uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Parágrafo sétimo – Desde que solicitado, as empresas fornecerão vale-transporte aos empregados sob o regime de tempo parcial, nos dias efetivamente trabalhado para deslocamentos residência/trabalho e vice-versa, com desconto de 6% (seis por cento) do salário auferido no mês trabalhado, possuindo o empregado veículo próprio, a empresa disponibilizará ajuda de custo, na medida combinada, para o deslocamento necessário, sendo considerada verba de natureza indenizatória, enquadrando-se no previsto do §2º do artigo 457 da CLT.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

As empresas obrigam-se a arcar com as despesas do funeral em caso de morte do colaborador, quando procuradas por familiares ou membros do Sindicato Laboral, limitadas tais despesas a 5 (cinco) salários base da função do colaborador, mediante comprovação.

Parágrafo único – Caso a empresa mantenha convênio/seguro que cubra todas as despesas com funeral, a mesma fica desobrigada de pagar as despesas descritas no *caput* desta cláusula.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA

As empresas obrigam-se a fazer seguro de vida em grupo, em conformidade com o inciso V do Art. 29 da Lei nº 14.967/2024 e Resolução CNSP nº 439/22 e demais normas atinentes.

Parágrafo primeiro – O prazo para inclusão do vigilante novinho como beneficiário do seguro será até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à admissão.

Parágrafo segundo - No caso de inexistência do seguro, as empresas obrigam-se a pagar:

- a) 40 (quarenta) vezes o valor do último salário base da categoria, em caso de morte por qualquer causa;
- b) 69 (sessenta e nove) vezes o valor do último salário base da categoria, em caso de invalidez permanente, parcial ou total, por acidente.

Parágrafo terceiro - As empresas obrigam-se a entregar ao Sindicato laboral cópia da apólice de seguro obrigatório de que trata o Art. 29 da Lei nº 14.967/2024.

Parágrafo quarto - Os valores decorrentes das indenizações por morte serão pagos aos beneficiários designados pelo empregado ou, na falta da designação, na forma da Lei e, nos casos de invalidez permanente total ou parcial decorrente exclusivamente de acidente, ao próprio empregado, que impulsionarão os documentos à seguradora, no intuito do recebimento da indenização que fazem jus, observados os procedimentos e regras da SUSEP.

Parágrafo quinto - Para comprovação da contratação do seguro de vida em grupo, bastará a apresentação de Contrato de Seguro com empresas do sistema de livre escolha das empresas contratantes, especificando que, como segurados, estão compreendidos todos os empregados, além da comprovação do respectivo pagamento do prêmio à Seguradora.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESTA BÁSICA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

As empresas pagarão de uma única vez ao ano, durante a vigência desta CCT, até 28 de fevereiro, uma cesta básica, equivalente a 16% (dezesesseis por cento) do salário base da respectiva função, descontando-se 1% (um por cento) do salário de cada colaborador beneficiado.

Parágrafo primeiro – Este benefício deverá ser pago em pecúnia ou em ticket alimentação.

Parágrafo segundo – Este benefício será concedido aos colaboradores que não excederem o quantitativo de 04 (quatro) faltas injustificadas no interregno aquisitivo. Sendo consideradas como faltas justificadas: declaração de comparecimento a unidade de saúde e todas as faltas legais elencadas no artigo 473 e seus parágrafos da CLT.

Parágrafo terceiro - No caso de admissão ou rescisão contratual, as empresas pagarão ao empregado o valor proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas complementarão o auxílio-doença de seus empregados pagos pelo INSS, até o limite de 40% (quarenta por cento) sobre o salário base no primeiro mês.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO

No ato da rescisão contratual, as Empresas fornecerão a seus ex-colaboradores, quando solicitado, carta de apresentação e Perfil Profissional Previdenciário - PPP.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RECONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS

As empresas poderão, a seu critério, recontratar funcionários que trabalhavam em regime de tempo parcial, conforme previsão no art.58-A da CLT, para trabalhar como funcionário mensalista, imediatamente após o término do primeiro vínculo empregatício.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM

O curso de reciclagem, extensões legais e necessárias à execução do serviço do Vigilante definidos na Lei nº 14.967/2024 e seus regulamentos, quando convocados pela empresa, será promovido por conta destas, sem ônus para os vigilantes.

Parágrafo primeiro – Fica convencionado que as empresas deverão comunicar aos vigilantes formalmente, listando os documentos necessários para a matrícula na Escola de Formação. É obrigação do EMPREGADO apresentar no Departamento Operacional da empresa ou na escola de formação ao qual se encontra matriculado, toda documentação prevista na portaria nº 18.045/2023 da Polícia Federal, no prazo máximo de 30(trinta) dias corridos do recebimento da notificação enviada pela empresa por escrito.

Parágrafo segundo – O não cumprimento do disposto no parágrafo primeiro por parte do empregado acarretará a suspensão do contrato de trabalho do mesmo, a partir da data que expirar o prazo de validade do curso de reciclagem. Caso o empregado não regularize sua situação no prazo de 90 dias após o prazo fixado no parágrafo primeiro, a empresa efetivará o desligamento do mesmo.

Parágrafo terceiro – A suspensão do contrato de trabalho e demissão do vigilante descrita no parágrafo anterior somente poderá ocorrer caso a empresa tenha convocado o colaborador a iniciar a sua reciclagem com no mínimo 60 (sessenta) dias antes do prazo de expiração do curso de reciclagem.

Parágrafo quarto - Na hipótese do empregado não lograr êxito no curso de reciclagem, o pagamento de uma segunda oportunidade para realização do curso será de responsabilidade do próprio empregado. Não logrando êxito novamente, o empregado poderá ser desligado da empresa.

Parágrafo quinto - No caso do trabalhador ser demitido por justa causa, distrato contratual (Art. 484 -A da CLT) ou pedir demissão no prazo inferior a 06 (seis) meses da realização do Curso de Formação de Vigilante ou Reciclagem, deverá ressarcir a empresa o valor correspondente a reciclagem na proporção dos meses faltantes para o seu vencimento.

Parágrafo sexto - Uma vez recebido o certificado de participação nos cursos de reciclagem das Escolas ou Academias de Formação, as empresas o entregarão incontinentemente ao respectivo colaborador, retendo uma cópia para seus arquivos.

Parágrafo sétimo - As empresas arcarão com as despesas de locomoção, e alimentação, do colaborador que resida no interior do estado, quando convocado para participar do curso de reciclagem.

Parágrafo oitavo – Não serão consideradas horas extras, as horas destinadas aos cursos de formação e/ou reciclagem.

Parágrafo nono – Havendo interesse do vigilante, com a anuência da empresa contratante e da escola de formação, o mesmo poderá optar por realizar o curso de extensão ao invés do curso de reciclagem, ficando responsável pelo pagamento da diferença entre o curso de reciclagem e da extensão pretendida.

Parágrafo décimo – Quando da contratação de vigilantes com curso de reciclagem com prazo inferior a 03 (três) meses para expiração, a empresa ficará isenta do custeio do curso de reciclagem do mesmo.

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

São as seguintes as atividades profissionais abrangidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho:

1. VIGILANTE – CBO 5173-30: Profissional habilitado nos termos da lei 14.967/24, portando ou não arma muniçada, consistente na função de impedir ou inibir ação criminosa contra os bens de propriedade de terceiros;

2. VIGILANTE LIDER - CBO 5173-30: Profissional habilitado nos termos da lei 14.967/24, que portando ou não arma muniçada, tem a função de impedir ou inibir ação criminosa contra os bens de propriedade de terceiros, lotado em postos de serviços localizados em todos os Municípios do Estado de Rondônia, coordenando equipes de vigilantes em seus respectivos postos de serviço com o intuito de manter a disciplina do desempenho das funções, bem como, verificar suas presenças e anotação de faltas;

3. INSPETOR I – CBO 5103-10: Profissional responsável pela orientação de vigilantes, vigilante líder, fiscalização de suas presenças, com poderes para advertir colaboradores, distribuição de armamento e munição e contatos com o tomador dos serviços, cujas atividades exijam a condução de veículos automotores.

4. INSPETOR II - CBO 5103-10: Profissional responsável pela administração da área operacional da empresa, cujas atribuições são coordenar e orientar vigilantes, vigilante líder e inspetor I, fiscalização de suas presenças, com poderes para advertir colaboradores, distribuição de armamento e munição para os postos de serviço, bem como outros trabalhos junto a sua empresa ou respectiva tomadora de serviço, atividades essas cujo desempenho haja necessidade de condução de veículos automotores.

5. VIGILANTE ESCOLTA ARMADA - CBO 5173-30: Profissional com formação prevista na Lei nº 14.967/24, com função específica de garantir a escolta de bens e valores, incluindo o retorno da guarnição com o respectivo armamento e demais equipamentos, com pernoite estritamente necessário de acordo com o Art. 1, §3º, III da portaria 18.045/2023 – DG/DPF.

6. MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE – CBO 7823-05: Profissional responsável pela condução de veículos leves em serviços administrativos.

7. VIGILANTE ORGÂNICO - CBO 5173-30: Profissional com formação prevista nos respectivos artigos da lei nº 14.967/24, no que couber.

8. VIGILANTE DE EVENTO - CBO 5173-30 - Profissional com formação prevista na lei nº 14.967/24 que opera basicamente em serviços eventuais remunerado por hora ou diária.

9. VIGILANTE DE SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA (VIP/VSPP) - CBO 5173-30 – Profissional com formação prevista na lei nº 14.967/24 e extensão em segurança pessoal privada. Atua como segurança de nível executivo, realiza acompanhamento e segurança pessoal do cliente.

10. VIGILANTE BOMBEIRO CIVIL – CBO 5171-10: Profissional capacitado conforme a Lei nº 11.901/2009, com atribuições exclusivas de prevenção e combate a incêndios.

11. MONITOR DE SISTEMAS ELETRÔNICO DE SEGURANÇA – CBO 9513-15: Profissional habilitado nos termos da lei 14.967/24 encarregado de realizar o monitoramento de sistemas de segurança; suas atribuições consistem estritamente em realizar a visualização e o acompanhamento preventivo de imagens geradas por sistemas de CFTV e outros dispositivos tecnológicos, sendo vedada qualquer intervenção física ou externa, atuando exclusivamente em ambiente de monitoramento controlado.

12. VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL OU EMBARCADO – CBO 5173-30: Profissional com formação prevista na lei 14.967/24 e Portaria DPF nº 18.974/2024, incumbido de exercer a vigilância ostensiva e a segurança patrimonial em ambientes aquáticos, como embarcações, balsas, plataformas flutuantes, dragas ou estruturas aquáticas equivalentes. Suas atribuições compreendem o patrulhamento preventivo a bordo para a proteção de cargas valoradas em trânsito fluvial ou atracados.

13. VIGILANTE EM ATIVIDADE RURAL – CBO 5173-30: Profissional com formação prevista na lei 14.967/24, responsável pela proteção de propriedades rurais, como fazendas, sítios, parques, reservas florestais, entre outros.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS DEVERES DO EMPREGADO

São deveres e obrigações do colaborador, além dos previstos na legislação em vigor:

- a) Comparecer ao local de trabalho na hora designada para o início de sua jornada de trabalho;
- b) Manter boa aparência e conservar em condição de uso o uniforme e/ou equipamento fornecido pela empresa;
- c) Indenizar o empregador pela perda, extravio ou descaminho de materiais da empresa, observando-se o que estabelece a Cláusula quinquagésima quinta desta CCT;
- d) O colaborador apresentará os documentos exigidos no prazo assinado pela empresa para o fim de renovar sua Carteira Nacional de Vigilante.
- e) Manter atualizado, através da documentação comprobatória, junto ao setor de recursos humanos da empresa, seus dados referentes a estado civil, endereço residencial, número de telefones para contato, nível de escolaridade, relação de dependentes e carteira nacional de habilitação, se possuir;
- f) Cumprir integralmente as normas internas e procedimentos da empresa;
- g) Comunicar a empresa de imediato sobre qualquer ocorrência havida com os equipamentos disponibilizados para seu trabalho, especialmente a arma, munições e colete balístico;
- h) Portar CNV disponibilizada pela empresa a qual pertença quando em serviço, conforme prevê o Art. 152 da Portaria 18.045/2023-DG/DPF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA RENDIÇÃO E PROIBIÇÃO DE ATIVIDADES ANTECIPADAS

A rendição dos postos de serviço deve ocorrer de forma célere e estritamente dentro do horário contratual. Fica terminantemente proibida a realização de rondas, inspeções ou qualquer atividade operacional pelo vigilante que está assumindo o turno antes do seu horário efetivo de início de jornada.

I - A conferência do posto é responsabilidade individual: o vigilante que encerra o turno atesta a regularidade do local; o vigilante que assume o turno inicia suas atividades apenas após o registro de ponto, devendo conferir o posto sozinho.

II - É vedada a prática de "rondas em conjunto" (rendente e rendido) fora do horário de serviço. Caso o vigilante que assume o posto identifique qualquer irregularidade, deverá reportar o fato imediatamente à supervisão ou à empresa através dos canais de comunicação oficial, sem que isso implique em tempo de espera ou trabalho antecipado para o colega que encerra a jornada.

III - O descumprimento desta norma sujeitará o colaborador às sanções disciplinares cabíveis, uma vez que a empresa não autoriza a permanência em serviço ou a execução de rondas fora do horário estabelecido na escala.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO UNIFORME

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados que laboram em jornada de 44hs semanal, pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo: calça, camisa, sapato e boné, entregues a cada 06 (seis) meses. Sendo que para aqueles que laboram em jornada 12x36 será concedido um uniforme completo a cada 06 meses.

Parágrafo primeiro - As empresas que optarem por substituir o par de sapatos por coturnos, farão a substituição apenas 01 (uma) vez ao ano.

Parágrafo segundo – O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

Parágrafo terceiro – A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa, conforme orientação contida na Portaria 18.045/2023 – DG/DPF.

Parágrafo quarto - A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Parágrafo quinto – O tempo dispendido para troca de uniforme não será considerado como hora extra.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EMPREGO EM VIAS DE SE APOSENTAR

Nos 24 meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário à aquisição do direito à aposentadoria, por tempo de serviço e/ou idade, aos empregados com trabalho de, no mínimo 02 anos ininterruptos na mesma empresa, desde que o beneficiado se manifeste por escrito com a prova do tempo de serviço, por extrato pelo INSS ou comprovação por CTPS, nos 30 dias imediatamente anteriores à aquisição da estabilidade.

Parágrafo único – Com a comunicação referida nesta cláusula, mesmo após o prazo referido no caput, o empregado passa a gozar da estabilidade ali referida, exceto se a dispensa se der por justa causa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO ABRIGO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA

O posto de serviço deverá contar, necessariamente, com:

- a) Abrigo de proteção contra chuvas, quando em área externa e/ou guarita com climatização adequada;
- b) Instalações sanitárias com livre acesso ao colaborador.

Parágrafo primeiro - Caso o posto de serviço não disponha dos equipamentos acima citados, o empregado não será obrigado a aceitá-lo ou permanecer no mesmo.

Parágrafo segundo - No dia de chuva, em que o colaborador estiver trabalhando em áreas externas, sem proteção, ser-lhe-á fornecido equipamento impermeável apropriado.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA CONTINUIDADE DOS CONTRATOS RESCISÃO POR ACORDO ART. 484-A

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato, poderão contratar, a seus critérios, os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão **SERÁ POR ACORDO** e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

Parágrafo primeiro - Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei. Nesta hipótese, a rescisão contratual será considerada por iniciativa do empregador, sem justa causa.

Parágrafo segundo - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego.

Parágrafo terceiro - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior, desde que tenha optado pela rescisão na modalidade por acordo para manutenção do emprego.

Parágrafo quarto - As empresas ficam desobrigadas de indenizar os colaboradores dispensados sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base de reajuste salarial.

Parágrafo quinto - O Sindicato Laboral será cientificado da ocorrência da transferência do contrato, podendo interferir na facilitação da transferência de forma em harmonizar o anseio do colaborador e a independência administrativa da empresa contratada.

Parágrafo sexto - O aviso prévio comunicado pela empresa contratante, poderá ser emitido de forma coletiva, sendo necessário a assinatura individualizada dos colaboradores. Considerando ainda, as jornadas de trabalho executadas na categoria, fica estabelecido que a redução da jornada de trabalho será de 07(sete) dias corridos

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL DE 12X36

A jornada de trabalho será de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observado ou indenizado, o intervalo para repouso e alimentação.

Parágrafo primeiro - Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo segundo - Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, remunerados no percentual de 25% para os períodos laborados entre 22:00h e 06:00h, sobre o salário base da categoria.

Parágrafo terceiro - Considerando as particularidades ocorridas na escala de trabalho de 12x36, fica facultado as empresas conceder férias aos colaboradores a partir do dia 01 de cada mês, independente de recair em sábado, domingo ou feriado.

Parágrafo quarto - Em razão da peculiaridade da atividade desenvolvida pelas empresas de vigilância e sua natureza de serviço essencial e, considerando que as ausências/faltas dos empregados ao trabalho acontecem muitas vezes sem prévio aviso, a empresa poderá solicitar a seus empregados o trabalho eventual em dias de folga e no intervalo intrajornada, desde que respeitado o intervalo interjornada mínimo de 11 (onze) horas, sem que isto descaracterize a jornada de trabalho especial 12X36.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS

A jornada normal de trabalho admitida na categoria compreende o trabalho de 8h00 (oito horas) diárias, 44h00 (quarenta e quatro) horas semanais ou 8h48 (oito horas e quarenta e oito minutos) de segunda a sexta-feira, equivalentes a 44h00 (quarenta e quatro horas) semanais

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA EXTRAPOLAÇÃO DE JORNADA E CONTINUIDADE DO SERVIÇO

As empresas se comprometem a observar os limites legais de jornada, ressalvadas as hipóteses de labor excepcional impostas pela natureza ininterrupta da atividade de vigilância e segurança privada, que exige a permanência no posto até a efetiva rendição.

Parágrafo primeiro: Considera-se como hipótese de trabalho excepcional, para fins desta cláusula, as situações que exijam a continuidade do serviço para evitar a descontinuidade da segurança, tais como: atrasos ou faltas do rendente, sinistros em andamento, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo segundo: Em virtude das especificidades da atividade de segurança, a extrapolação da jornada diária para a finalização das atividades inadiáveis ou aguardo de rendição será considerada serviço

inadiável (Art. 61 da CLT), não configurando, sob qualquer hipótese, violação às regras previstas no Artigo 59 da CLT ou descaracterização de escalas especiais.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 12x36 horas, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT.

Parágrafo primeiro - O intervalo para descanso e refeição nas jornadas de trabalho de 44 horas semanais diurna ou noturna, poderá ser inferior ou superior à 1 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT.

Parágrafo segundo - Durante o período do intervalo intrajornada, fica facultado ao vigilante permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador.

Parágrafo terceiro – O intervalo intrajornada usufruído, deverá ser anotado no controle de ponto manual ou eletrônico, mesmo que o intervalo seja inferior ou superior a 01h (uma) hora.

Parágrafo quarto – No caso dos trabalhadores que laboram em instituições financeiras, sob o regime de 44 horas semanais, as empresas terão um período de 05 (cinco) horas para conceder o início do intervalo intrajornada, compreendido entre às 10h e 15h.

Parágrafo quinto – A utilização do trabalho em regime de tempo parcial em Instituições Financeiras ou equivalentes e em órgãos públicos fica restrita a rendições de intervalos intrajornada e coberturas de eventuais ausências nos postos de trabalho, respeitado sempre o limite de horas estabelecido no Art. 58-A da CLT, sendo vedada a sua utilização como jornada regular diária, sob pena de descaracterização do regime de tempo parcial e consequente pagamento como regime integral.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE

Desde que pré-avisadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as empresas serão obrigadas a liberar o colaborador, para participar de exames vestibular, supletivo ou concurso público, no âmbito do Município onde presta serviço, devendo para tanto, o colaborador comprovar sua participação no mesmo prazo.

Parágrafo único - As empresas concorrerão para escalar o colaborador estudante, vestibulando ou curso profissionalizante para turno de trabalho que não coincida com seu horário de aula, devendo o beneficiário fazer a comunicação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS POSTOS ESPECIAIS

É facultada às empresas a concessão de gratificação ou remuneração diferenciada transitória, em razão de postos considerados especiais. Essas gratificações ou remunerações diferenciadas serão circunscritas exclusivamente a postos especiais, assim nomeados e classificados pelas empresas, desde que com a anuência expressa do Sindicato Laboral, em decorrência do tipo de atividade, condições de trabalho e/ou função desempenhada no tomador de serviço.

Parágrafo primeiro – O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos definidos como especiais pelas empresas e pelo Sindicato Laboral, não poderá ser objeto de isonomia ou equiparação salarial por outros vigilantes, que trabalhem em postos que não tenham as mesmas condições.

Parágrafo segundo – Visando melhor atender às necessidades contratuais das empresas, fica autorizado que em um mesmo posto, haja remuneração diferenciada, a qual será definida de acordo com a função do colaborador.

Parágrafo terceiro - Os vigilantes que exercerem a função de "vigilante líder" farão jus ao adicional de 20% (vinte por cento) sobre o salário base, a título de gratificação de função, enquanto perdurar o exercício efetivo da função, sem qualquer incidência de reflexos e encargos.

Parágrafo quarto - Fica assegurada às empresas, quando do encerramento do contrato em posto especial ou transferência do vigilante, a supressão da "Gratificação por posto especial" e/ou "Gratificação por função".

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA EM PROPRIEDADE RURAL

Em razão das peculiaridades geográficas, dificuldades de logística (acima de 30 km de distância do perímetro urbano) e deslocamento nas propriedades agropecuárias, fica pactuada, nos termos do Art. 611-A da CLT, a adoção da jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 12 (horas) horas de descanso, tanto na escala diurna quanto noturna.

Parágrafo primeiro – Na escala de 12x12, o vigilante trabalhará no máximo durante 15 (quinze) dias consecutivos mensal, permanecendo no local de prestação do serviço, compensando-se a jornada excedente com 15 (quinze) dias consecutivos de folga, sendo que nos 15 (quinze) dias destinados a folga da referida escala, o colaborador não poderá executar quaisquer escalas de sobre aviso para empresa;

Parágrafo segundo – O período de 15 (quinze) dias de folga subsequente ao labor compensa integralmente as horas excedentes à 8ª diária e à 44ª semanal, bem como todos os Descansos Semanais Remunerados (DSRs) e feriados trabalhados no período de atividade, nada mais sendo devido a título de horas extras.

Parágrafo terceiro - Quando o vigilante, cumpridor de jornada diversa da fixada no "caput", for designado para labor provisório nos postos de serviços identificados no caput, deverá ser aplicado o aqui disposto, no período da prestação do serviço, garantindo imediatamente ao final do labor o descanso proporcional aos dias de trabalho, quando então será restabelecida sua jornada habitual no retorno à sua base de trabalho.

Parágrafo quarto – O intervalo para descanso e refeição na jornada de 12 x 12 horas, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT, bem como nos termos da CCT vigente.

Parágrafo quinto - Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, remunerados no percentual de 25% para os períodos laborados entre 22:00h e 06:00h, sobre o salário base da categoria.

Parágrafo sexto: Durante os 15 (quinze) dias de labor, o intervalo interjornada de 12 (doze) horas para descanso deve ser rigorosamente respeitado, sendo que o tempo em que o colaborador permanecer no alojamento da propriedade fora do seu turno de serviço não será considerado tempo à disposição, prontidão ou sobreaviso, desde que o empregado esteja livre de suas obrigações funcionais.

Parágrafo sétimo – Fica autorizado, no presente instrumento normativo, a adoção de sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador.

Parágrafo oitavo - Durante o período em que o vigilante estiver cumprindo a jornada de trabalho 15x15, a empresa se compromete a fornecer alimentação diária - café da manhã, almoço e janta - em local apropriado (refeitório) a todos os seus colaboradores, independentemente de estarem em horário de trabalho ou repouso.

Parágrafo nono – Sem prejuízo da alimentação diária fornecida, a empresa pagará integralmente o valor do auxílio alimentação descrito na CCT vigente, por dia trabalhado em que o vigilante permanecer no posto de serviço, considerando que o fornecimento da alimentação física descrita no parágrafo anterior possui natureza indenizatória e não exclui o direito ao pagamento integral do auxílio alimentação previsto na CCT vigente.

Parágrafo décimo - A empresa empregadora ficará responsável em providenciar junto ao tomador de serviço a infraestrutura necessária para a viabilidade da escala especial, compreendendo: alojamento para repouso e descanso; refeitório para alimentação; transporte de ida e volta e todos os itens necessários para execução dos serviços, atentando para as exigências contidas da Norma Regulamentadora nº 24 do MTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA REGULAMENTAÇÃO DO VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL OU EMBARCADO

A presente cláusula aplica-se exclusivamente aos profissionais que exercem a função de Vigilante em atividade Fluvial ou Embarcado, devidamente habilitados conforme a Lei nº 14.967/2024 e Portaria DPF nº 18.974/2024. Esta atividade consiste na proteção de cargas valoradas e/ou guarnição de postos fixos em ambiente fluvial, possuindo regramento autônomo que não se confunde, para fins salariais ou funcionais, com a atividade de Escolta Armada Terrestre.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DAS MODALIDADES OPERACIONAIS**I – DA VIGILÂNCIA FLUVIAL EM PERCURSO (EMBARCADO):**

1. A execução da vigilância fluvial de carga valorada iniciar-se-á, no âmbito da unidade da Federação onde a empresa possuir a devida autorização de funcionamento;

2. As viagens fluviais de vigilância de carga valorada terão cumprimento do trajeto da viagem ponto a ponto, ou seja, saída e chegada em conformidade com o Plano de Viagem;
3. Quando da chegada em seu destino, a segurança da embarcação será assumida pela equipe de segurança local;
4. A guarnição da vigilância fluvial de carga valorada deverá ser composta por no mínimo 2 (dois) vigilantes por embarcação;
5. Em caso de sinistros, os serviços de vigilância fluvial de carga valorada poderão ser apoiados por outras embarcações vizinhas, independentemente da empresa que esteja prestando o serviço na embarcação diversa;
6. O início das atividades de vigilância fluvial de carga valorada dar-se-á a partir do deslocamento das equipes da base da empresa, finalizando com o retorno à base inicial e/ou base da filial.

II – DA VIGILÂNCIA FLUVIAL EM POSTO FIXO (BASES FLUTUANTES OU ESTRUTURAS ANCORADAS):

1. Compreende-se como Vigilância Fluvial em Posto Fixo aquela exercida em bases flutuantes, balsas ancoradas, dragas, canteiros de obras sobre águas ou estruturas similares;
2. Devido à localização geográfica destes postos, a jornada será regida por escala de revezamento 12x36 ou conforme necessidade operacional;
3. Quando o trabalho ocorrer em bases fixas na mesma cidade do domicílio do empregado é indevido o adicional de 25% que visa indenizar o regime embarcado e/ou confinamento.
4. O tempo gasto no transbordo entre a margem e o posto fixo fluvial é considerado tempo de acesso necessário à atividade, não sendo computado como jornada de trabalho ou horas extras, por se tratar de local de difícil acesso onde o empregador fornece a condução apenas para viabilizar o cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As especificidades de escala e descanso de cada modalidade (embarcado ou fixo) serão definidas em ordens de serviço próprias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL

O colaborador ocupante do cargo de Vigilante, ao atuar na modalidade fluvial, terá sua função aditivada pela especificidade do ambiente fluvial.

Por força de normas de segurança orgânica interna, a empresa poderá exigir que o VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL possua curso de extensão em escolta armada e/ou outras extensões técnicas específicas que assegurem o manejo de armamento em ambiente embarcado, sem que tal exigência desnature a função de Vigilante ou configure transposição para outras categorias.

A remuneração diferenciada prevista no **Parágrafo quinto, alíneas “G” e “H”** possui natureza estritamente condicional e indenizatória, sendo devida exclusivamente enquanto perdurar o fato gerador (atuação fluvial), cessando imediatamente com o retorno do profissional às atividades de vigilância em solo ou postos fixos terrestres, sem gerar direito à irredutibilidade salarial.

PARÁGRAFO QUARTO: DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DE GUARNIÇÃO DA VIGILÂNCIA FLUVIAL EMBARCADO

A guarnição, ao assumir o serviço, deverá verificar integralmente o trajeto previsto no Plano de Viagem/Navegação, bem como todos os protocolos de segurança orgânica, incluindo, obrigatoriamente:

- Acompanhamento Presencial: Monitoramento do início ao fim dos procedimentos de carregamento e descarregamento de carga, medições, lacrações de boca de abastecimento ou comportas da embarcação e/ou carga.
- Conferência Documental: Registro e conferência da numeração de todos os lacres aplicados, confrontando-os com o manifesto de carga.
- Inspeção Visual: Verificação de inexistência de violações prévias.

Considerando que a equipe acompanha a operação de forma ininterrupta, esta será tecnicamente responsável por diferenças apuradas entre a medição inicial e final. Todavia, para fins de apuração de responsabilidade, deverão ser rigorosamente desconsideradas as seguintes hipóteses de Variação Técnica Aceitável:

I – Absorção de Medida e Fatores Físicos: Variações de volume causadas por dilatação ou contração térmica do produto, inclinação da embarcação ou acomodação da carga durante o percurso.

II – Perdas Tecnológicas: Evaporação natural de voláteis ou perdas residuais inerentes ao transbordo, conforme limites estabelecidos pelos órgãos reguladores (ANP/Antaq).

Qualquer imputação de responsabilidade à guarnição por perdas patrimoniais dependerá de prévia e regular sindicância interna, onde restem comprovados o dolo ou a culpa grave, garantindo-se o contraditório. O Sindicato Laboral deverá ser cientificado da instauração da sindicância, com observância da LGPD.

A equipe deverá apresentar relatórios próprios (manuais, eletrônicos ou em livro de ocorrência) detalhando todas as atividades, incluindo paradas não previstas, transbordos, quebra de comboio, aproximação de qualquer tipo de embarcação e assédios de qualquer natureza, desde a saída da base até a entrega final no destino.

PARÁGRAFO QUINTO: DOS DIREITOS TRABALHISTAS DA EQUIPE DE GUARNIÇÃO DA VIGILÂNCIA FLUVIAL

Devido a particularidade da atividade de vigilância fluvial de carga valorada, fica acordado os seguintes critérios a serem cumpridos pelas empresas prestadoras dos serviços de vigilância fluvial:

- a) Dada a natureza excepcional da atividade e a impossibilidade de retorno diário à base, estabelece-se que a equipe de guarnição trabalhará em sistema de viagem embarcado ou confinado, com prazo de 15 (quinze) dias de viagem;
- b) A jornada de trabalho dar-se-á em turno de revezamento, sendo 12 (doze) horas de trabalho seguidas de 12 (doze) horas de descanso, ou ainda, 08 horas de trabalho seguidos por 16 horas de descanso;
- c) Quando do retorno de viagem, será assegurado ao VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL de carga valorada, descanso remunerado de, no mínimo, 15 (quinze) dias, destinado ao repouso e convívio social, antes da próxima viagem;
- d) Quando a utilização do regime acima previsto for por tempo inferior a quinze dias, considerar-se-á a folga de campo proporcionalmente aos dias trabalhados.
- e) Diante das peculiaridades desse sistema de trabalho e desde que o mesmo não seja ultrapassado, nada será devido ao trabalhador a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados.
- f) Quando da necessidade da viagem ultrapassar os 15 (quinze) dias previstos, a partir do 16º (décimo sexto) dia, o período excedente será remunerado à razão de diárias, respeitando-se o limite de 30 dias de confinamento.
- g) Quando do exercício da função de VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL de carga valorada fará jus a gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) do piso salarial da categoria, o qual será pago em contracheque como verba de natureza indenizatória;
- h) Quando do exercício da função de VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL de carga valorada por se tratar de serviço embarcado, fará jus a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) do piso salarial da categoria, a título de Percentual Indenizatório de Confinamento, não sendo devido o Adicional de Trabalho em Outra Cidade.
- i) Deixando o vigilante de exercer a função de VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL de carga valorada, deixará de receber as gratificações mencionadas nas letras “G” e “H”, não havendo que se falar em direito adquirido ou integração ao salário;
- j) Para o cálculo do pagamento da diária, exclusivo para o VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL que esteja embarcado, será extraído o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do piso salarial da categoria, somado ao adicional de periculosidade e às gratificações descritas nas letras “G” e “H”, aplicando-se sobre o somatório o coeficiente de 2.166 (dois inteiros e cento e sessenta e seis milésimos), sendo o resultado o valor final da diária.
- k) O VIGILANTE EM ATIVIDADE FLUVIAL fará jus ao recebimento de auxílio-alimentação por cada dia de efetivo trabalho, incluindo os períodos de cumprimento de jornada em escala regular, bem como nos dias de labor em regime de diárias excedentes ao período contratual de 15 dias.
- l) Nesta modalidade de atividade de Vigilância Fluvial de carga valorada o controle de frequência dar-se-á por meio do Plano de Viagem, que servirá como documento idôneo para o registro da saída e chegada do trajeto, suprimindo a obrigatoriedade do ponto eletrônico/manual durante o período em que a guarnição estiver em trânsito fluvial.
- m) As empresas serão obrigadas a fornecer aos seus vigilantes fluviais de carga valorada as armas, munições e coletes balísticos conforme exigido nos termos da legislação de regência. Estes itens estarão sob a guarda zelosa do vigilante desde o momento de sua entrega na empresa até a sua devolução na mesma.

n) O intervalo para descanso e refeição, diurna ou noturna, será de 01 (uma) hora, podendo ser concedido o intervalo parcial de 30 (trinta) minutos, sendo que no caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo, haverá o pagamento, de natureza indenizatória do período suprimido com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, nos termos do artigo 71 § 4º da CLT, bem como nos termos da CCT vigente.

o) Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, remunerados no percentual de 25% para os períodos laborados entre 22:00h e 06:00h, sobre o salário base da categoria.

PARÁGRAFO SEXTO: DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Devido a particularidade da atividade da vigilância fluvial, fica acordado que a equipe de guarnição faz parte da tripulação fluvial, sendo-lhe garantidas, as condições mínimas abaixo pactuadas de responsabilidades das empresas contratantes.

- a) Fornecer alimentação durante todo o período da viagem (café, almoço, jantar e outros) para toda a equipe da guarnição da vigilância fluvial, ficando a empresa prestadora do serviço isenta de tal obrigação;
- b) Fornecer local adequado para a realização de suas refeições;
- c) Fornecer cabine de descanso com cama para a guarnição enquanto estiver embarcado;
- d) A empresa contratada poderá ainda celebrar convênios ou indicar hotéis, pousadas e restaurantes.
- e) Fornecer informações antecipadas das cargas a serem vigiadas;
- f) Fica assegurado que a remuneração devida à empresa contratada abrangerá a totalidade da prestação dos serviços, compreendendo, para todos os efeitos, o período que se inicia com o deslocamento das equipes a partir da base operacional da empresa e se encerra com o efetivo retorno das guarnições à mesma base, incluindo a entrega e guarda dos armamentos e equipamentos utilizados.

Incluem-se na remuneração prevista nesta cláusula todos os custos inerentes à logística operacional das equipes, tais como transporte, segurança, apoio operacional e demais despesas necessárias ao deslocamento, à execução do serviço e ao retorno das guarnições à base de origem, não sendo tais períodos considerados como tempo alheio à prestação dos serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DAS JORNADAS ESPECIAIS PARA EVENTOS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

Serão admitidas jornadas especiais para eventos, ficando a sua aplicação restrita ao trabalho em eventos de curta duração (feiras, espetáculos, seminários, eventos esportivos, shows, casas noturnas, etc.).

Parágrafo primeiro – As jornadas para tais eventos se limitam ao máximo de 12 horas diárias.

Parágrafo segundo – Para os serviços prestados nestes eventos o valor da hora será de R\$22,88 (vinte e dois reais e oitenta e oito centavos) incluídos todos os reflexos e encargos.

Parágrafo terceiro – Ocorrerá por conta da empresa o pagamento das despesas de alimentação (lanche) e transporte.

Parágrafo quarto – Todos aqueles que se disponibilizarem para realização destes eventos deverão atender os requisitos da lei nº 14.967/24.

Parágrafo quinto – Todos os vigilantes de evento deverão portar identidade profissional e deverão estar devidamente uniformizados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA PERMUTA DE PLANTÃO

Fica assegurada a permuta de plantão entre os vigilantes das empresas a qual pertençam, desde que assinem previamente um “termo de responsabilidade” entre si e apresentem ao setor operacional da empresa com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, para que o mesmo seja submetido à apreciação e aprovação.

Parágrafo primeiro: Os vigilantes que laboram nos postos de serviço localizados no interior do Estado de Rondônia, entregarão o “termo de responsabilidade” ao seu superior imediato com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, que encaminharão para apreciação e aprovação.

Parágrafo segundo: A responsabilidade pelo comparecimento será daquele que se comprometer a realizar o serviço.

Parágrafo terceiro: Não será autorizado a permuta caso o vigilante que esteja de plantão for substituir na escala seguinte o colega permutado.

Parágrafo quarto: Desde que previamente acordada e aprovada pelo setor operacional da empresa juntamente com o vigilante, será permitida a permuta de plantão durante a realização do curso de aperfeiçoamento e reciclagem.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ALTA PREVIDENCIÁRIA

O empregado que receber alta médica do INSS, fica obrigado a se apresentar na empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, para a realização de exame de retorno, sob pena de ter o período de inércia configurado como falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego sendo superior a 30 (trinta) dias, estando sujeito a aplicação de medidas disciplinares cabíveis.

Parágrafo primeiro – Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contrarrecibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego sendo superior a 30 (trinta) dias, estando sujeito a aplicação de medidas disciplinares cabíveis.

Parágrafo segundo - Caso o empregado tenha sido considerado apto ao trabalho pelo INSS, todavia, não concorde com a decisão e siga com a interposição de recurso/ação em face do INSS, este deverá declarar a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período, sendo necessário a presença de um representante do Sindicato Laboral para conhecimento do feito.

I – Como medida estritamente voltada a subsidiar a avaliação técnica do médico do trabalho (ou SESMT Comum) e visando a emissão fundamentada do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), a empresa poderá custear uma única consulta com especialista médico, a exclusivo critério e requisição do médico do trabalho (ou SESMT Comum), no prazo de até 10 (dez) dias corridos. O custeio desta avaliação complementar não implica em reconhecimento de incapacidade laboral pela empresa, nem interrompe os efeitos da suspensão contratual prevista no *caput* deste parágrafo.

Parágrafo terceiro - O colaborador que retornar de afastamento previdenciário com o curso de reciclagem vencido terá sua efetiva ativação contratual condicionada à aprovação em novo curso de reciclagem, sendo responsabilidade da empresa o encaminhamento imediato para a academia de formação, desde que o colaborador tenha se apresentado no prazo do *caput* desta cláusula. Durante o período de realização do curso e aguardando o resultado, o contrato permanecerá em suspensão técnica, sem ônus salarial para a empresa até a efetiva habilitação do profissional junto a Polícia Federal.

Parágrafo quarto - O funcionário que, embora em gozo de recurso administrativo ou judicial contra o INSS, sinta-se apto a retornar às atividades laborais, poderá fazê-lo mediante entrega de autodeclaração de aptidão física e mental. O retorno ficará condicionado à avaliação obrigatória pelo Médico do Trabalho da empresa ou SESMT comum, que emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de retorno, garantindo a segurança jurídica de ambas as partes e a retomada do pagamento da remuneração. Ficando o colaborador responsável por informar ao INSS sobre o seu status de saúde atual.

Parágrafo Quinto – Caso o empregado tenha sido considerado apto ao trabalho pelo INSS, no entanto, constatada a inaptidão pelo Médico do Trabalho da empresa, mesmo após alta do INSS, o contrato de trabalho permanecerá suspenso, desobrigando a empresa do pagamento de salários até decisão definitiva (administrativa ou judicial), em razão do dever legal de preservação da integridade física do trabalhador e da segurança do posto.

I – Procedimentos e Garantias:

- a)** A empresa fornecerá ao empregado laudo fundamentado em até 15 (quinze) dias corridos para fins de recurso junto ao INSS;
- b)** O Sindicato Laboral poderá designar observador para acompanhar os atos administrativos e médicos, mediante estrito sigilo e observância à LGPD;
- c)** A critério do médico do trabalho da empresa ou SESMT Comum, a empresa custeará até 01 (uma) consulta e 01 (um) exame complementar para subsidiar a avaliação técnica, no prazo de 10 dias corridos;
- d)** O impedimento ao retorno, fundamentado em laudo médico ocupacional, não caracteriza recusa ilícita, mas cumprimento de norma de segurança e saúde do trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO SESMT

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

Fica facultada as empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – comuns ao do tomador dos serviços; bem como a adesão ao SESMT comum entre empresas de mesma atividade econômica localizadas em um mesmo município ou municípios limítrofes; ou ainda a constituição do SESMT comum por empresas que desenvolvam suas atividades em um mesmo polo industrial ou comercial, visando a promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto nos itens 4.5.3, 4.14.3 e 4.14.4 da NR 4 do Ministério do trabalho e Emprego.

Parágrafo Primeiro: Como parâmetro de custo operacional para a manutenção das atividades de segurança e medicina do trabalho, fica estabelecido o valor de **R\$ 41,93 (quarenta e um reais e noventa e três centavos)** por vigilante, o qual deverá ser inserido nas planilhas de custos e formação de preços perante os tomadores de serviços.

Parágrafo Segundo: A comprovação da regularidade técnica e a efetiva prestação dos serviços de SESMT são obrigatórias para todas as empresas da categoria, independentemente do modelo de gestão adotado ou do valor inserido em suas planilhas de custos, devendo ser cumprida da seguinte forma:

I – Para empresas aderentes ao SESMT Comum (SINDESP/RO): A regularidade técnica e o cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho serão atestados mediante declaração emitida pela AESPRO, mensalmente, baseada na participação da empresa no sistema cooperado da categoria.

II – Para empresas com SESMT Próprio ou Terceirizado: A comprovação deverá ser mensal, perante o tomador de serviços, mediante a apresentação cumulativa de:

1. Nota Fiscal mensal de prestação de serviços emitida por empresa especializada, devendo o valor faturado ser compatível com o provisionamento per capita constante na planilha de custos do contrato x quantidade de colaboradores total conste no e-social.
2. Memorial descritivo que comprove a viabilidade técnica e financeira da execução dos serviços, caso o valor praticado na planilha de custos seja divergente ao estabelecido no Parágrafo Primeiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento da comprovação documental prevista no parágrafo anterior ou a inserção de valores na planilha de custos sem a devida contraprestação de serviços de saúde ocupacional caracterizará irregularidade administrativa, sujeitando a empresa às sanções previstas nesta Convenção, além das medidas adotadas pelo tomador de serviços.

Parágrafo Quarto: As palestras de sensibilização e orientações de saúde oferecidas pelo SESMT possuem caráter preventivo e educativo, em nada se assemelhando ou substituindo os cursos de reciclagem e treinamentos táticos previstos na legislação específica da Polícia Federal.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO ATESTADO MÉDICO**

As empresas acatarão os atestados médicos emitidos pelo SUS e seus conveniados, bem como os emitidos pelos serviços médicos e odontológicos do Sindicato e seus conveniados e os emitidos por médicos de estabelecimento privado, desde que apresentados, no prazo máximo de até 48h (quarenta e oito) horas após a emissão.

Parágrafo primeiro - Na hipótese de a empresa dispor de serviços médicos próprios ou conveniados o atestado médico fornecido na forma do caput desta cláusula se for o caso, deverá ser convalidado.

Parágrafo segundo – O atestado deverá ser entregue pessoalmente ou, nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após sua emissão, podendo ser convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo terceiro – Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço ou encaminhado diretamente no e-mail da empresa.

Parágrafo quarto – Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado, e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, devendo ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo quinto – Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, uma vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo sexto – Caso a fraude seja constatada, implicará em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

GARANTIAS A PORTADORES DE DOENÇA NÃO PROFISSIONAL**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS APRENDIZES**

Fica estabelecido, pelo presente instrumento normativo, que em cumprimento a obrigação legal da reserva de cargo de aprendiz, previsto no art. 429 da CLT e por analogia aos ditames da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), consubstanciado nos artigos 63, 92, inciso XVII e 116, que as empresas farão incluir na planilha de custos e formação de preços, os valores abaixo estabelecidos, de acordo com a jornada e escala dos postos de trabalho, por cada vigilante contratado, com a finalidade de custear as despesas advindas das contratações realizadas para cumprimento das cotas.

Tipo de Escala	Tipo de Jornada	Custo
Diurna (vigilante aprendiz)	28h/semanal	R\$173,34
Noturna (vigilante aprendiz)	28h/semanal	R\$189,99
Diurna (vigilante aprendiz)	44h/semanal	R\$260,22
Diurna (menor/jovem aprendiz)	20h/semanal	R\$80,22

Parágrafo primeiro – Fica estabelecido ainda, que os contratos vigentes, também serão objeto de revisão contratual, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto no caput desta cláusula;

Parágrafo segundo – As empresas que não incluírem nas planilhas de custo o valor previsto no caput desta cláusula, ficará o tomador de serviços (contratante) desde já autorizado a desclassificar a proposta de preço ofertada no certame ou contratação direta, por estrito descumprimento de norma coletiva;

Parágrafo terceiro – O não cumprimento da obrigação estabelecida nesta cláusula autorizará os Sindicatos convenientes a informar aos órgãos fiscalizadores competentes, para o devido cumprimento da legislação de regência.

Parágrafo quarto - Na hipótese de o órgão contratante não prever, de forma expressa na planilha de preços, verba específica para cobrir os custos relacionados ao menor aprendiz, as despesas decorrentes do cumprimento dessa obrigação serão classificadas como custos indiretos.

Parágrafo quinto – Os referidos custos serão devidamente descritos na planilha de preços apresentada pela contratada, na composição das despesas dos custos indiretos no percentual de 7,5% (sete e meio por cento), no momento da licitação ou nos casos de repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, evento necessário para assegurar a cobertura dos encargos relacionados à manutenção do menor/jovem aprendiz e a execução contratual.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO ACESSO ÀS EMPRESAS

As empresas comprometem-se a delegar um representante para atender o Sindicato laboral, com vista à colocação de aviso, panfletos, etc., nos quadros de aviso e para atender e tratar assuntos sindicais.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Cada empresa liberará 01 (um) colaborador eleito Dirigente Sindical para atuação junto ao SINTESV/RO, admitindo-se a liberação de até 02 (dois) colaboradores quando um deles ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral ou Diretor Financeiro, assegurada a disponibilidade remunerada, com pagamento do salário, benefício de alimentação e adicional de periculosidade, como se em efetivo exercício estivesse.

Parágrafo primeiro – Visando resguardar a liberdade de organização sindical, que consiste na forma como os trabalhadores se organizam para defenderem seus direitos, fica estabelecido que incumbe exclusivamente ao ente sindical laboral a escolha dos dirigentes a serem liberados. Sendo que em caso de substituição do dirigente sindical anteriormente liberado, a escolha ficará a critério do ente sindical laboral e da respectiva empresa.

Parágrafo segundo - Os demais dirigentes serão liberados 12 (doze) dias por ano, para comparecimento às atividades sindicais, sem prejuízo de seus salários e vantagens.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de o Dirigente Sindical liberado, espontaneamente, rescindir seu contrato de trabalho, a empresa fica desobrigada de liberar outro dirigente sindical para substituí-lo.

Parágrafo quarto – O Dirigente Sindical que desejar rescindir seu contrato de trabalho pode renunciar à sua estabilidade sem a assistência de seu Sindicato.

Parágrafo quinto - Os Delegados de base serão eleitos apenas nos Municípios que não possuam diretor do sindicato eleito. A estabilidade sindical será estendida aos delegados, até que ocorra a extinção do contrato de prestação de serviço vinculado ao trabalhador.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O SINDICATO LABORAL

As empresas se obrigam a fornecer mensalmente ao Sindicato Laboral a relação de todos os seus colaboradores, por Município, contendo desconto de convênios, taxa Assistencial e contribuições sindicais, para que seja gerada a Guia de Recolhimento Único (GRU'S) até o 5º dia útil subsequente ao mês trabalhado, bem como informar os admitidos, demitidos, em férias e, os colaboradores que tenham ajuizado pedido de rescisão indireta durante o mês e solicitar por escrito ao sindicato laboral o nada consta.

Parágrafo primeiro – A empresa que não proceder da forma estabelecida no *caput*, será responsabilizada pelo pagamento dos possíveis débitos contraídos pelo empregado demitido.

Parágrafo segundo - As empresas encaminharão ao SINTESV/RO cópia das Guias da Previdência Social (GPS), relativas à competência do mês anterior até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do disposto no art. 225, inciso V do Decreto nº 3.048/99.

Parágrafo terceiro: As empresas encaminharão via e-mail mensalmente ao Sindicato Laboral, as cópias dos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho ocorridas no mês anterior.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS E ACESSO A INFORMAÇÕES

Em face da Lei n. 13709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, § 3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário e quando autorizados por determinação legal, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança.

Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão mensalmente de seus colaboradores sindicalizados, desde que expressamente autorizado pelo colaborador, a mensalidade sindical de 3% (três por cento) do salário base da função a que pertence o colaborador, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - O desconto tratado nesta Cláusula será repassado para o Sindicato Laboral até o dia 10 (dez) do mês subsequente, através de cheque nominal, depósito bancário ou transferência eletrônica, acompanhado da relação dos contribuintes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO SUBSÍDIO SOCIAL PARA AESV

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

Pensando no bem-estar social do colaborador e de sua família, fica estabelecido que as empresas de vigilância contribuirão com o valor mensal de R\$1,47 (um real e quarenta e sete centavos), por trabalhador, incluindo o administrativo, que serão destinados à Associação Esportiva dos Trabalhadores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV.

Parágrafo primeiro - A contribuição discriminada no *caput* será repassada ao SINTESV/RO, que por sua vez, destinará o respectivo valor à Associação Esportiva dos Trabalhadores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV.

Parágrafo segundo - A Associação Esportiva dos Trabalhadores da Vigilância e Segurança do Estado de Rondônia – AESV, prestará contas trimestralmente ao SINTESV/RO, que por sua vez as repassarão ao SINDESP/RO e as empresas de segurança quando solicitadas.

Parágrafo terceiro – Havendo irregularidades na prestação de contas apresentadas, ficam suspensas as contribuições até que sejam sanadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA/ODONTOLÓGICA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

As empresas contribuirão mensalmente em favor do Sindicato da Categoria, com a importância de R\$ 15,87 (quinze reais e oitenta e sete centavos) para cada colaborador, a título de Contribuição para Assistência Médica/odontológica nas localidades onde houver atendimento médico ou odontológico contratado pelo SINTESV/RO, exceto para os colaboradores da área administrativa e operacional das empresas que possuem plano de saúde extensivo a seus familiares.

Parágrafo primeiro - A Assistência Médica, objeto desta Cláusula será prestada pelo Sindicato da Categoria (SINTESV/RO) para todos os colaboradores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho independentemente de serem sindicalizados ou não.

Parágrafo segundo - Ocorrendo novas contratações ou exclusões de médicos ou dentistas pelo Sindicato obreiro em novas localidades, as empresas serão informadas para que possam efetuar a partir de então as novas contribuições ou exclusões.

Parágrafo terceiro - O SINTESV/RO enviará mensalmente a cada empresa a relação nominal dos atendimentos médico/odontológico realizado aos colaboradores e dependentes do mês anterior, conforme solicitação das empresas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Certificado de Regularidade Sindical com validade máxima de 30 (trinta) dias, emitido pelo SINTESV/RO e pelo SINDESP/RO, em conformidade com o disposto nos artigos 607 e 608 da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DOS ACORDOS COLETIVOS FIRMADOS PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES

Fica convencionado - que quaisquer instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato dos Trabalhadores (SINTESV) com quaisquer das empresas abrangidas por esta CCT, incluindo nestes Acordos Coletivos de Trabalho e seus Termos Aditivos, que estabelecerem condições sociais e econômicas divergentes das pré-estabelecidas nesta Convenção Coletiva deverão contar com a participação na negociação e anuência expressa do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Rondônia.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS

As partes ajustam que na vigência desta convenção coletiva não será instituída a Comissão de Representantes dos Empregados nas Empresas, prevista nos artigos 510-A, 510-B, 510-C e 510-D e seus parágrafos, da Lei nº 13.467/2017, ficando mantida a representação dos empregados pelo Sindicato Laboral, conforme autoriza o artigo 611-A, VII, do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: Caberá, portanto, ao Sindicato Laboral representar os empregados, tendo em vista que hoje já se encontra estruturado e executa as atividades atribuídas à Comissão de Representantes dos Empregados pela nova legislação

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os sindicatos obreiro e patronal assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços de que trata o instrumento coletivo não cumprir com todas as obrigações dele constantes, notadamente as de natureza econômica, ou não conceder e pagar os reajustes e/ou repactuações dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, desde que esta esteja rigorosamente em dia com suas obrigações convencionais junto aos sindicatos convenientes.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A multa por infração, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas da presente CCT, será de 01 (um) salário base do vigilante, ressalvada as Cláusulas que já contemplam penalidades próprias, devendo a multa ser recolhida a favor do Sindicato Laboral.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA REVOGAÇÃO DAS CCT'S ANTERIORES

Na forma do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nos anteriores acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho existentes entre as partes ora acordantes devem ser consideradas revogadas, sendo substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo em virtude da plena negociação delas o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DOS DESCONTOS

É vedado às empresas descontarem dos salários, ou cobrá-los de outra forma, todos os valores correspondentes aos instrumentos de trabalho e, especialmente, os valores referentes às armas ou outros instrumentos de trabalho dos vigilantes que forem arrebatadas por ação de crimes praticados contra eles, tanto nos locais de trabalho como nos trajetos de ida e volta para o trabalho ou postos de serviços.

Parágrafo único - Havendo dolo e/ou culpa em caso de danos ou prejuízos causados pelo colaborador a bens do empregador, de clientes ou de terceiros, comprovado através de sindicância, com acompanhamento do Sindicato Laboral, será permitido desconto até o limite máximo previsto em Lei, de 30% (trinta por cento) mensalmente, sobre o rendimento bruto do mesmo, até alcançar o montante do prejuízo ou dano.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS P

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2026 a 28/02/2027

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal, quais sejam, Trabalhadores em segurança, vigilância, Curso de Formação Vigilância, Vigilância Eletrônica e Similar recolherão junto ao Banco do Brasil, em favor do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE RONDÔNIA – SINDESP/RO, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, o valor de R\$4,93 (quatro reais e noventa e três centavos) por cada colaborador das empresas que estejam regulares com suas mensalidades no SINDESP/RO, para as empresas que não estejam filiadas no SINDESP/RO ou em atraso com suas mensalidades, o valor a ser cobrado para custear a CCT/sistema sindical será cobrado, conforme ata de assembleia, mediante boleto bancário no valor de R\$8,43 (oito reais e quarenta e três centavos), ficando o setor financeiro autorizado a contestar e executar a cobrança após 15 dias do vencimento.

Parágrafo primeiro - Os pagamentos relativos à Contribuição Confederativa deverão ser efetuados nas seguintes datas, e o valor deverá ser recolhido conforme a **tabela**:

QUANTIDADE DE COLABORADORES	VALOR A SER PAGO
01 a 100 colaboradores	R\$500,00
101 a 200 colaboradores	R\$1.000,00
201 a 300 colaboradores	R\$1.500,00
301 a 400 colaboradores	R\$2.000,00
401 a 500 colaboradores	R\$2.500,00
501 a 600 colaboradores	R\$3.000,00
601 a 700 colaboradores	R\$3.500,00
701 a 800 colaboradores	R\$4.000,00
801 a 999 colaboradores	R\$4.500,00
Acima de 1.000 colaboradores	R\$5.000,00

Empresas de Transporte de Valores	R\$3.500,00
Escolas de Curso de Formação	R\$1.000,00

Parágrafo segundo – A Contribuição Confederativa será distribuída da seguinte forma:

I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

Parágrafo terceiro - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 2% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Nos termos do Tema 935 do STF, ficam as empresas abrangidas pela Convenção Coletiva de Trabalho autorizadas a descontar de seus empregados, no mês de maio, a fração de 01/30 avos da remuneração, a fim de custear os serviços assistenciais do respectivo Sindicato Laboral, ficando garantido o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial de negociação, direito que deverá ser exercido até o dia 10 de maio do respectivo ano, por meio de requerimento individual e de próprio punho a ser protocolado na sede do Sindicato Laboral. Caso o trabalhador resida no interior, deverá providenciar o envio do requerimento pelos Correios através de AR para o endereço do SINTESV, pelo aplicativo do Ente Sindical ou entregue diretamente nas representações regionais.

Parágrafo único – O vigilante filiado será isento do pagamento da taxa de contribuição assistencial de negociação tendo em vista a sua regular contribuição ao ente Sindical.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DA APLICAÇÃO DO CUSTO DO AVISO PRÉVIO NA RENOVAÇÃO DO CONTRATO

Em caso de renovação de contrato, será considerado na planilha de custos, o aviso prévio trabalhado em conformidade com a Lei nº 12.506 de 11/10/2011, o qual será aplicado na planilha de custo o percentual de 0,83% a.m.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DO CUSTO DO TRABALHADOR EM REGIME DE TEMPO PARCIAL

Integra ao custo do trabalhador em regime de tempo parcial, o salário proporcional, férias, 13º salário, uniforme, seguro de vida, alimentação, cesta básica, curso de formação e reciclagem, custos com o SESMT, custos com transporte, material e equipamentos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA UNICIDADE DA FUNÇÃO E MOBILIDADE OPERACIONAL

Fica expressamente pactuado que a função de Vigilante é única e indivisível, inexistindo distinção técnica, operacional ou hierárquica entre as nomenclaturas de Vigilante Efetivo, Vigilante Ferista ou Vigilante Reserva.

Parágrafo Primeiro: Todos os profissionais mencionados no *caput* exercem as mesmas atribuições legais previstas na Lei nº 14.967/2024, diferenciando-se apenas pela perspectiva da escala laboral ou pela sazonalidade da prestação do serviço (cobertura de férias, faltas ou eventos), sem que isso configure alteração prejudicial do contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo: No exercício do seu poder de gestão, as empresas poderão alterar a escala de trabalho e o turno (diurno para o noturno e vice-versa), bem como o posto de serviço, de acordo com a necessidade operacional ou solicitação do tomador de serviço, desde que o colaborador não tenha nenhum impedimento legal que o impeça de fazer a alteração do turno.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DO COMPROMISSO AO COMBATE A CLANDESTINIDADE

As partes signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho comprometem-se a adotar medidas rigorosas para combater a clandestinidade no setor de segurança privada. Para tanto, estabelecem as seguintes diretrizes:

1. **Fiscalização e Denúncia:** As empresas e os sindicatos deverão colaborar ativamente na fiscalização das atividades de segurança privada, denunciando às autoridades competentes qualquer prática clandestina ou irregularidades identificadas.
2. **Registro e Regularização:** Todas as empresas de segurança privada deverão manter seus registros atualizados junto aos órgãos competentes, garantindo a regularização de suas atividades e a conformidade com as normas legais e regulamentares.
3. **Parcerias com Órgãos Públicos:** As partes signatárias buscarão estabelecer parcerias com órgãos públicos, como o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal, para fortalecer as ações de combate à clandestinidade e garantir a aplicação das leis vigentes.
4. **Campanhas de Conscientização:** Serão realizadas campanhas de conscientização junto aos trabalhadores e à sociedade em geral, destacando a importância da regularização das atividades de segurança privada e os riscos associados à clandestinidade.
5. **Penalidades:** As empresas que forem flagradas praticando atividades clandestinas estarão sujeitas a penalidades, incluindo multas e a suspensão de suas atividades, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONQUISTA E CONCESSÕES

As entidades convenientes declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, respeito ao costume e principalmente da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (art. 7º inciso XXVI da CF).

}

VALDEMAR COSME DE CARVALHO
PRESIDENTE
SIND.TRAB.SEG.VIG.TRANSPORTES VALORES CURSOS FORMACAO DE VIG.EST.RONDONIA

ALLANN JAMES FRANCA BENJAMIN
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE RONDONIA

ANEXOS ANEXO I - ATA PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA CONJUNTA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - CONVENÇÃO COLETIVA ASSINADA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO II DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012/2026

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Ao

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO

Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO

FONE/FAX: (69) 3217-2974

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012/2026 – PROCESSO N.º 0010.04899/2026-68 – TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO – DATA DA ABERTURA:

Senhor Pregoeiro, após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência, (anexos e apensos), com os quais concordamos, vimos apresentar Proposta, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

GRUPO I

Posto Avançado De Extrema, Posto Avançado De Jaci Paraná, Posto Avançado De Nova California, Posto Avançado De União Bandeirantes, Posto Avançado De Vista Alegre Do Abunã, Posto Avançado Triunfo, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Coordenadoria Metropolitana de Trânsito em Porto Velho, Galpão de Veículos Apreendidos I e Leilões, Galpão de Veículos Apreendidos de Porto Velho II - Garagem Oficial e Galpão da Diretoria de Patrimônio , Prédio sede Porto Velho, P.A. Zona Leste, Escola Pública de Trânsito (EPTRAN) e da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT) e Posto Avançado da Zona Sul.

Item	Especificação	Unidades de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	26	52		
02	POSTO TIPO 2	27	54		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	53	106		

GRUPO II

Galpão De Veículos Apreendidos De Jaru, Ciretran De Jaru, Governador Jorge Teixeira, Posto Avançado De Colina Verde, Theobroma, Vale Do Anari, e Tarilândia.

Item	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	9	18		
02	POSTO TIPO 2	10	20		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	19	38		

GRUPO III

Ouro Preto do Oeste, Pista de Teste Ouro Preto do Oeste, Galpão de Veículos Apreendidos de Outro Preto, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Posto Avançado Rondominas e Teixeiraópolis.

ITEM	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	9	18		
02	POSTO TIPO 2	9	18		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	18	36		

GRUPO IV

Cacoal, Cacoal - Pátio de Veículos Apreendidos, Espigão do Oeste , Pátio - Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenta Bueno - Galpão de Veículos Apreendidos, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste.

Item	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	15	32		
02	POSTO TIPO 2	14	32		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	29	64		

GRUPO V

Rolim de Moura - Ciretran, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Pista de Teste de Direção Veicular Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Posto avançado de Migrantinópolis.

Item	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	13	26		
02	POSTO TIPO 2	13	26		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	26	52		

GRUPO VI

São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Posto Avançado São Domingos do Guaporé.

Item	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	5	10		
02	POSTO TIPO 2	7	14		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	12	24		

GRUPO VII

Guajará Mirim, Nova Mamoré e Posto Avançado de Nova Dimensão.

Item	Especificação	Unidade de Postos	Quantidade de vigilantes	Valor mensal	Valor total 1 ano
01	POSTO TIPO 1	4	8		
02	POSTO TIPO 2	4	8		
TOTAL	POSTO TIPO 1 e 2	8	16		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA FIXO E IRREAJUSTÁVEL, PARA O GRUPO ____ R\$
(.....).

1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 180 (cento e oitenta) dias

2. FRETE: CIF Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 19/03/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70308437** e o código CRC **995C5FBE**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 70308437



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO III DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012/2026

(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012/2026/DETRAN/RO

A empresa apresenta, a seguir, os dados de:
(Nome completo da empresa)
seu (s) representante (s) legal (is) :

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S): ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO: RG: CPF:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J. Nº FONE: FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.: N.º:

Município: Estado: CEP.:

Conta Corrente: Cód. Agência: Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Porto Velho-RO,de de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

OBS. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.

OBS. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 19/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70308438** e o código CRC **E9360DBF**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.004899/2026-68

SEI nº 70308438



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO que celebram entre si o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO**, e de outro, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para fins que especificam.

O **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, n.º 4.477, bairro Costa e Silva, nesta capital do Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. XXXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, da SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa, com sede em....., na....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu,, brasileiro, residente e domiciliado em, inscrito no CPF sob o n.º, portador da Carteira de Identidade n.º, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, visando atender as necessidades do DETRAN/RO, proveniente do **Pregão Eletrônico n.º 90012/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.004899/2026-68**, proveniente nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1. O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes.

1.2. Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato – e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados – o Instrumento Convocatório e seus anexos, bem como as Propostas e demais elementos apresentados pela CONTRATADA que tenha servido de base para o julgamento do **Pregão Eletrônico n.º 90012/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.004899/2026-68**.

1.3. Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este **CONTRATO** e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá o **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO: O serviços serão efetivados conforme cronograma, prazos e condições estabelecidas no item 9 e subitens do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO: Ficam aquelas definidas no item 9 e subitens do termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL: Será exigido, conforme item 20 do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO OBJETO: Ficam aquelas definidas no item 9.1.7 e subitens do termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO E MATRIZ DE RISCO: Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXVII, da Lei 14.133/2021 ficam listados os possíveis eventos supervenientes a assinatura de contrato no matriz de riscos constante no ID 69930199.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA: A vigência contratual será de 01 (um) ano a contar da assinatura, conforme subitem 18.1.4 do Termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: Fica aquele definido no item 3.5.1 do termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO: O valor desta contratação é de XXXXXXXXXXXXXXXX, já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

Parágrafo único. As formas e condições de pagamento estão descritas no item 26 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: 15020 - **1015 – Gestão Administrativa do Poder Executivo - Ação: 2281 - CONSERVAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 - OUTROS SERV. TERC./P. JURÍDICA**, conforme Declaração de Adequação Financeira 70285791.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 23.17 do Termo de Referência e seus anexos.

12.1 Cumprimento da exigência de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determina o artigo 92, XVIII da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 23.1 do Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS: Conforme disposto no item 21 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA: Os valores das multas aplicáveis estão indicadas no item 27 do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: Conforme disposto no item 18.2 do Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA REPACTUAÇÃO: Conforme disposto no item 19 e subitens do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DA RESCISÃO: O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115, da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

§ 2º A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO: Fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA, conforme item 24 do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS: As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO: Fica eleito o Foro da comarca de Porto Velho-RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO: Incumbirá à Contratante, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PGE-DETRAN: Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Parágrafo único. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 19/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70308435** e o código CRC **B8CEECD**A.